



República da Guiné-Bissau



**o das Nações Unidas
Contra a Desertificação**

**Convenção
da Luta**

Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural



**Projecto do Plano de Acção Nacional da Luta
Contra
a Desertificação na Guiné-Bissau (PAN/LCD)**

Bissau, Outubro 2006

**Equipa da elaboração do Plano de Acção Nacional
da Luta Contra a Desertificação**

Supervisão Geral
Direcção Geral da Floresta e Fauna

Coordenação Técnica

Eng^o Kaoussou Diombera
Ponto Focal da CCD

**Contribuições Temáticas
Redacção**

Dr Aristides Ocante da Silva
Eng^o Dionísio Barreto
Dr Alfredo Simão da Silva
Eng^o João Sousa Cordeiro
Dr Ansumane Mané
Dr Domingos Quadé
Eng^o Kaoussou Diombera

Equipa da

Dr Alfredo Simão da Silva
Eng^o João Sousa Cordeiro
Eng^o João Aníbal Pereira
Eng^o Kaoussou Diombéra

**Comité de Pilotagem
Leitores**

Eng^a Matilde da Conceição Gomes Lopes
Almeida
Eng^o Barros Banjai
Dr Guilherme da Costa
Dr Alfredo Simão da Silva
Eng^o Braima Embalo
Eng^o Anita Djaló Sani

Regionais e Fórum

Eng^o Marcelino Martins
Eng^o Alexandre Cabral
Eng^o Maria José Araújo
Eng^o Constantino Correia

Comité de

Eng^a Ana Maria Sa de
Dr. Domingos Quade
Dr. Rui Ribeiro
Eng^o Victor Louro

Relatórios dos Ateliers

Eng^o Inussa Balde
Eng^a Matilde da Conceição
Eng^o Julio Soares
Eng^o Braima Embalo
Dr. Guilherme da Costa

Agradecimentos

O processo da elaboração do Plano de Acção Nacional da Luta Contra a desertificação na Guiné-Bissau foi apoiado e suportado financeiramente pelos seguintes parceiros de desenvolvimento:

CILSS	(Comité Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel)
MM	(Mecanismo Mundial)
PNUD	(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)
ISESCO	(Instituto Islâmico para Ciências Educação e Cultura)
GTZ	(Cooperação Alemã)
UICN	(União Internacional para a Conservação da Natureza)
SE/UNCCD	(Secretariado Executivo da Convenção das Nações Unidas de Luta Contra a Desertificação)
IPAD	(Instituto Português para o Desenvolvimento - Cooperação Portuguesa)

Índice

Abreviaturas

I - Introdução

II - Contexto Geográfico e Socio-económico

- 2.1 Situação Geográfica da Guiné-Bissau
- 2.2 Caracterização físico-biológica
- 2.3 Contexto socio-económico

III - Balanço e Diagnostico da Luta contra a Desertificação e Gestão dos Recursos Naturais

- 3.1. Estado de utilização dos recursos naturais
- 3.2- Importância da rede das áreas protegidas no combate a desertificação**
- 3.3- A Importância das zonas húmidas no combate a desertificação**
- 3.4- As principais causas da degradação da terra na Guiné-Bissau**

IV - A Convenção das Nações Unidas da Luta Contra a Desertificação e o Processo da Elaboração do Plano de Acções do Combate a Desertificação

- 4.1 A Génesis da Convenção do Combate a Desertificação (CCD)
- 4.2 Os objectivos e conteúdos da Convenção
- 4.3 Sinergia entre as convenções de geração do RIO ou da Cimeira do Planeta Terra
 - 4.3.1. As convenções do RIO : alguns pontos de comparação
- 4.4 Projectos implementados na Guiné-Bissau para fazer face a luta contra a degradação da Terra e os seus efeitos
- 4.5 Processo da elaboração do PAN-CCD

V - Plano de Acção Nacional da Luta Contra a desertificação

- 5.1 Objectivos do Plano de Acção Nacional da Luta Contra a Desertificação
- 5.2 Domínios Prioritários do Plano de Acção Nacional da Luta Contra a Desertificação

- Agricultura
- A Pecuária
- A floresta
- Recursos hídricos
- Reforço das capacidades das organizações camponesas
- Melhoria dos conhecimentos e a pesquisa

Educação, Sensibilização e comunicação sobre a desertificação e os seus efeitos
A Cooperação subregional, regional e internacional

5.3. Quadro da implementação do Plano de Acção Nacional da Luta Contra a Desertificação

5.3.1 Dispositivo institucional e organizacional a nível nacional e descentralizado

5.3.2 Quadro jurídico para implementação do PAN/LCD

5.3.3 Instrumentos da política de suporte a implementação da Convenção do Combate a Desertificação

5.4. Os mecanismos de financiamento durável

5.5 Seguimento e avaliação da implementação do Plano de Acção Nacional da Luta Contra a Desertificação

5.5.1 Mecanismos de seguimento dos ecossistemas e da degradação da terra

5.5.2 Seguimento e avaliação das acções

Conclusão

Bibliografia

VI Projectos identificados (fichas)

Prefácio

A elaboração de uma estratégia nacional da luta contra a seca e a desertificação consubstanciada no PAN/CCD, e afirmada pela comunidade internacional como uma prioridade eleita em matéria de gestão dos solos e de salvaguarda dos ecossistemas das terras secas e frágeis das zonas áridas e semi áridas do mundo, ocupa HOJE na Guiné-Bissau, uma grande parte das políticas e dos discursos oficiais.

A desertificação afecta actualmente um quarto da superfície do globo, em África, mais de um bilhão de hectar, ou seja 73% das terras secas servindo a agricultura são moderadamente ou gravemente afectadas pela desertificação. Ela é causada principalmente pela desmatagem, sobre exploração das terras, excesso de pastagem, práticas de irrigação imprópria. Estas actividades surgem da má gestão das terras, e resultam das condições socio-económicas difíceis nas quais os camponeses e as populações rurais vivem.

Assim, a Cimeira do Planeta Terra do Rio em 1992 e as suas decisões as quais deram lugar, nomeadamente A Convenção da Luta contra a Desertificação, permite actualmente rectificar o “**tiro**” e proceder a uma harmonização de iniciativas em matéria da gestão dos recursos naturais e das terras. Esta *"Convenção das Nações Unidas da Luta contra a Desertificação nos Países gravemente afectados pela seca e/ou a desertificação, em particular em África"*, para utilizar o seu título completo, constitui um engajamento da comunidade internacional para lutar de forma concertada e por um longo período contra a desertificação e seus efeitos devastadores.

Segundo os seus próprios termos, a Convenção tem por objectivo *"lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca nos Países gravemente afectados..."*. Para atingir esses objectivos, a Convenção propõe uma acção fazendo intervir uma abordagem holística e de parceria centrada no melhoramento da produtividade das culturas, na regeneração dos solos, a conservação e uma gestão durável dos recursos hídricos e terrestres. Esta acção deveria também prevenir, a longo prazo, as consequências da desertificação, compreendendo as irrigações massivas, o desaparecimento das espécies, as mudanças climáticas e a necessidade de uma ajuda de urgência às populações em situações de crise.

Compreendemos, então satisfatoriamente que a luta contra a desertificação é progressivamente alargada e extensiva à gestão multifuncional do património ou dos recursos, baseada no conhecimento perfeito oriundo da prática e de uma pesquisa de qualidade sobre: (i) a função ecológica (gestão centrada sobre a biodiversidade); (ii) a função económica (de produção); (iii) a função social (desenvolvimento de florestas comunitárias, sagradas, etc.).

A análise da situação actual na Guiné-Bissau indica que o meio natural pelas razões diversas, é submetido a um processo da degradação multifacial, contínua mais ou menos intensa segundo os lugares e que se risca a comprometer a médio e longo prazo o desenvolvimento económico e social do país, baseado essencialmente e por longo tempo no sector rural. A manifestação deste fenómeno de desertificação é cada vez mais sentida e de uma forma evidente resultante fundamentalmente das acções do Homem.

É neste contexto que o Governo, através de várias instituições nacionais vocacionadas e com o apoio dos nossos parceiros internacionais, vem desenvolvendo acções tais como a elaboração e adopção do Plano de Acção Nacional da Luta Contra a Desertificação (PAN/LCD) e o seu quadro de operacionalização para curto, médio e longo prazo. Este importante documento estratégico, está em conformidade com as orientações da Carta de Política do Desenvolvimento Agrário (CPDA), e do

DENARP visando com isso um equilíbrio entre a problemática de Conservação dos recursos naturais e a sua Utilização na perspectiva da melhoria das condições de vida das populações e a redução da pobreza, alcançando desta forma os Objectivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD).

Nesta base a adopção do PAN/LCD permitirá encontrar melhores soluções aos problemas que se nos oferecem e que justificam abertura de um processo como este.

Em todo o caso, a questão fundiária em via de regulamentação no país, seria também um factor essencial para o ordenamento do território e na concretização dos objectivos do desenvolvimento durável. Assim, a formulação de uma política clara e consequente nesse domínio seria necessária e imprescindível a fim de corrigir as tendências actuais do processo de deterioração do meio natural e por repercussão dos efeitos catastróficos da seca e da desertificação.

É certamente, uma pista que seria susceptível de abrir a via de acção nos próximos anos.

Sua Excia Senhor Sola N´Quilin NABITCHITA
Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Abreviaturas

AD : Acção para o Desenvolvimento

ADCTAL : Associação para o Desenvolvimento Local

ADIG-NAFAYA : Associação Guineense de Apoio ao desenvolvimento de iniciativas
comunitárias

AFVP :

AGIR : Programa Regional de Apoio a Gestão Integrada dos Recursos Naturais

APGGB : Áreas Protegidas Transfronteiriças da Guiné e Guiné-Bissau

CCD : Convenção sobre a Diversidade Biológica

CECI : Centro Canadano de Cooperação Internacional

CITES : Convenção sobre Comercio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem
Ameaçadas de Extinção

CFM : Congresso Florestal Mundial

CILSS : Comité Permanente Inter-Estado de Luta Contra a Seca no Sahel

CMS : Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias Selvagens

CNA : Conselho Nacional do Ambiente

DGFC : Direcção Geral das Florestas e Caça

DGA : Direcção Geral do Ambiente

DHAS: Direcção de Hidráulica Agrícola e Solos

EPAN-DB : Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Diversidade Biológica

APM : Estratégia Regional das Áreas Protegidas Marinhas

FAO : Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FBGB: Fundação para a Biodiversidade da Guiné-Bissau

FIBA : Fundação Internacional do Banc D'Arguin

GEF : Fundo para o Ambiente Mundial

GITT : Gestão Integrada do Território da Tabanca

GPC : Gabinete de Planificação Costeira

GFC : Gestão da Floresta Comunitária

IBAP : Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

INDE : Instituto para o Desenvolvimento da Educação
INA : Instituto Nacional do Ambiente
INEP : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INITA : Instituto Nacional de Investigação e de Tecnologia Aplicada
INPA : Instituto Nacional de Pesquisa Agraria
IREM : Iniciativa Regional para o Ambiente Mundial do Fundo Francês
MAB : Programa Homem e a Biosfera do UNESCO
MDRA : Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura
MOPCU : Ministério das Obras Publicas Construções e Urbanismo
NEPAD : Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OMVG : Organização para o aproveitamento da bacia do Rio Gâmbia
ONC : Órgão Nacional de Coordenação
ONG : Organização Não Governamental
PAFT : Plano de Acção Florestal Tropical
PACIPE : Programa de Assistência Técnica a Comunicação e Informação sobre a Protecção do Ambiente
PFIE : Projecto de Formação e Informação sobre o Ambiente
PNGA : Plano Nacional de Gestão Ambiental
PNUD : Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRCM : Programa Regional de Conservação Marinha
PUB : Plano Director Urbanístico de Bissau
SNV: Serviço Holandês da Cooperação
SIG : Sistema de Informação Geográfico
SWISSAID : Fundação Suíça para a Cooperação ao Desenvolvimento
UE : União Europeia
UNESCO : Organização das Nações Unidas para Ciência e Educação
UICN : União Mundial para a Natureza
UNSO : Gabinete das Nações Unidas para a Região Soudano-Sahélienne
WWF : Fundo para a Natureza

Glossário

Biodiversidade – é a variedade e distribuição da vida na terra, isto quer dizer a totalidade de génesis, das espécies e dos ecossistemas. Ela compreende as espécies animais, vegetais e os microrganismos

Desertificação – é a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultantes de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas;

Combate à desertificação – são as actividades que fazem parte do aproveitamento integrado da terra nas zonas áridas e sub-húmidas secas com vista ao seu desenvolvimento sustentável e que tem por objectivo:

- 1- a prevenção e/ou redução da degradação das terras;
- 2- a reabilitação de terras parcialmente degradadas;
- 3- a recuperação de terras degradadas.

Seca – É o fenómeno que ocorre naturalmente quando a precipitação registada é significativamente inferior aos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afecta negativamente os sistemas da produção dependentes dos recursos da terra;

Mitigação dos efeitos da seca – São actividades relacionadas com a previsão da seca e dirigidas à redução da vulnerabilidade da sociedade e dos sistemas naturais àquele fenómeno no que se refere ao combate à desertificação;

Terra – é o sistema bio-produtivo terrestre que corresponde o solo, a vegetação, outros componentes da biota e os processos ecológicos e hidrológicos que se desenvolvem dentro do sistema;

Degradação da terra - É a degradação ou perda, nas zonas áridas, semi-áridas e sub- -húmidas secas, da produtividade biológica ou económica e da complexidade das terras agrícolas de sequeiro, das terras agrícolas irrigadas, das pastagens naturais, das pastagens semeadas, das florestas e das matas nativas devido aos sistemas de utilização da terra ou a um processo ou combinações de processos, incluindo os que resultam da actividade do homem e das formas de ocupação do território, tais como:

- 1- erosão do solo causada pelo vento e/ou água;
- 2- a deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou económicas do solo;
- 3- a destruição da vegetação por períodos prolongados.

Zonas árida, semi-áridas e sub-húmidas secas –São todas as regiões, com exceção das zonas polares e das sub-polares, nas quais a razão entre a precipitação anual e a evapotranspiração potencial esteja compreendida entre 0,05 e 0,65;

I. Lista dos Quadros/Tabelas

II. Lista das Figuras

I Introdução

A desertificação é um fenómeno que conduz a degradação da terra e dos habitats. Ela afecta cerca de 1/6 da população mundial, comprometendo uma superfície de cerca 3,6 mil milhões de hectares, isto é, aproximadamente 30% das zonas continentais do planeta. Assume-se como questão candente carecida de medida de combate urgente (PAN/LCD Portugal, 1999).

A Guiné-Bissau é um país tropical onde abundam os recursos naturais, muitos deles frágeis e sujeitos a degradação, em caso de uma gestão inadequada ou abusiva da diversidade biológica. A ameaça da degradação da terra se faz sentir cada vez mais, devido a sua vizinhança com os países sahelianos. Um dos exemplos palpáveis, é a diminuição das chuvas nos últimos anos, seguido pela savanização das florestas e salinização das savanas.

A desertificação é a degradação das terras nas áreas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas. As suas causas fundamentais são as actividades antrópicas e as variações climáticas. A comunidade conheceu há muito tempo que a desertificação é um problema económico, social e ambiental importante e o que preocupa muitos países em todas as regiões do mundo. Ela é um processo de degradação ambiental que depende de uma multiplicidade de factores, podendo conduzir a situações de degradação irreversível. As suas manifestações incluem a erosão acelerada do solo, o aumento da salinização dos solos, o aumento de escoamento superficial pela diminuição e retenção da água no solo, a redução da diversidade das espécies e a redução da produtividade, conduzindo ao empobrecimento das comunidades humanas, dependentes deste ecossistema (PAN/LCD Portugal, 1999)

Entretanto na Guiné-Bissau, este fenómeno não é tão visível em comparação com os países desérticos ou sahelianos propriamente dito. É por isso que se optou- por utilizar mais o termo *degradação da terra*, em detrimento da *desertificação*, para poder explicar as diferentes iniciativas em curso, no quadro da conservação e da utilização dos recursos naturais na Guiné-Bissau.

A Convenção da luta contra a desertificação, foi ratificada pela Assembleia Nacional da Guiné-Bissau, em Março de 1995. É nesse período onde se começou a criar e consolidar as instituições que trabalham no domínio do ambiente e na gestão dos recursos naturais

A Guiné-Bissau, fazendo parte dos países signatários da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação. Este documento emanado da conferência do RIO de 1992, convida as partes contratantes à elaborarem o Plano de Acção Nacional da Luta Contra a Desertificação (PAN/LCD). Na África Ocidental, a Guiné-Bissau é o único país que não dispõe ainda do plano de acção. As razões que estiveram na origem desse atraso, vem dos problemas de instabilidade política e institucional, e a falta de recursos financeiros.

Na perspectiva de cumprir com o principal engajamento da convenção, foi lançado o processo da elaboração do PAN/LCD. Este processo participativo envolvendo toda a

camada da sociedade guineense (instituições do estado, ONG's, Associações de base), foi caracterizado em primeiro lugar pela elaboração do diagnóstico nas quatro regiões naturais do país (Norte, Sul, Leste e o Arquipélago dos Bijagós), que permitiu recolher as principais preocupações das populações concernente a gestão dos recursos naturais e a ameaça da degradação da terra. Paralelamente a este diagnóstico, foram realizados dois importantes estudos. Um estudo socio-económico e um estudo jurídico e institucional.

Um primeiro fórum do lançamento da elaboração do PAN/LCD foi realizado em Bissau no mês de Setembro de 2004 com os seguintes objectivos:

- Obtenção dum consenso sobre sintomas, as razões, causas e consequências subjacentes à degradação das terras na Guiné Bissau;
- Identificar domínios importantes e prioritários para a elaboração do PAN/LCD e a interface entre estes domínios e esquemas/programas estratégicos ou quadros de concertação e de diálogo pertinentes;
- Definição de metodologias apropriadas à elaboração do PAN/LCD numa forma participativa e implicando todos os actores e assegurar coerência entre diferentes intervenções/acções, baseando nos quadros programáticos existentes.

Este relatório subsidio para elaboração do plano de acção da luta contra a desertificação ora elaborado, vai permitir a elaboração do PAN/LCD. A metodologia utilizada para elaborar o presente relatório, é simples, ela consiste no seguinte:

- revisão bibliográfica dos relatórios e documentos relacionados com o ambiente em geral e a gestão dos recursos naturais, da biodiversidade e das terras;
- recolha de dados estatísticos relacionados com a situação biofísica e sócio-económica do país,
- recenseamento das acções e das iniciativas em curso no domínio da conservação do ambiente, implementados pelo Estado, ONG's e Associação de base;
- análise dos diferentes instrumentos de política existentes no país, com intuito de apreciar a sua relação com as acções de combate a desertificação e degradação das terras.

II - Contexto geográfico e socio-económico

2.1 Situação Geográfica da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau encontra-se situada na África Ocidental entre o Senegal ao Norte e a Guiné-Conakry ao Sul e Este; ao Oeste é limitada pelo Oceano Atlântico. As suas coordenadas geográficas situam-na do Cabo Roxo (latitude 12º 20' Norte) à Ponta Cagete (latitude 10º 59' Norte) e entre os meridianos 13º 38' e 16º 43' W. A Superfície total da Guiné-Bissau é de 36 125 Km² e a sua plataforma continental marítima é de 53 000 Km²



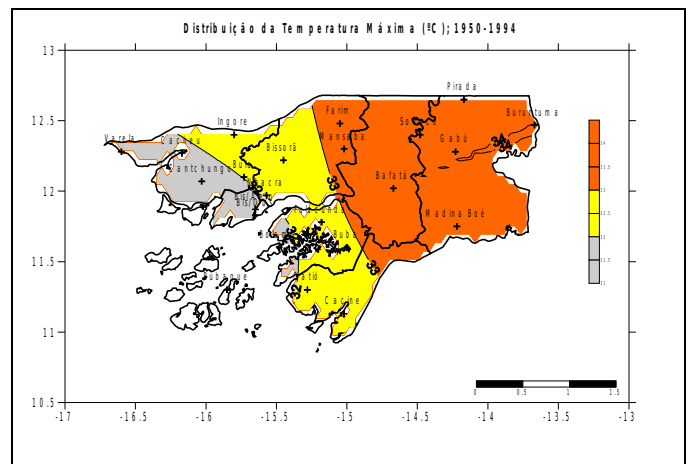
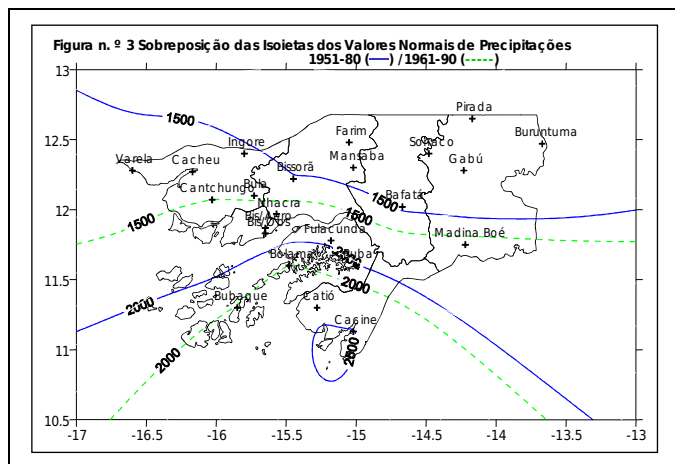
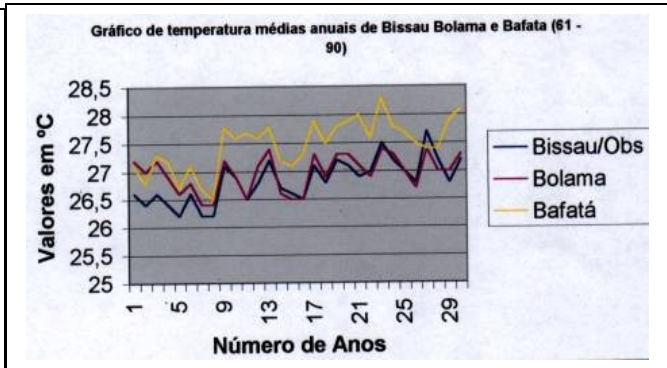
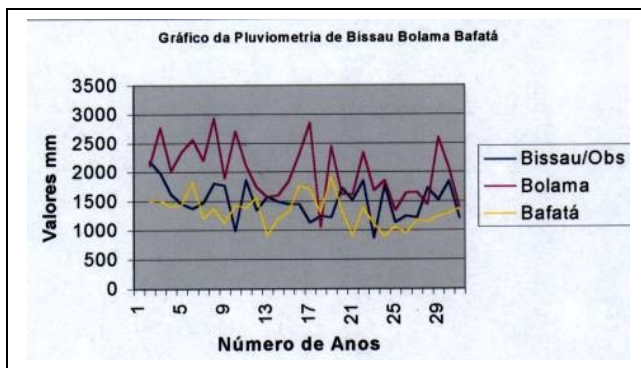
2.2 Caracterização físico-biológica

A Guiné-Bissau faz parte de duas coberturas **geológicas** principais, meso-cenozóica que engloba sobretudo a zona costeira e faz parte da grande bacia sedimentar senegalo-mauritaniana, abundam nessa zona formações recentes onde se depositam os sedimentos de quaternário, que coincidem exactamente com a zona coberta por mangais e a cobertura Paleozóica, formação antiga com abundância das rochas cristalinas formadas por granitos, couraças velhas ferralíticas, couraças lateritas onde fazem parte o planalto de Bafatá as peniplanices de Gabú as colinas de Boé.

No que concerne a **Geomorfologia**, a Guiné-Bissau caracteriza-se por um relevo simples e pouco acentuado, onde a altitude máxima não ultrapassa os 300 m nas imediações do maciço de Futa Djallon junto da fronteira com Guiné-Conakry. Podem diferenciar-se cinco zonas principais : Planície Litoral, Peneplanície de Gabú, Planalto de Bafatá, Colinas de Boé, Zona de transição de Oio e de Forrea.

O **Clima** é tropical húmido com duas estações anuais. Uma estação seca que vai de Novembro a Abril e uma estação das chuvas, que vai de Maio a Outubro. A média anual das precipitações oscila entre 1500 mm no norte a 2000 mm no sul. A temperatura anual sob a influência dos ventos alísios varia entre 24 a 27°C. A humidade relativa média é bastante acentuada (cerca de 70 %) e essencialmente influenciada pelo regime dos ventos. A pluviosidade e a proximidade da costa.

O gráfico abaixo representado, demonstra que nos últimos 10 anos, o nível da precipitação tem baixado de forma impressionante em todo o território nacional, contrariamente do que está acontecer com a temperatura, que tem estado a aumentar regularmente em todo país



Extraído de (Da Silva, A. O. e Lopes, R. 2004)

No tocante a **hidrografia**, a Guiné-Bissau é rico em recursos hídricos. a costa é recortada por vários rios e rias de norte ao sul entre os quais se encontram, rio Cacheu, rio Mansoa, rio Geba, rio Corubal, rio Grande de Buba, rio Cumbijã rio Tombali e rio Cacine (ver o capítulo III).

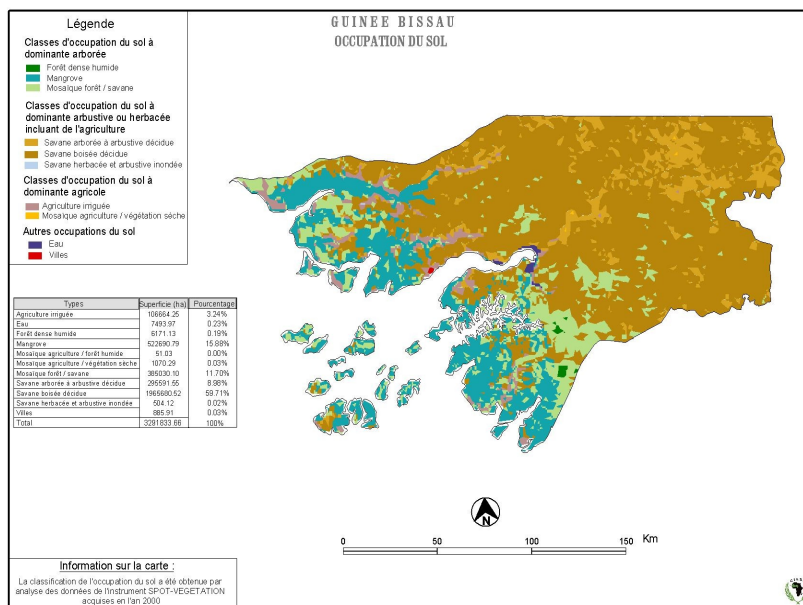
Quanto aos **solos**, distingue-se os seguintes tipos na Guiné-Bissau: os solos hidromórficos que se dividem em hidromórficos marinhos e continentais (os primeiros, são solos utilizados para o cultivo de arroz de “bolanha” de “tarrafe” e os segundos são utilizados para o cultivo

de arroz de “bas-fonds”); os solos de planaltos ou ferralíticos e ferruginosos tropicais; os solos líticos (litosolos), nas colinas do Boé e os regossolos.

A **fauna** é rica e diversificada tanto em mamíferos, répteis, como em aves. Entretanto existem espécies raras e em vias de extinção como o peixe-boi, hipopótamos, crocodilos, tartarugas marinhas, diferentes espécies de macacos, Búfalos...

A riqueza faunística compreende ainda 374 espécies de aves divididas em 31 famílias aproximadamente. Os resultados do inventário faunístico (CECI/UICN/DGFC, 1989), faz a seguinte referência: existência de 11 espécies de primatas, 21 espécies de carnívoras, 19 espécies de ongulados, 39 espécies de répteis, 10 espécies de quiropteros, (85 espécies de répteis e 31 espécies de anfíbios recenseadas nos Arquipélago dos Bijagós).

As **formações vegetais** predominantes são as savanas arbóreas e arbustivas, florestas claras e abertas, assim como uma pequena porção de florestas sub-húmidas no sul do país, especificamente na zona de Cantanhez. Entre as formações vegetais predominantes na Guiné-Bissau, também pode-se destacar os mangais, que ocupam aproximadamente 7% do território nacional.



2.3 Contexto socio-económico

- ❑ **Demografia** : uma população estimada em 1 300 000 (2005), da qual 80% é rural, e 51,7% é feminina. A taxa média de crescimento é de 2,3% e a densidade populacional é de 30 habitantes por km². A População urbana é de 31,5% e a População rural é de 68,5%
- ❑ **Principais etnias e as suas zonas de predominância:**

- **Leste** : Fulas (59,2% em Bafatá e 75,5% em Gabú); Mandingas (21,2% em Bafatá e 15,3% em Gabú); Outras etnias.
 - **Norte** : Balantas e Mandingas predominam; Balanta Mané, Mansoncas; Papeis (79% em Biombo); Balantas (21% em Biombo); Manjacos, Felupes, Banhuns e Cassangas. Outras etnias.
 - **Sul** : Nalús, Balantas, Beafadas, Soussos e Tandas
- **Educação**: a taxa de analfabetismo é de 59% para os homens e 85% para as mulheres
 - **Saúde**: a taxa de mortalidade infantil é 140/1000 e a da mortalidade materna é de 910/100.000. As principais causas mortalidade são o paludismo, diarreias, IRA, Tuberculose,
 - **Águas e Saneamento**: 51% da população não tem acesso a água potável. A taxa de cobertura rural é de 47% e a taxa de cobertura em latrinas é de 30%.
 - **Economia**: o PNB por habitante é de 230 USD (2005). A dívida externa é acima de 900 milhões USD

Tabela Nº1 Resumo dos principais indicadores

Saúde		
Taxa de mortalidade infantil	140/1.000	132/1000 nados vivos
Taxa de mortalidade materna	914/100.000 nados vivos	910/100.000 nados vivos
Esperança de vida à nascença	45 anos	44,8 anos (2000)
Acesso aos serviços de saúde	1 médico/5800 habitantes	1/5882 habitantes
Acesso às infra-estruturas de saúde	1 centro de saúde/9320 habitantes	
População total com acesso à água potável	59 %	49 %
População urbana com acesso à água potável	47 %	57
População rural com acesso à água potável	59 %	49 % (2000)
Educação		
Taxa de analfabetismo total	68 %	61,5 %
- homens	59 %	-
- mulheres	85 %	-
- taxa de alfabetização combinada dos níveis primários e secundários	45 %	37 % (2000)

* Fonte: PNUD, *Rapport National sur le Développement Humain 2006*

III – Balanço e diagnóstico da luta contra a desertificação e a gestão dos recursos naturais

3.1 Estado da utilização dos recursos naturais

Agricultura

O sub-desenvolvimento agrícola, acompanhado por tecnologias e práticas ineficientes e ambientalmente incorrectas, constitui uma das causas do desflorestamento, empobrecimento e erosão de solos. O sistema de produção cerealífera itinerante contribui grandemente para a degradação florestal, embora não existam estatísticas realistas que confirmem a sua incidência (PNGA, 2004)

A agricultura é a base da economia guineense pois ela fornece 50% do PIB, 82% da ocupação da população activa e 93% das exportações. É praticada por duas categorias de agricultores:

- os pequenos produtores das aldeias (tabancas), estimados em cerca de 90.000, que constituem essencialmente a população rural e são responsáveis por 90% da produção,
- os ponteiros, geralmente designados por agricultores modernos que dispõem de concessões fundiárias importantes, variando de 20 a 300 ha, fornecidas pelo Estado, que cobrem 27% das terras cultiváveis. Ocupam os melhores terrenos agrícolas, representado cerca de 2200 concessões, das quais 1200 produtivas.

A nível nacional, a superfície cultivada é estimada em cerca de 200.000 ha. Uma superfície de aproximadamente 68.000 ha¹ é cultivada com arroz, dos quais 37% com arroz de sequeiro (*pampam*) e 63% com arroz de *bas-fonds* e de mangal. A superfície de arroz de mangal teria diminuído para pouco mais de 20% da superfície total de arroz, segundo as estatísticas do MDRA.

Os outros cereais cultivados são o milho bacil (14.800 ha em 1994/95), o sorgo (15.400 ha), o milho-preto (37.200 ha) e o *fundo* (estimado em 3.500 ha), abrangendo no total cerca de 70.900 ha, com rendimentos entre 500 e 1000 kg/ha. Outros produtos cultivados são o amendoim (15.700 ha), a mandioca (1.400 ha), o algodão (3.000 ha), o caju (103.000 ha) e o feijão (3.500 ha), além de legumes, outros tubérculos, óleo de palma e frutas (banana, manga, limão, etc.) (CPDA 2002).

Tendo em conta a demanda do mercado, o crescimento demográfico, a necessidade do aumento de produção para satisfazer o crescimento demográfico, uma vez que arroz constitui o principal alimento dos Guineenses, a tendência é de haver maior pressão sobre o planalto para a prática da agricultura itinerante (devastação e queimadas das diferentes essências florestais, provocando a perda da biodiversidade e o avanço da desertificação e a seca). Ver imagem abaixo:

Recursos florestais

¹ Anuário Estatístico de 1994 da DEA do MDRA.

O país dispõe de recursos florestais consideráveis, com cerca de 2 milhões de hectares de superfície com ecossistemas diversos (florestas sub-húmidas, secas, galerias, savanas, palmeirais e mangais).

As reservas em em 1995, milhões de m³. são suficientes para consumo madeira de serviços e de estimada perto de m³. (CPDA



madeira eram, estimadas em 48 Estes recursos teoricamente cobrir o nacional em obras, de energia de 1,2 milhões 2004).

A madeira para energia inclui a lenha (cerca de 650.000 toneladas anuais para o consumo interno) e o carvão (137.000 toneladas por ano de carvão vegetal, utilizado para o consumo interno).

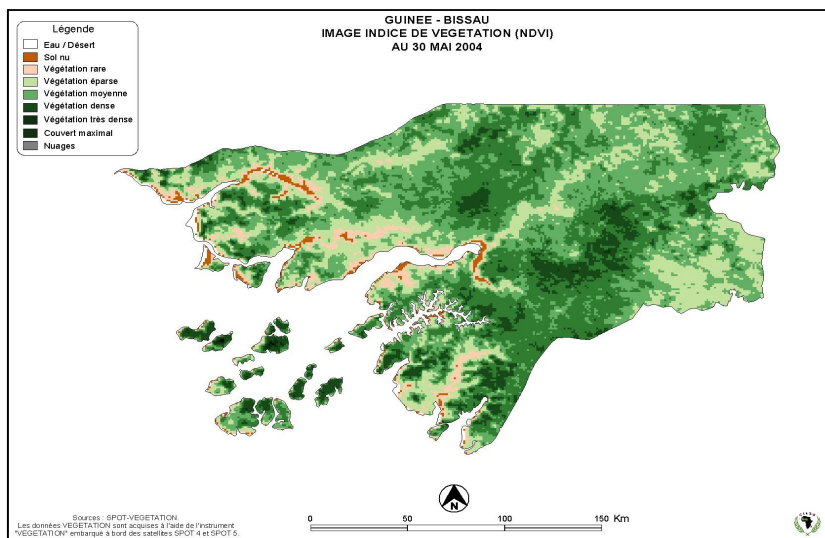
Ao consumo nacional há que acrescentar as exportações oficiais, assim como as exportações clandestinas (nomeadamente de carvão); isso corresponde a um consumo total que se situa na ordem dos 2,1 milhões de m³ por ano (1992).

A exploração madeireira conduziu a uma alarmante degradação do potencial florestal, ameaçando o próprio ecossistema com desequilíbrios, chegando-se a atingir situações de extremo, como é o caso das zonas fronteiriças do Leste, nomeadamente Pirada, Canquelifá, Pitche e arredores, contribuindo para a acentuação dos efeitos das mudanças climáticas, traduzidas em temperaturas elevadas [Pirada - temp. máxima 43^o C, média 39^o C (PASP), quando a temperatura no país varia entre os 24^o e 27^o C], reduzida pluviosidade (1200 mm), seca, níveis de lençol freático cada vez mais profundos e inacessíveis (em Nov. de 2001 o lençol freático em poços tradicionais captava-se a 35 m de profundidade, enquanto que em Pitche a 50 m – dados fornecidos pela Comissão de Desenvolvimento de Pirada). (PNGA 2004)

Por esta razão, de acordo com a Carta da Política de Desenvolvimento Agrário (CPDA 2002) 625 m³ são anualmente devastados pela exploração madeira, carvoeira, lenhosa, agricultura itinerante (desbravamentos e queimadas), monocultura de caju, apicultura e pesca artesanal na vertente transformação. Estas devastações traduzem-se em degradações sub-sectoriais estimadas em:

- redução de 30% das superfícies das florestas sub-húmidas densas na Região de Tombali,

- redução de 57% das superfícies das florestas de savana de Bafatá, Oio e Gabú,
- redução de 19% das superfícies de florestas de mangal. (Silva e Vaz, 2001)



Segundo o modelo de crescimento optimista, as áreas florestais não degradadas serão reduzidas de cerca de 400.000 ha entre 1990 e 2010 (de 1975 a 1990, as florestas desapareciam a um ritmo de 28.000 ha por ano). Este ritmo diminuiu a partir de 1990 devido, em parte, ao aumento da produtividade e à diminuição do crescimento da população, mas sobretudo porque não restarão mais florestas boas para degradar ou para desflorestar. No que concerne as florestas degradadas, de 1975 a 1990, a sua área aumentou em mais de 200.000 hectares ou 15.000 ha por ano. De 1990 a 1995, o ritmo anual de savanização crescerá de 30.000 ha por ano, e depois reduzi-se progressivamente para 7.000 ha por ano de 2005 a 2010, isto porque não restarão mais florestas para degradar (CPDA, 1997). Embora os dados acima são projecções dos cenários à longo prazo, a situação da degradação dos recursos florestais é preocupante a nível nacional.

Observa-se uma desvalorização qualitativa do património florestal com o desaparecimento das formações densas em benefício das florestas degradadas e de savanas; além disso, as produções florestais, com excepção da madeira, diminuem.

De acordo com o PNGA 2004, a pressão actual tende essencialmente para as florestas do Sul, zonas cruciais na manutenção do equilíbrio ecológico nacional, pela existência ainda da vegetação de grande porte, capaz de regular o regime pluviométrico e hidrológico.

Na Região de Quinara e Tombali existe uma forte pressão nas actividades extractivas de cibe (*Borassus aethiopium*) e outras essências como o Bissilão (*Khaya senegalensis*) e Pau Sangue (*Pterocarpus erinaceus*) também se tornaram ameaçadas e escassas, o Bissilão, que, na Região de Quinara, concretamente nas zonas de Buba, é detectado só por caçadores durante a actividade cinegética (dados recolhidos no terreno). Só em 1996, foram extraídos 245 m³ de Bissilão em Quinara (Silva e Vaz, 2001).

As acções empreendidas para lutar contra a degradação são insuficientes: as acções de reflorestação são inexistentes ou ineficazes, devido a não aplicação no sector público nem no sector privado das obrigações de reflorestação compensadoras da exploração florestal. A acção dos guardas florestais, geralmente saídos do exército, é limitada na matéria, e os camponeses não recebem ainda apoio suficiente no desenvolvimento da silvicultura comunitária participativa, no quadro da gestão dos espaços rurais. (CPDA 2002). Não obstante essas insuficiências, o Governo de Guiné-Bissau, engajou-se na assinatura de Convenção das Nações Unidas do Combate à Desertificação, que está na origem da elaboração desse Plano de Acção da Luta Contra a Seca e a Desertificação, para fazer face a luta e a defesa contra a desertificação.

Recursos em solos

Quanto aos solos, distingue-se os seguintes tipos na Guiné-Bissau: os solos hidromórficos que se dividem em hidromórficos marinhos e continentais (os primeiros, são solos utilizados para o cultivo de arroz de “bolanha” de “tarrafe” e os segundos são utilizados para o cultivo de arroz de “bas-fonds”); os solos de planaltos ou ferralíticos e ferruginosos tropicais; os solos líticos (litosolos), nas colinas do Boé e os regossolos.

Quadro 1. Tipos de solos e a sua superfície

Tipos de solos	Área (ha)	Taxa %
1. Ferralíticos e Fersialíticos	1960000	62
2. Litólicos e Litossolos	550000	17
3. Regossolos Psamíticos	20000	1
4. Solos Hidromórficos:	650000	20
4.1. Continentais	150000	5
4.2. Derivados de aluviões marinhos	500000	15
4.2.1. Polderes tropicais	100000	3
4.2.2. Halo – hidromórficos	400000	12

Fonte: Teixeira Silva – Solos da Guiné-Portuguesa 1962

Hidrologia e recursos hídricos

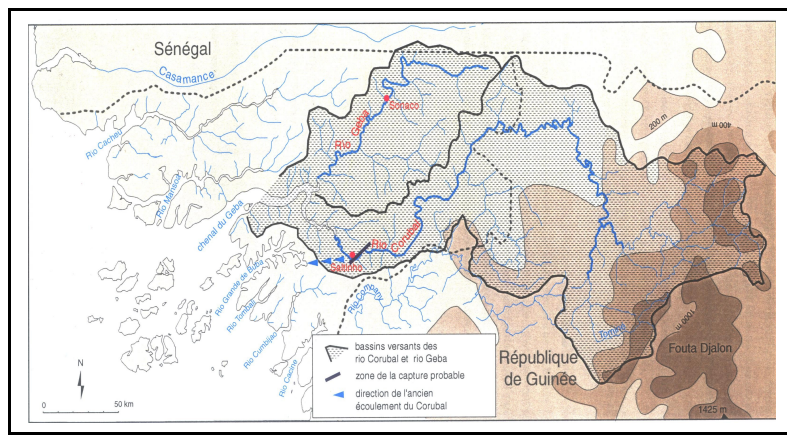
No tocante a **hidrografia e recursos hídricos**, a Guiné-Bissau é recortada por vários rios e rias de norte ao sul entre os quais se encontram, rio Cacheu, rio Mansoa, rio Geba, rio Corubal, rio Grande de Buba, rio Cumbijã, rio Tombali e rio Cacine. No que concerne

ao rio Geba os seus afluentes registam em algumas partes do seu percurso uma perda importante do caudal em períodos de estiagem como é o caso em Bidigor. O aprovisionamento em água em todo o país está condicionado pelo regime pluviométrico (diminuição e irregularidade das chuvas) e a profundidade dos aquíferos. No leste o mastriciano é profundo e de captação difícil, enquanto noutras regiões do país, onde predominam as formações sedimentárias, este aquífero capta-se facilmente.

A cobertura nacional de aprovisionamento da água está estimada em 68% nas zonas rurais, 36% nas zonas sub-urbanas e 34% nos centros urbanos. Este nível de cobertura, é o resultado de esforços realizados nos últimos anos, para satisfazer as necessidades das populações em termos de acesso a água potável. No entanto, apesar desse esforço consentido, só 49% da população total da Guiné-Bissau tem acesso à água potável, segundo o relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD de 1992.

Existem enormes potencialidades hídricas nas regiões de Biombo Cacheu e Oio, mais os casos de poluição dos aquíferos pelas águas salgadas, são mais correntes nestas regiões. Um outro risco de poluição pode vir da contaminação dos furos do mastriciano em Bissau e noutras regiões, alargando essa contaminação em milhares de quilómetros ao longo da costa ocidental da África.

As bacias do Koliba/Corubal e do Kayanga/Géba são objectos de um estudo de Esquema Director de Ordenamento e Desenvolvimento Integrado que está em vias de execução no âmbito da Organização para a Valorização do Rio Gâmbia (OMVG), a qual tem também mandato para estas duas bacias. Em 1991, a exploração das águas da superfície dos rios Geba e Corubal, foi estimada em 1,5 milhões de m³ (Da Silva, A. O. e Lopes, R. 2004).



Bacias de Rio Geba e Corubal. Extraído de (G Pennober, 1999)

Recursos minerais

O inventário dos minerais da Guiné-Bissau encontra-se na Direcção Geral da Geologia e Minas, num sistema de base de dados com 85 minerais 12 dos quais úteis: areia, cascalho, argila, caulim, laterite, conchas de pedras calcárias, quartzite, granito, dolorite, bauxite,

areia preta e fosfato. O potencial mineral do país foi avaliado e um plano delineado para o seu desenvolvimento no intuito de ajudar o Governo a orientar a sua política mineral.

Há muita especulação quanto à exploração do bauxite e fosfato. Mas, segundo os dados tirados do PNGA 2004, os depósitos existentes de bauxite, fosfatos e óxidos de cálcio (areia preta) não são economicamente rentáveis para a exploração. O cenário económico do bauxite do Boé pode mudar através de um programa conjunto de exploração dos ricos depósitos de bauxite da vizinha República da Guiné. Um tal projecto deve incluir uma rede ferroviária de 175 km, um porto e uma fábrica de alumínio em Buba (Guiné-Bissau). Para isso é necessário medidas de precaução que não ponham em risco a degradação dos ecossistemas e do solo.

Em relação ao petróleo, segundo as informações, algumas Empresas já fizeram prospecção nos 12 blocos marítimos, na qual aponta-se para uma perspectiva de exploração. Sendo assim, urge a necessidade do PAN/LCD, propor em colaboração com o projecto de mudanças climáticas e CAIA, a realização de Estudo de Impacto Ambiental e medidas de mitigação para que a futura exploração não venha a afectar o meio ambiente e provocar efeitos negativos sobre o meio ambiente (Solo, vegetação, recursos haliêuticos, etc...).

Recursos animais

O sistema de cria na Guiné-Bissau é extensivo, o que significa que a maioria dos criadores deixam gados no pasto durante todo o dia. A sua relação com a degradação do solo está interligado com a transumância que são praticadas na zona leste, em consequência da seca, que se verifica nos meados de Fevereiro à Março, onde os criadores acompanham animais, percorrendo uma grande distância a procura das zonas húmidas, para permitir os animais a ter pasto para alimentação e água para beber.

Os números dos efectivos que são levados na mesma época, poderá ter um impacto negativo no solo, tendo em conta a incidência do peso dos animais no solo e sobre as pastagens, causando assim a erosão do solo, se for procedido duma intensa chuva durante a época de chuva.

A produção animal tem alguma influência na degradação florestal, na medida em que os criadores utilizam o fogo para renovarem as ervas durante o período de insuficiência de pastos e na maioria dos casos, não controlam o fogo que provoca danos florestais em centenas de hectares. Também a transumância desorganizada (ver mapa da transumância no capítulo **XXX**) na época seca, poderá ter o impacto negativo sobre a degradação do solo, uma vez que os animais percorrem vários quilómetros de distância.

Na Guiné-Bissau, existe um equilíbrio entre a densidade animal e os recursos pastoris. Não foi constatada em nenhuma literatura consultada pelos autores desse trabalho, os efeitos graves de deterioração da cobertura vegetal, devido a carga animal nos pastos. Ao contrário, os animais contribuem para a fertilidade de solo através das fezes que são expostas durante as pastagens.

Embora do equilíbrio existente entre a densidade animal e os recursos pastoris, (DGFC/SNV 1993), pode se afirmar que os pastos em termos de quantidade e qualidade, cada vez se diminui constantemente, devido o aumento do número de gado e por conseguinte a sobre-pastagem. Embora os dados não foram quantificados, essas informações são motivos de realização de estudos científicos que permitam quantificar a sobrecarga dos animais, sobre tudo na zona Leste do País. A sobre-pastagem e a utilização incontrolada do fogo, causa a diminuição e o desaparecimento da biodiversidade e das espécies mais valiosas para o gado, a exemplo de *gramíneas perrenais*

A utilização de tracção animal expandiu-se muito rápido a partir dos anos 90, sobretudo em (Bafatá e Gabú), segundo o trabalho encomendado pela FAO noutros países, feito pelo J.E.Mendes Ferrão 1992, a lavoura com tracção animal nos terrenos acidentados é um caminho seguro para a erosão acelerada e destruição do solo.

Quanto a fauna cinegética, o País é rico do ponto de vista da diversidade faunística, a análise da fauna e degradação do meio ambiente, torna-se difícil fazer uma vez que não foi encontrado literaturas que fazem essa relação. Sabemos que existe uma forte pressão da acção do homem sobre a fauna. Também em nenhuma literatura foi constatada pelos consultores, desbravamento e queimada das matas para fins de caça furtiva. Segundos as informações obtidas dos diferentes actores, essa prática não existe, provavelmente tem haver com a introdução das armas do fogo nas tabancas. As Pessoas utilizam lanças, cães, armas para caça, evitando assim o desbravamento e a queimada das diferentes espécies florestais.

Recursos haliêuticos

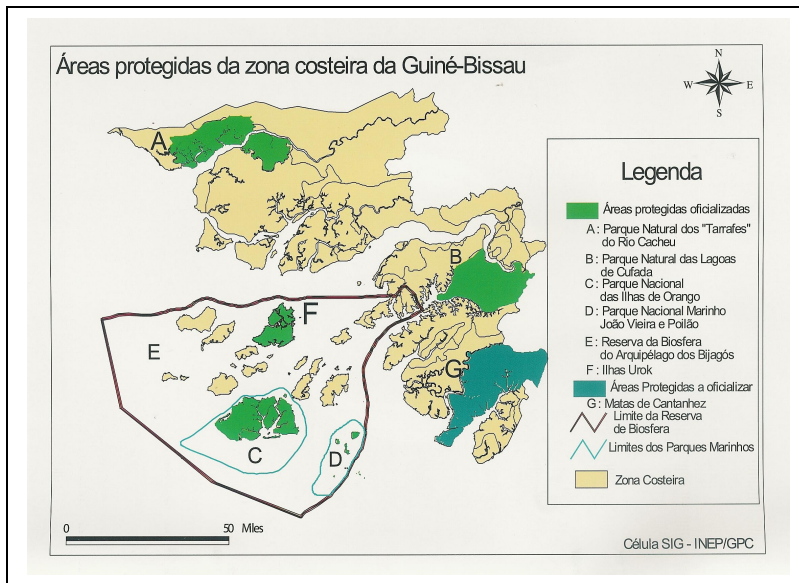
Os recursos halieuticos em si não têm nenhuma relação com a degradação da terra, mas a prática da pesca ilegal, conduz a instalação dos acampamentos de pesca nas zonas centrais da Reserva da Biosfera Arquipélago Bolama Bijagós, e noutras ilhas a nível nacional. Como a maioria desses pescadores praticam actividades da pesca ilegal, cortando os mangais, para fumagem do pescado. Essa prática constitui a verdadeira degradação do ecossistema de mangal.

Um outro aspecto a considerar é a dinâmica costeiras, que está associada com a subida do nível médio do mar, causando forte erosão natural na zona costeira da Guiné-Bissau. Por exemplo, de acordo com as classificações das zonas no Projecto Mudança Climática, a Ilha dos Porcos, ilha de Melo e a Praia de Varela são consideradas zonas quentes, devido ao alto grau da degradação do mangal e erosão na praia. A degradação tem haver com a prática de corte abusiva dos mangais pelos pescadores estrangeiros para fumagem de pescado, o que causa uma forte degradação de mangal, conforme a imagem abaixo:

3.2- Importância da rede das áreas protegidas no combate a desertificação

A Guiné-Bissau dispõe duma rede das áreas protegidas que representa 12% da superfície total do País. Essas redes das áreas protegidas são ricas do ponto de vista da

biodiversidade, elas permitam assegurar a protecção das zonas de grande importância ecológica. As áreas protegidas têm grande papel na protecção do meio ambiente e na protecção da degradação da terra. Nas áreas protegidas, as pessoas que vivem dentro do limite do parque e nos arredores, normalmente são sensibilizados à respeito duma gestão durável dos recursos naturais. As regras da utilização dos recursos nas áreas protegidas, propõem que as actividades da exploração florestal para fins comerciais, actividades agrícolas intensiva, ou seja todas as actividades da utilização dos recursos que põem em causa o meio ambiente e a degradação da terra seja interdita. As áreas protegidas ajudam a conservar as florestas, para manter a diversidade biológica, fazendo face a luta contra a desertificação e a seca.



A maior parte das áreas protegidas da Guiné-Bissau, possuem não só uma importância nacional, mas também regional e internacional. O Parque Nacional Marinho João Vieira Poilão, é o sitio mais importante da desova das tartarugas verdes (*Chelonia mydas*) de todo o atlântico e foi objecto de um "Don à Terra em 2001. O Parque Natural dos Mangais do Rio Cacheu é a área de maior concentração dos mangais na África Ocidental, é a zona de reprodução e criação de camarões por excelência. O Parque Natural das Lagoas de Cufada, é o sitio Ramsar, zonas húmidas de importância internacional, é um biótopo preferido por aves aquáticas, residentes e migradoras. O Parque Nacional de Orango é o sitio onde se concentra a maior diversidade biológica do Arquipélago, com espécies raras e em extinção como: tartarugas marinhas, crocodilos, manatins, golfinhos, gazelas e hipopótamos. A ilha de Orango abriga a única espécie de hipopótamo a viver na água salgada em toda a costa ocidental africana. A Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama dos Bijagós, no quadro da eco-região marinha do " upwelling" saheliano oeste africana (WAMER) é considerado um dos sítios de importância mundial, pela sua particularidade natural e cultural. É uma das zonas mais ricas em biodiversidade na costa atlântica africana. (Relatório de avaliação das áreas protegidas da Guiné-Bissau 2005-Gabinete de Planificação Costeira)

3.3- A Importância das zonas húmidas no combate a desertificação

A Guiné-Bissau conta com uma população de cerca de 1.250.000 habitantes (censo de ano x). Cerca de 80% da população vive na zona costeira do país, procurando assim as melhores condições de vida que as zonas húmidas lhes oferecem. Um milhão de hectares de terras aráveis do país estão directamente dependentes do estado da conservação das zonas húmidas e das áreas envolventes. As zonas húmidas são como esponjas sugadoras de água na época das chuvas, para depois recarregarem as águas subterrâneas através da infiltração. As zonas húmidas exercem um papel importante na manutenção da qualidade da água, pois retêm e reciclam os poluentes derivados da actividade humana, tanto no campo como nas cidades, eliminando também os elementos nocivos como o azoto e o fósforo que, quando atingem quantidades importantes, provocam a eutrofização da água.

As zonas húmidas oferecem condições ideais para o desenvolvimento da vida, isto é, da diversidade biológica: a produtividade das plantas e dos animais são mais elevadas nestas zonas.



O Parque Nacional da Lagoas de Cufada constitui a zona húmida mais célebre do país por serem consideradas, de acordo com os critérios da Conservação de Ramsar única de importância internacional. (Wetlands International, e Gabinete de Planificação Costeira (GPC), 2003. Independentemente da Lagoa de Cufada foram recenseadas 10 sítios, locais consideradas importantes, que poderão ser consideradas segundo os critérios de conservação de Ramsar, potenciais zonas húmidas na Guiné-Bissau.

3.4- As principais causas da degradação da terra na Guiné-Bissau

Os factores responsáveis pela degradação da terra na Guiné-Bissau poderão ser de origem natural e a acção do homem na exploração dos recursos naturais. Os fenómenos naturais

difícilmente podem fazer face aos prejuízos causados no meio ambiente, por serem muito custosas as medidas de mitigação. A degradação pela acção do homem é um desafio do milénio, se quisermos fazer face a luta contra a seca e a desertificação. É óbvio que o factor económico está estritamente ligado a esse último factor.

Em síntese, procuramos realçar os seguintes factores da desertificação a saber:

3.4.1- Factores de origem humana

A desflorestação incontrollada

Os níveis de desflorestação variam consoante as regiões do país. As principais causas da desflorestação são as culturas rotativas nas áreas das florestas (n'pam-pam), a abertura de clareiras para culturas agrícolas (como caju).

Técnicas inadequadas de economia de energia

Na Guiné-Bissau existe uma forte dependência das comunidades no meio rural, em relação ao uso dos recursos naturais existentes. Mas no entanto, foram introduzidas poucas tecnologias alternativas que possibilitem que os recursos naturais sejam utilizados racionalmente pelas mesmas comunidades.

A iniciativa da criação do Instituto Nacional para a Introdução de Tecnologias Aplicada, é para valorizar a biodiversidade e introduzir técnicas alternativas, que não põem em risco os ecossistemas e recursos naturais. A implementação do projecto de valorização do património florestal através da introdução de técnicas melhoradas para exploração do carvão. É um dos exemplos de vulgarização das técnicas alternativas de gestão racional dos recursos. Por exemplo a introdução de fornos melhorados que permitam usar poucas quantidades de lenha, sem ter que cortar grande quantidade foi vulgarizada nas tabancas, embora a vulgarização não foi suficiente. Actualmente a nível das áreas protegidas há muitos fogões melhorados, feitas pelas comunidades rurais localmente. Mas, infelizmente a nível nacional é necessário que sejam introduzidas e vulgarizadas técnicas de economia de energia.

Forte pressão fundiária, do que resultam conflitos sociais importantes; papel económico preponderante da agricultura comercial (plantação de caju);

Convém notar que em termos da ocupação dos solos, as plantações de cajueiros conhecem uma progressão importante a nível nacional, por razões ligadas ao rendimento financeiro, que a sua amêndoa representa para os proprietários destas plantações. Nos últimos tempos ou seja com a liberalização da economia, a partir de 1984, as plantações de caju conheceram um grande desenvolvimento, sobretudo com a proliferação dos ponteiros. Esta cultura tem substituído a formação vegetal natural e transformou-se em monocultura com todas as consequências que poderão advir da concorrência do mercado internacional.



Degradação das condições indispensáveis para o desenvolvimento da rizicultura do mangal e conseqüentemente forte pressão sobre as terras de planalto

O Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, através da Cooperação com os Estados Unidos de América, nos anos X, a pedido das comunidades do Sul, foram recuperadas muitas bolanhas, sobretudo no Sul do país, para permitir o aumento da produtividades de arroz e a diminuição da pressão sobre os planaltos. Mas, devido a falta de seguimento dessas iniciativas, a maioria das bolanhas foram abandonadas, e o Projecto de Como Caiar financiado num valor de x USD Americana pelo E.U.A, está completamente abandonado.

Com a imigração das diferentes etnias para Sul, a procura de boa terra, tem causado forte proliferação dos ponteiros nessas áreas e a pressão nas florestas aumentaram drasticamente, embora com toda a dinâmica da tentativa da criação das áreas protegidas da Lagoa de Cufada e de Cantanhez, ainda existem muita pressão nas terras de planalto duma forma geral.

Imigração sazonal e permanente

As comunidades do meio rural, normalmente não são sedentárias. O que significa que, a medida que os recursos escasseiam-se, vão a procura de novos locais férteis que lhes garantem maior segurança de vida e de sobrevivência. Na Guiné-Bissau, todas as regiões com maior número de população, verifica-se uma forte pressão sobre as florestas, provocadas pela agricultura do planalto.

Queimada incontrolada para produção agrícola

As culturas nos planaltos são feitas de uma forma itinerante e contribuem grandemente para a degradação da cobertura florestal e conseqüentemente na degradação da terra. Isto porque as terras são utilizadas duma forma extensiva, sem aplicação das leis e regulamentos, que regem o uso da terra, associado também a prática do arroteamento

com **fogo incontrolado**, aliado a fraca utilização das técnicas apropriadas para a intensificação da produção.

Segundo (PASP, 1993) muita degradação está ser feita nas florestas, por causa da **utilização incontrolada do fogo**. As espécies que regeneram depois duma queimada, são: (*Daniellia oliveri*, *Combretum spp.*, *Piliostigma thonningii*, *Bombax costatum*, *Pterocarpus erinaceus*), as outras espécies desaparecem e dão lugar as espécies de baixo valor económico e resistentes ao fogo

Na sequência da extensão crescente das culturas pluviais e do caju nos planaltos e florestas, constata-se o agravamento da pressão fundiária sobre a terra e sobre os recursos naturais. A abertura das novas pontas, torna-se cada vez mais frequente.

Mudança climática

A mudança climática não é nada mais que a pressão exercida pelo homem ou desastre natural na natureza que acaba culminando com impacto negativo sobre o meio ambiente. A nível da Guiné-Bissau, registou-se grande esforço feito pela Direcção Geral de Ambiente, apoiado pelo financiamento de GEF/BM, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que pôs a disposição do Governo de Guiné-Bissau um montante de x USD, para produção do Inventário dos Gases com efeitos estufa, Comunicação Nacional sobre a Mudança Climática e **XXX (último trabalho sobre a mudança climática)**.

Dos diferentes trabalhos publicados foram feitas projecções, tendo em conta a linha de base do espaço temporal, com cenários pessimistas e optimistas em relação à degradação da terra: (por os dados de mudança climática)

Desbravamento das florestas para fins da prática agrícola (n' pam-pam)-agricultura itinerante

Este tipo de cultivo, implica o abate de árvores da floresta, para semear nas clareiras abertas, e é bastante comum em toda a Guiné-Bissau, especialmente para arroz. O desbravamento da grande extensão das florestas para aproveitamento de terras para cultivo de amendoim (mancara); queimadas intensas; reinstalação das populações que deslocaram durante a luta de libertação; impactos de certos projectos, como por exemplo, gestão do perímetro irrigado do rio Gambiel, para a cultura da cana do açúcar, na qual vários hectares das florestas foram desbravadas.

A diminuição da superfície florestal é visível em todo o país, onde as florestas semi-secas e secas têm diminuído. Por exemplo, a existência de várias serrações, embora não funcionam em pleno, tem causado o desaparecimento de várias essências florestais, utilizadas para fins comerciais. Nesse contexto, se pode adicionar o desbravamento das diferentes essências florestais, para a plantação e cultura de cajú.

Exploração de madeira

A exploração da madeira para exportação ou para o uso local, constitui uma ameaça séria para as florestas da Guiné-Bissau, especialmente se tivermos em conta que a legislação sobre esta actividade é mais apertada noutros países da África Central e Ocidental. Aparentemente, muita madeira é exportada para países asiáticos, frequentemente via países vizinhos e Gambia. (Wetlands international, e Gabinete de Planificação Costeira (GPC), 2003).

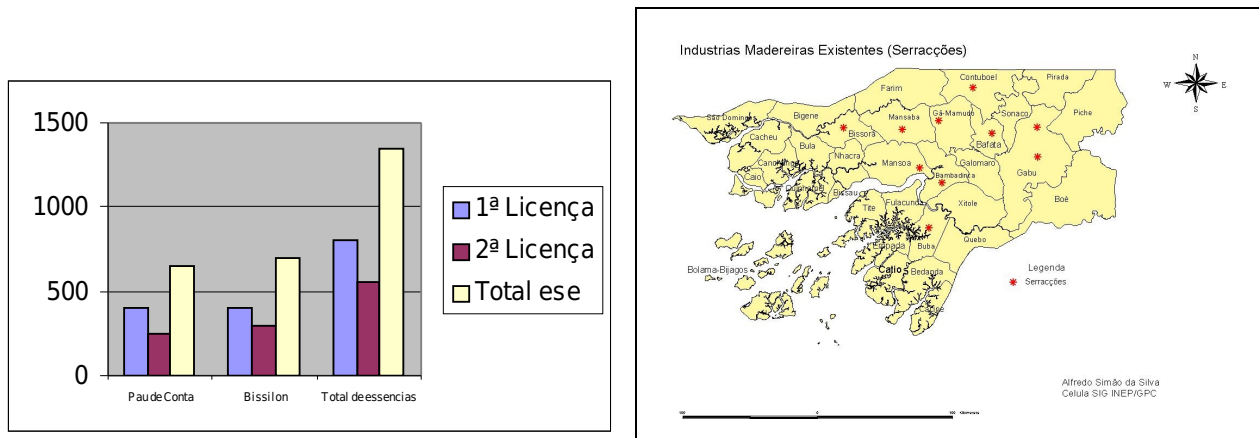


Figura ??? : Licenças de exploração de essências florestais concedidas em 2000 em Quinará

Fonte: Elaborado a partir de dados da delegacia Regional da DGFC de Quinará, 2000

Elevado n.º de indústrias madeireiras.

Bafata e Gabú conta com 6 serrações. O elevado número de indústrias de madeira existentes na zona provocou perdas elevadas de espécies florestais de grande porte, razão pela qual algumas concessões estão praticamente desprovidas de madeiras comercializáveis. A exploração excessiva dos produtos florestais são as principais causas da degradação florestal. Quase todas as indústrias da madeira utilizam equipamentos obsoletos, os subprodutos da madeira não são aproveitados

No que concerne as outras essências exploradas para fins comerciais, segundo os dados da Delegacia Regional de Quinará; a DGFC concedeu a empresa madeireira FOLBI as seguintes licenças no transcurso do ano 2000 (Simão Da Silva e all, 2000).

A Serração, FOLBI, situada na cidade de Buba, com a tecnologia obsoleta que não aproveita na totalidade os subprodutos da madeira. Ela é encarnada pela população da província sul, como factor principal da destruição do ecossistema florestal.

No entanto, o que se pode constatar é a tendência da FOLBI em procurar novas áreas de exploração florestal, movimentando-se da região de Quinará para Tombali, sobretudo para áreas de Cacine a procura de essências de alto valor comercial.

- **Erosão do solo**

Por definição a erosão é um processo de separação e transporte das partículas do solo efectuado pela água e/ ou pelo vento, de um local para outro. A erosão do solo é uma consequência indirecta de acções diversas levadas a efeito, principalmente pelo homem, na sua pressão constante sobre os recursos do solo, especialmente nas áreas rurais com alta densidade populacional. Esses abusos sobre os recursos do solo traduzem-se, como já foi referido anteriormente, pelas práticas das queimadas, abate da vegetação, sobrepastoreio, etc. A erosão acaba por ser resultado final do uso e utilização excessiva do solo. (mostrar foto da erosão da praia de Varela, Bubaque, Imbone, ilha dos porcos ??).



Em relação ao projecto de mudança climática, a ilha de Bubaque, ilha dos Porcos, Varela e Ilha do Melo foram escolhidos como zonas degradadas, devido ao crescente erosão e são consideradas de acordo com os critérios da escolha, como zonas quentes. O que significa zonas degradadas pela erosão, merecendo assim, uma particular atenção pelo Governo, de forma a tomar as medidas urgentes para minimizar o impacto negativo sobre o solo.

Monocultura extensiva de algumas culturas (algodão, mancara, caju).

A monocultura de caju, mancarra (amendoim) e algodão requerem áreas mais extensas em detrimento da cobertura florestal.

Diminuição de pluviosidade devido acção do homem nas florestas

A acção do homem sobre os recursos naturais tem causado o abate das árvores de grande porte com valor comercial e consequente diminuição das chuvas. A forte pressão nas florestas, devido ao acção do homem, faz com que certo núcleo de savanização das florestas estão a diminuir, devido ao desbravamento florestal descontrolado, causando assim o desaparecimento de árvores de grande porte, tais como: Poilão, Mancone, Veludo e Mampataz. Este fenómeno tem influenciado a **diminuição das chuvas**, o aumento da temperatura e de ventos, assim como o empobrecimento do solo.

Queimada incontrolada para regeneração das ervas para alimentação dos animais

Na zona leste do país, concretamente Bafatá e Gabú dispõem de maior número dos efectivos do gado bovino a nível nacional. Durante a prática da agricultura itinerante, os criadores queima ervas para poder regenerar pequenas ervas, que sirvam para alimentação do gado, antes do período de escassez de pastagem. Durante o período de escassez de pastagens, os mesmos criadores são obrigados a praticarem transumância, a procura de zonas húmidas para alimentar e fazer beber os animais na proximidade de Bambadinca.

Corte de certas essências florestais para produção de carvão vegetal e lenha

Actualmente existe muita pressão nas florestas devido a exploração dos diferentes essências florestais para a produção de carvão e utilização da lenha como energia doméstica para fins de consumo local e venda para exportação. Segundo o relatório sobre o “Deuxième Atelier Regional sur l’information en Bois Energie en Afrique” (2001), a lenha representa o combustível lenhoso dominante no consumo doméstico, com uma demanda que ultrapassa provavelmente as 500.000 toneladas por ano. O carvão representa 137.000 toneladas de consumo doméstico anual essencialmente nos centros urbanos, com especial destaque para a cidade de Bissau.

O sub-sector doméstico representa 90% do consumo da lenha, onde as zonas rurais contam com consumo de 87% e as zonas urbanas com 3%. Porém, os agregados familiares rurais representam apenas 5% do consumo doméstico do carvão, cuja incidência de utilização é predominantemente citadina.

O auto-consumo energético-lenhoso (ou seja a extracção energética para consumo próprio) caracteriza-se pelo seguinte: 88% do consumo interno total da lenha representa o auto-consumo, ao passo que, esta mesma cifra para o carvão é de 4,5%. Os restantes 12% da lenha e os 95,5% do carvão representam a produção e consumo do mercado energético-lenhoso.

Os dados oficiais sobre o comércio formal indicam que em média, 5395,4m³ de lenha foram anualmente exportados entre os anos 1995 e 1999. Entretanto, o volume global de exportação de carvão durante o mesmo período, totaliza apenas 137,5 toneladas (Memoire de la Guinée-Bissau: Troisième Conférence des Nations Unies sur les Pays les Moins Avances, 2001), tirada do PNGA 2004

Repovoamento florestal

A política de repovoamento florestal na Guiné-Bissau, nunca funcionou, devido a forma adoptada em relação ao repovoamento florestal pela Direcção Geral da Floresta e Caça (DGFC). Os madeireiros pagam licença de exploração e de repovoamento, mas a responsabilidade de repovoamento é da responsabilidade dos madeireiros e não da Direcção Geral de Floresta e Caça, entidade responsável pela política de repovoamento. A DGFC por sua vez, não tem meios humanos e financeiros para fazer seguimento dos lugares que deviam ser repovoados, de acordo com o abate das árvores feitas pelos madeireiros. Os madeireiros por sua vez não fazem repovoamento uma vez que sabem que não serão punidos e a DGFC, não possui meios de transporte para deslocar ao terreno para fazer seguimento.

Proliferação dos ponteiros e pressão sobre os recursos florestais

Os sinais mais evidentes da degradação dos recursos naturais, associam-se a exploração dos recursos florestais que, em associação com outras actividades como a agricultura de planalto, o pastoreio, os fogos florestais, etc. concorre para a diminuição do coberto vegetal, o aumento da erosão dos solos, a diminuição das espécies cinegéticas, a redução de recarga freática

Nos últimos tempos, ou seja com a liberalização da economia, a partir de 1984, as plantações de cajú conheceram um grande desenvolvimento, sobretudo com a proliferação dos ponteiros. Esta cultura tem substituído a formação vegetal natural e transformou-se em monocultura com todas as consequências que poderão advir da concorrência do mercado internacional.

Corte dos mangais

Os **mangais** constituem um factor chave no equilíbrio dos ecossistemas aquáticos das regiões costeiras, associado aos mangais, encontram-se algumas actividades económicas importantes, a rizicultura (bolanha de água salgada) e a pesca **artesanal**. Os mangais são explorados também para fumagem de pescado, fabrico de carvão artesanal, construção de casas, vedação das casas, etc.... Trata-se do ecossistema frágil, cujo sinais de degradação já são visíveis. Segundo o estudo feito, no Parque Natural dos "Tarrafes" do Rio Cacheu, Parque Nacional de Orango, existe uma regressão na ordem de 29% da superfície de mangal a nível do PNTC e 10% a nível do PNO, nos últimos 43 anos (Biai J.C. M. 2000). Se a degradação não for controlada, poderá causar a erosão costeira e **regressão das praias**.

Exploração de cibe para construção e extracção de vinho

Do "**cibe**" : extraem as rachas para a construção de casas e exploram o vinho. Entretanto, extrair vinho é considerado nocivo a esta espécie vegetal, porque depois de ser perfurada ela morre imediatamente. Esta prática é pouco conhecida e utilizada na Guiné-Bissau, mas, nos últimos anos, ganhou proporções alarmantes no Sul do país, sobretudo na Região de Quinará. É praticada fundamentalmente pela população Balanta.

As Regiões Sul, são por excelência as zonas onde se encontram a maior reserva do “cibe” do país. Actualmente a maioria das licenças de exploração dessa essência emitida pela DGFC (Direcção Geral dos Serviços Florestais e Caça), vai em direcção ao sul do País. Por exemplo os dados da delegacia regional da DGFC de Quinara, dão conta de que, durante a campanha **1999 e 2000 registrou-se 79 313 rachas de “cibes”** exploradas na região, com licenças e/ou autorizações, sem contar com as explorações ilegais. Durante a campanha **2003**, a exploração de “cibe” aumentou de forma impressionante a **117 mil rachas**.

Se tivermos em conta a proporção de um tronco de “cibe” por 10 rachas, pode-se concluir que 7 931,30 troncos foram abatidos na Região de Quinara de 1999 a 2000 e 11 700 troncos durante o ano 2003. Esta cifra representa uma taxa de abate ou de exploração muito grande, tendo em conta o período necessário para a regeneração dessa espécie, cuja taxa é estimada em 20%.

IV – A Convenção das Nações Unidas de Luta Contra a Desertificação e o Processo da Elaboração do Plano de Acção de Combate a Desertificação

4.1 A Génesis da Convenção de Combate a Desertificação (CCD)

A desertificação é definida no quadro da Convenção como sendo “a degradação das terras nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultantes de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas (agricultura itinerante, queimadas, desflorestação, etc....). A expressão Luta Contra a Desertificação, designa actividades que permitem a valorização integrada das terras nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas con vista a um desenvolvimento durável visando a prevenção e redução da degradação das terras.

Com efeito, quando a degradação dos solos se acelera reduzindo as reservas dos solos produtivos, nas zonas áridas, cria um ambiente similar ao dos desertos; então, fala-se da Desertificação.

Este processo afecta um quarto da superfície da terra e ameaça actualmente os meios de existência de mais de 900 milhões de pessoas em mais de 100 países (CNUAD, 1992).

A situação é grave no mundo e particularmente na Africa, onde 66% da superfície é constituída por terras áridas e aproximadamente um bilhão de hectares de superfície, isto quer dizer 73% do total das terras agrícolas são moderadamente ou gravemente afectas pela desertificação

Na Guiné-Bissau, não existe a desertificação propriamente dita, mas sim, o processo da degradação da terra que poderá conduzir a desertificação. Este fenómeno é visível no Norte do país e nas regiões do Leste, onde a pluviometria pluviosidade diminui de forma impressionante. A média oscilava ente 1500 a 1800 milimitros nos anos 80. Actualmente a

média varia entre 1200 a 1500 mm na mesma região. A pobreza, a pressão ligada a procura de meios de subsistência tem muito a ver com este fenómeno na Guiné-Bissau. A agricultura itinerante baseada na queimada é um dos responsáveis da degradação da terra, do solo, dos habitats e da biodiversidade em geral. Ainda neste quadro deve-se acrescentar a exploração florestal, produção de carvão vegetal e a transumância dos gados no leste do país e a sua concentração nas zonas bem definidas, durante o período crítico de Fevereiro a Maio. Este facto acentua a sobre pastagem com consequência sobre o solo e o coberto vegetal.

Nos últimos 10 são várias iniciativas implementadas, tanto a nível nacional, regional como internacional, para fazer face contra este fenómeno de degradação da terra. Apesar de tudo, este fenómeno continua a progredir, tanto na Guiné-Bissau como nos outros países de Africa subsahariana

Na perspectiva de criar um quadro de solidariedade, de parceria e de intercambio entre estados do Sahel e de vários milhões de habitantes do mundo ameaçados pela desertificação, a delegação dos países do sahel que tomaram parte na Conferencia das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (CNUAD), engajaram-se por convencer ao conjunto das delegações Africanas sobre a necessidade de elaborar um instrumento jurídico internacional, de luta contra a desertificação para reforçar as convenção que a CNUAD preparava para ser adoptado, sobretudo a CCC e a CDB.

Esta ideia foi adoptada na segunda reunião ministerial de Africa Ocidental preparatória a CNUAD, realizada em Abidjan, em 14 de Novembro de 1991. O documento foi aceite pela comunidade internacional durante a Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Brasil)

A resolução 47/188 de 22 de Dezembro de 1992, a 47 Sessão de Assembleia Geral das Nações Unidas, criou um Comité Intergovernamental, encarregado de negociar e de concluir a Convenção Internacional do Combate a Desertificação

Depois de 5 sessões de negociações, esta convenção foi finalmente adoptada e assinada em Paris, pela comunidade Internacional, respectivamente aos 17 de Junho e a 14 de Outubro de 1994.

4.2. Os objectivos e conteúdos da Convenção UNCCD

A convenção das Nações Unidas de combate a desertificação, tem por objectivo, de lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca, nos países gravemente afectados pela seca e/ou desertificação. Em particular na Africa, graça a medidas eficazes à todos os níveis apoiados pela cooperação internacional e de parcerias, no quadro de uma abordagem integrada, compatível com o programa da Agenda 21, com vista a contribuir na instauração de um desenvolvimento durável nas zonas afectadas. Esta convenção

entregou em 26 de Dezembro de 1996, depois de ter recolhido os cinquenta rectificações necessárias para o efeito.

As Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação, contem 40 artigos que constituem o conjunto de soluções para fazer face a desertificação, A degradação da terra e os seus efeitos, sobretudo na Africa onde a gravidade é marcante. A convenção acorda a prioridade capital o crescimento económico, o desenvolvimento social, assim como a erradicação da pobreza. A CCD é uma convenção para a sobrevivência de milhões de africanos, confrontados de forma quotidiana com as consequências nefastas da degradação contínua das suas terras.

A implementação da convenção é realizada a partir de Plano de Acção Nacionais (PAN). A elaboração deste documento constitui o cumprimento de uma das recomendações da CCD. A concepção e a implementação do PAN/LCD deve ser feita de forma participativa, com a implicação de todos os actores concernentes ao espírito de parceria, entre as instituições á todos os níveis, assim como na base da cooperação entre os diferentes actores.

A CCD é um instrumento de carácter internacional que engaja as partes e constitui um quadro de referência no qual se inscreve as iniciativas de desenvolvimento local, apoiadas pelos parceiros da cooperação, tanto nacionais como internacionais.

4.3. Sinergia entre as convenções do RIO

Adoptadas depois da conferencia do RIO em 1992, a Convenção da Luta Contra a Desertificação, a Convenção sobre a diversidade Biológica e a Convenção quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, são as três convenções direccionadas directamente a combater a degradação dos solos e da terra. Adoptada em Junho de 1994 em Paris, a CCD é resultado de consenso entre as partes, ela considerar a degradação do solo e da terra, como um problema do ambiente mundial e de desenvolvimento durável, assim como a necessidade de lançar um programa de acção internacional, afim de lutar contra este fenómeno

O objectivo da CCD é de lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca nos países gravemente afectados pela seca e/ou desertificação, em particular na Africa, graça a medidas eficazes a todos os níveis, apoiadas pela cooperação internacional e de parcerias, no quadro de uma abordagem integrada, compatível com o programa da Agenda 21, com vista a contribuir na instauração de um desenvolvimento durável nas zonas afectadas.

A CDB reconhece também a importância de uma acção para lutar contra a degradação de solos. Assim, os sectores de actividades prioritárias para a convenção, articulam-se à volta do papel que poderá jogar as medidas de prevenção e de luta contra a degradação de solos e da desflorestação na preservação e utilização durável da biodiversidade.

Os programas implementados para atingir os objectivos da CCC, têm em consideração a relação existente entre as mudanças climáticas e a degradação dos solos (desertificação e

desflorestação). Entretanto a desflorestação contribui na mudança climática mais do que todas as formas de degradação dos solos, porque ela emite o dióxido de carbono e uma diminuição do carbono contido na biomassa e nos solos. O programa de trabalho da CCC concentra-se sobretudo no papel da preservação e na gestão durável das florestas e das superfícies florestal, para a fixação do carbono e as emissões de dióxido de carbono

Para aproveitar das vantagens, das sinergias, as instâncias das três convenções, elaboraram conjuntamente os programas de luta contra a degradação e a desflorestação. Estes programas devem ter vários efeitos positivos, no plano mundial, fazendo regredir a pobreza, preservando a estabilidade, as funções e os serviços dos ecossistemas, como a preservação dos solos e das bacias hidrográficas, a fixação e stockage do carbono, a purificação da água, a regulação do clima e a retenção dos elementos nutritivo

4.3.1. As convenções do RIO : alguns pontos de comparação

Os inspectores encarregados de comparar os mandatos, os recursos e os efectivos dos secretariados das três convenções do RIO ; têm encontrado nos anexos I a V os dados sobre esta questão. O anexo I mostra que as três convenções, os secretariados têm as funções praticamente idênticas. A diferença principal tem a ver com a Convenção sobre a Biodiversidade, este não prevê o apoio da assistência aos países em desenvolvimento através das suas solicitações, para a comunicação da informação.

No que concerne aos orçamentos de base, o do secretariado da CCD é inferior em relação ao de CDB e ao CCC: os montantes aprovados (financiado através da quotização das partes) para 2002-2003 e 2004-2005 eram duas vezes menos importante em relação ao da CCC, e igualmente menos elevados em relação ao secretariado da CDB. A contribuição do país anfitrião ou sede da convenção no orçamento é igualmente fraco em relação a CCC (anexo II). Estas diferenças encontram-se também na tabela dos efectivos (anexo III). O secretariado da CCD é desfavorecido em relação a CCC no que concerne ao acesso ao financiamento voluntário (anexo IV), em particular, para a elaboração dos relatórios nacionais (anexo V)

Os inspectores concluem que, no plano dos recursos financeiros e humanos, a CCD é pobre em relação às outras duas convenções do RIO, CCC e CDB. Entretanto foi combinado que as partes devem dar atenção particular as actividades levadas a cabo pelo o secretariado, para facilitar a aplicação da convenção e que elas deverão fornecer as orientações e o apoio financeiro necessários para este fim

4.4. Projectos implementados na Guiné-Bissau para fazer face a luta contra a degradação da terra e os seus efeitos

Projecto UNSO/DES/GBS/82/003 (1982-1992??)

Este projecto foi implementado pelo o “Bureau” das Nações Unidas para a Região Soudano-Sahelienne, em parceria com a UNESCO e o Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura. Ele tinha como objectivo o estabelecimento de um diagnostico da situação da Guiné-Bissau em matéria de conservação dos recursos naturais agrícolas, florestais e pastoris. Este diagnóstico serviu de base para a formulação de uma estratégia de protecção da capacidade reprodutiva dos recursos naturais a propor o governo. Neste mesmo âmbito foi elaborado um plano de acção da luta contra a degradação do meio natural na Guiné-Bissau. Este plano continha programas e projectos específicos a implementar para evitar a degradação da terra. Este projecto teve efeito positivo já que foi neste quadro onde se começou o auge de uma consciência ambiental na Guiné-Bissau. Este Projecto influenciou de que maneira, os sucessivos programas de conservação e de utilização durável dos recursos naturais na Guiné-Bissau.

Projecto Planificação Costeira (1988-2002)

O Programa de Planificação Costeira, que visava antes de tudo a promoção do desenvolvimento durável da zona costeira em beneficio da população local. Centrou as suas actividades na criação das áreas protegidas e seguimento das espécies da biodiversidade e do litoral guineense. Actualmente, existem 5 áreas protegidas oficializadas (Cacheu, Cufada, Orango, João Vieira-Poilão e Grupo Formosa- Urok) e uma reserva da biosfera, Arquipélago dos Bijagós, todas com os seus respectivos planos de gestão.

Aproveitando toda essa dinâmica a nível interno, criou-se em Dezembro de 2004 o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), no quadro da cooperação entre o Governo e o Banco Mundial, através do projecto GEF. Este instituto é responsável pela gestão dos parques e pela gestão e monitorização dos principais valores da biodiversidade (espécies e habitats ameaçados) na Guiné-Bissau. o IBAP com uma autonomia administrativa e financeira, assegura uma continuidade e estabilidade na sua capacidade de levar a cabo as actividades que lhe são atribuídas. Isso será possível graças à criação da FGBG que, gerindo um fundo patrimonial de base (através de aplicações financeiras em mercados de capitais favoráveis), gerará receitas que constituirão o essencial do orçamento anual do IBAP.

As acções específicas de seguimento dos mangais, foram levadas a cabo com a elaboração de anteprojecto da lei da gestão dos mangais e do projecto da criação do observatório de mangais na Guiné-Bissau.

Associado ao Programa da Planificação Costeira, foi desenvolvido um programa eficaz da educação e comunicação ambiental (“Palmeirinha”), que tem estendido as suas acções por toda a Guiné-Bissau, com programas de sensibilização, através de boletins, brochuras e programas radiofónicos nas rádios comunitárias existentes em todo o país. Este programa dedica uma atenção particular aos problemas referentes ao abate excessivo de árvores, alertando para as previsíveis consequências para a vida humana e que advêm de

tal prática. Recentemente, este programa transformou-se numa ONG independente, conservando os mesmos objectivos e as linhas de orientação que norteou a sua criação.

O Projecto Planificação Costeira, através do seu programa apoiado pela a UICN foi quem revolucionou o sector ambiental na Guiné-Bissau e influenciou de que maneira a politica ambiental na Guiné-Bissau. Foi o período onde a Guiné-Bissau assinou e rectificou mais convenções e houve uma purificação das ONG's e as associações de base com vocação ambiental. A conferência do RIO-92 teve a sua contribuição e influência dinâmica no domínio do ambiente, a nível do país. Um dos exemplos palpáveis foi a formação e capacitação de quadros nacionais no domínio do seguimento do ambiente, gestão dos recursos naturais e áreas protegidas

Projecto Agro-Silvo-Pastoril (1990-2002)

No domínio de combate a degradação da terra e a gestão dos recursos agro-silvo-pastoril foram realizadas algumas actividades nas regiões do Leste. Este Projecto teve uma duração de 12 anos e cobria só dois sectores em cada região. Mas, teve o impacto abrangente, devido a comunicação e trocas de experiências entre os sectores e as tabancas concernentes. Entre os objectivos, estratégias e actividades do projecto, convém destacar o seguinte:

- melhorar a condição de vida da população e luta contra a pobreza.
- sensibilizar a população camponesa para lutar contra a degradação dos recursos naturais.
- melhorar o conhecimento dos camponeses nas actividades agro-silvo-pastoril.
- aumentar o envolvimento dos camponeses com especial atenção para as mulheres no processo de luta contra a desertificação e pobreza.
- assegurar a participação e responsabilização dos camponeses do território e das suas tabancas.
- responsabilizar os camponeses na gestão dos seus recursos florestais, através do programa da gestão da Floresta Comunitária (GFC).

Durante estes 12 anos, para além das actividades de sensibilização, formação e responsabilização dos camponeses, foram introduzidas técnicas apropriadas como alternativas as incursões sobre os recursos florestais.

Na agricultura, foram introduzidas os sistemas **agro-florestais** como alternativa a melhoria da fertilidade do solo. A horticultura foi utilizada como ponto de partida para o envolvimento das mulheres no processo de luta contra a desertificação e a pobreza. Este constitui também a alternativa para as actividades florestais no período pós agrícola (exp. produção de carvão). A actividade de **melhoramento das "bolanhas"** foi introduzida para aumentar a produção nesta área e reduzir a desmatção no planalto, para produção de arroz. Por outro, foi introduzido o sistema de rotação dos currais do gado, ao longo dos campos agrícolas, como forma de melhorar a fertilidade do solo e intensificar a produção.

No programa florestal, foi desenvolvido a actividade de gestão de fogo florestal, produção de plantas nos viveiros centrais e nas “tabanca”, plantações em sistemas agro-florestais, introdução do sistema de gestão comunitária das florestas (GFC) e do sistema de gestão integrada, dos territórios da “tabanca” (GITT).

O programa pecuário tinha como actividade, a criação de estábulos para melhorar o peso do animal, proporcionar mais fertilidade para a produção agrícola e reduzir a transumância.

No final do projecto, algumas actividades ainda estão a ser implementadas pela APRODEL. Associação que nasceu do PASP e continua a apoiar o desenvolvimento comunitário e as associações camponesas na zona.

O Efeito positivo deste Projecto, reside no grau de apropriação pela população local das iniciativas e abordagens do projecto, sobretudo no que concerne a criação e gestão das florestas comunitárias. Este projecto trouxe inovação no mundo rural com o programa da gestão integrada do território da “tabanca”. Esta abordagem, mesmo na ausência do projecto está sendo capitalizada por outras “tabancas”, que não tiveram oportunidade de beneficiar directamente do Projecto Agro-Silvo-Pastoril.

Projecto de Carbonização (1997-2001)

Outro projecto implementado na zona II no quadro de combate a degradação da terra e dos recursos naturais, foi o Projecto de Utilização Racional do Património Florestal (Carbonização) que teve como objectivos:

- Apoiar e formar os carvoeiros na produção de carvão vegetal em fornos de alto rendimento, respeitando o código ético de carbonização e utilizando os troncos provenientes das desmatações, árvores mortas naturalmente, ramadas provenientes das explorações comerciais de madeira e das costaneiras das serrações.
- Organizar as fileiras do combustível lenhoso, a fim de legalizar os carvoeiros, rentabilizar o transporte e comercialização do carvão, assegurar a entrada de fundos na DGFC através das taxas e contribuir para a gestão dos recursos florestais.

Os carvoeiros foram formados e organizados para desempenharem melhor as suas funções. Como o projecto teve uma interrupção entre 1998 e 1999, devido o conflito político militar. Estas actividades deviam ter continuidade de forma e abranger mais carvoeiros e associações de carvoeiros.

Este projecto teve efeitos tanto positivo como negativo. Efeito positivo tem a ver com a nova técnica introduzida na produção de carvão vegetal, com fornos de alto rendimento e por outro lado, o projecto ajudou na organização da fileira de carvão na Guiné-Bissau. Entretanto, o efeito negativo do projecto reside no aumento do número de carvoeiros e da produção de carvão, como resultado da introdução da nova tecnologia. A fileira foi reforçada em termos organizativos, na zona onde o projecto actuou. Por conseguinte,

houve um aumento da pressão sobre os recursos florestais, sobretudo aquelas essências utilizadas para a produção de carvão.

Projecto PACIPE (Programa de Assistência Técnica a Comunicação e Informação sobre a Protecção do Ambiente) 1997-1998???

O PACIPE é um programa regional financiado pela União Europeia e implementados em vários países de África Ocidental, nomeadamente: Benin, Costa do Marfim, Ghana, Guiné, Guiné-Bissau e Togo. O objectivo desse programa é de sensibilizar o grande público nos aspectos referentes a conservação da natureza e a utilização durável dos recursos naturais.

Na Guiné-Bissau, este programa não teve o impacto desejado, porque o financiamento foi cancelado devido ao conflito político-militar que o país viveu durante onze meses.

PFIE (Projecto de Formação e Informação sobre o Ambiente) -1993

O Projecto PFIE estava variado mais para educação. Ele tinha como objectivo introduzir a dimensão ambiental no currículo escolar, assim como a consciencialização e formação dos estudantes e professores sobre os aspectos relacionados com a luta contra a desertificação. Este Projecto, também de carácter regional, foi financiado pelo CILSS e implementado em colaboração com o Ministério da Educação Nacional. A execução da mesma foi confiada ao INDE (Instituto para o Desenvolvimento da Educação).

Este projecto não teve grandes impactos, apesar de ser curto no tempo, não conseguiu atingir um dos principais objectivos, introduzir os aspectos ambientais no curriculum escolar. Entretanto, independentemente deste fracasso, o projecto despertou atenção da classe docente para a necessidade de formação e consciencialização dos estudantes e professores sobre as questões relacionada com o ambiente e a gestão dos recursos naturais. Este facto foi constatado no quadro do projecto de Planificação Costeira, que integrou no seu seio o programa da comunicação e educação ambiental “Palmeirinha” vinculado ao Ministério da Educação (ver o Projecto Planificação Costeira).

Projecto vulgarização de fogões e fornos melhorados (continuo)

Um pouco por todo o país foram introduzidos por iniciativa de algumas ONG's nacionais e estrangeiras, os **fogões e fornos** melhorados com intuito de diminuir o consumo da lenha e do carvão vegetal, baixando ao mesmo tempo, a pressão sobre as essências florestais, do qual se obtém a fonte de energia. Esta iniciativa teve sucesso nos acampamentos de pesca existentes um pouco por todo lado na Guiné-Bissau, onde os pescadores, sobretudo estrangeiros desbravam os mangais para a fumagem de pescado.

Os efeitos positivos deste projecto contínuo são visível sobretudo na zona sul e norte do país especificamente na cidade de Cacine e em Varela. Praticamente todas as casas têm fogões e fornos melhorados para a fumagem de pescado. Este sucesso é graça a

contribuição das OGN's que actual nessas regiões. Esta tecnologia está sendo fortemente vulgarizada no Arquipélago dos Bijagós e nas outras zonas do país.

Projecto AGIR (Programa Regional de Apoio a Gestão Integrada dos Recursos Naturais) 2002-

Este projecto pretende valorizar as informações disponíveis e propor novas zonas de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais partilhados entre ambos países.

O trabalho deste projecto consiste sobretudo na elaboração de um plano de gestão integral e durável dos recursos naturais da zona fronteiriça entre os dois países. O plano de gestão incluirá uma zonagem definida de maneira participativa, com as populações locais e distinguirá principalmente dois tipos de zonas:

- zonas centrais de conservação da biodiversidade onde será feita uma usagem mínima dos recursos naturais. Estas zonas serão identificadas principalmente em função de critérios ecológicos. Critérios sociológicos serão igualmente tidos em conta, de acordo com o nível de exploração dos recursos pelas comunidades locais. Estas zonas, serão objecto de um reconhecimento jurídico e a sua gestão será em parte assegurada pelas populações locais;
- uma zona de utilização durável dos recursos naturais que engloba diferentes zonas de conservação nas quais a gestão dos recursos naturais vai ser organizada de maneira a garantir a perenidade dos recursos, satisfazendo as necessidades das populações locais. Nesta zona, a aplicação dos modelos técnicos existentes do projecto "Bassin Versant" (Guiné-Conakry) será privilegiada.

A forma de gestão actual das florestas transfronteiriças, o movimento da população entre ambos os países, causado pelo laço de parentesco entre diferentes grupo étnicos fronteiriços e a migração da fauna, faz com que exista todo um contexto favorável, para a criação de áreas protegidas transfronteiriças (APT) entre ambos Estados.

O efeito positivo deste projecto tem muito haver com a quantidade e a qualidade de informação técnico e científica produzida sobre a zona de intervenção do Projecto. São poucos os conhecimentos, tanto naturais como socio-económicos existentes nas regiões, concernentes pelo projecto. O AGIR colmatou esta lacuna. O Ponto negativo está relacionado com o impacto do Projecto no terreno. Praticamente não se vê os vestígios do AGIR nas tabancas, sobretudo em termos de acções concretas de desenvolvimento e nem da conservação.

4.5 Processo de elaboração do PAN-CCD

a) Institucionalização de Órgão Nacional de Coordenação (ONC)

O Órgão Nacional foi instituído no dia 15 de Março de 2003, depois de várias reuniões de concertação entre as instituições vocacionadas. A sua composição é multidisciplinar e inter-institucional (ou multi-sectorial). Além das organizações internacionais que participam nas reuniões ordinárias tais como o PNUD (que desempenha o papel de coordenação), a FAO, SNV, UICN, etc...

Esta estrutura está composta da seguinte maneira:

- Direcção Geral das Florestas e Caça (Coordenação do Processo)
- Direcção Geral do Ambiente
- Direcção Geral dos Recursos Hídricos
- Direcção Geral da Agricultura
- Meteorologia
- Ministério da Economia e Finanças
- Direcção Geral da Luta contra a Pobreza
- Direcção Geral da Pecuária
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
- CONACILSS
- Gabinete de Planificação Costeira
- APRODEL
- ANAG
- FEDACC

É pertinente assinalar que são alargadas frequentemente as reuniões do ONC, para outras instituições que poderão participar de forma directa ou indirectamente nas questões relacionadas com o combate a desertificação.

Pouco antes, da institucionalização do ONC, foi elaborado no mês de Janeiro de 2003 o programa indicativo 2003-2004, para elaboração do Plano de Acção Nacional da Luta Contra Desertificação, que foi submetido ao financiamento dos parceiros de desenvolvimento. Estes reagiram positivamente nomeadamente o CILSS, PNUD, FAO, PNUE etc... Em seguida apresenta-se os engagements assumidos pela organização anteriormente citadas.

b) - Apoio do Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS)

Considerando o contexto subregional bastante preocupado com o avanço do deserto, a Guiné-Bissau aderiu ao Comité Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel no ano de 1985-86 e esta instituição jogou um papel determinante no processo criando condições técnicas e financeiras para a elaboração e finalização do PAN/LCD. O CILSS disponibilizou no mês de Março de 2003, fundos para a confecção de 500 (quinhentos) exemplares da versão simplificada da Convenção e manifestou a sua disposição em apoiar tecnicamente e financeiramente as consultorias nacionais à volta de temas, tais como:

- Diagnóstico físico,
- Estudo sócio-económico e institucional,

- Campanha de sensibilização e informação.

Ainda um expert do CILSS, especialista em comunicação deslocou ao país no mês de Julho 2003, afim de elaborar conjuntamente com as autoridades nacionais, PNUD e outros parceiros, um programa de co-financiamento para as acções de sensibilização/conscientização, através dos órgãos de comunicação social.

Na mesma ordem de ideias, é de salientar que após a elaboração de 11 projectos no quadro do IREM/LCD (Iniciativa Regional para o Ambiente Mundial do Fundo Francês) que foram submetidos ao financiamento do CILSS, três (3) foram retidos para execução, cabendo a cada, um co-financiamento cujo montante não ultrapassa 100.000 Euros (Cem Mil Euros). Os referidos projectos retidos são:

- ⇒ Projecto Integrado de Desenvolvimento da zona de Mafanco, apresentado pela Associação para o Desenvolvimento Local (ADCTAL), Abril 2004 – Dezembro de 2006, montante 33.836,059 €, seja 22.195.000 FCFA.
- ⇒ Projecto de aumento da produção e valorização do sistema agrícola de bolanha, apresentado pela LVIA em Bissorã. de Novembro de 2004 – Novembro de 2007, montante de financiamento do IREMLCD/CILSS é de 99.650 € ou seja 65.366.115 FCFA.
- ⇒ Programa de melhoramento de sistemas de produção agrícola e agroflorestais nos sectores de Mansaba e Farim na perspectiva de luta contra a desertificação e a pobreza rural, apresentado pela Associação ASACASE. Julho de 2006-Julho de 2008. Montante de financiamento do IREMLCD/CILSS é de 99.810 € ou seja 65.471.068 FCFA

c) - PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

O PNUD anunciou a sua disponibilidade no mês de Abril 2003, em solicitar o apoio financeiro do GEF (Fundo para o Ambiente Mundial) para elaboração do PAN/LCD. O GEF é um mecanismo de financiamento de programas de preservação e da conservação ambiental no mundo.

Por outro lado, o PNUD desde que foi oficializado o Órgão Nacional de Coordenação (ONC), está engajado a criar mecanismos para sensibilizar os parceiros de desenvolvimento, no sentido de apoiarem o processo da elaboração do PAN/CCD na Guiné-Bissau.

d) - Realização de Estudos temáticos

Alguns estudos temáticos foram realizados durante o mês de Abril-Maio de 2003 para melhor entender o fenómeno da desertificação na Guiné-Bissau. Estes estudos permitiram actualizar dados de base sobre vários aspectos afins, a natureza e a gestão dos recursos naturais. Os principais estudos temáticos realizados são:

- Diagnóstico sobre o meio físico,
- Estudo-Diagnóstico sobre a situação legal e institucional
- Estudo-Diagnóstico sócio económico do fenómeno da desertificação

Os resultados destes estudos foram validados durante um atelier de restituição de 2 dias, em fevereiro de 2004 no anfiteatro do INEP-Bissau. Os trabalhos foram presididos por Sr. Ministro de Agricultura, Florestas, Caça e Pecuária.

e) - Organização de ateliers regionais descentralizados

Para este efeito, é importante assinalar que os ateliers descentralizados foram realizados no mês de junho. A abertura da primeira sessão do atelier regional de Bula foi presidida por Sr. Ministro de Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

A Guiné-Bissau que é dividida em 4 zonas éco-geográficas reagrupando as regiões de Oio, Cacheu e Biombos para a zona I; a zona II equivale as regiões de Bafatá e Gabú; a zona III incluiu as regiões de Tombali e Quinara; enquanto a zona IV corresponde a parte insular que é a região de Bolama-Bijagós. Para o efeito tinham sido criados comités de organização nas quatro zonas agro-ecológicas com objectivo de preparar e coordenar a organização dos ateliers descentralizados.

Resultar na realização do Forum Nacional do Lançamento



Forum Nacional de Lançamento do PAN/LCD



f) Organização do Fórum Nacional de Lançamento

O fórum nacional de lançamento realizado nos dias 14 a 16 de Setembro de 2004, cuja cerimonia da abertura foi presidida pelo Senhor Primeiro Ministro, Carlos Gomes Júnior, constitui um acontecimento importante para a Guiné-Bissau. Este marco demonstra a relevância que o país atribui a questão da Convenção, mas sobretudo a elaboração do Programa de Acção Nacional de combate a desertificação.

O fórum reuniu mais de 150 participantes provenientes das diversas regiões do país, organizações subregionais e internacionais, assim como representantes de países vizinhos. Em termos de resultados alcançados, o fórum recomendou entre outros, o seguinte: :

- ✓ a problemática da plantação de cajueiros (“*anacardium*”) deve ser abordada tendo em conta a necessidade da realização de uma zonagem agro-ecológica. Nesse sentido, a plantação de cajú poderia ser valorizada no quadro do estudo da “filie” (produção, transformação e comercialização) dos estudos ecológicos e agronómicos,
- ✓ Valorização das experiências no domínio da gestão das florestas e dos recursos naturais, nomeadamente as do PASP, da GITT, do GFC, das Áreas Protegidas, e valorização do património florestal;
- ✓ Dada a necessidade de agilizar o processo da elaboração do PAN/LCD e em consequência da sua execução eficiente; considerando a escassez dos recursos humanos qualificados em domínios específicos, bem como em meios materiais e financeiros a nível do país; recomenda-se adopção de medidas de apoio ao funcionamento das instituições concernentes;
- ✓ Os grupos de trabalho e a plenária consideraram que há toda uma necessidade da capitalização das experiências do PAN noutros países membros do CILSS. A pertinência de manter as estruturas já criadas ou instituídas (ONC, Ponto Focal, a tutela actual da Convenção a nível do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural), no sentido de viabilizar este processo a longo prazo.
- ✓ A elaboração do PAN é um processo participativo, a sua concretização só será possível, implicando o Estado, Comunidades locais, ONG’s, Sector Privado, Autoridades Regionais e Locais, Sociedade civil, financiadores, etc. Para o efeito recomenda-se a criação de um espaço funcional, de concertação entre esses actores.
- ✓ As orientações estratégicas e esboço de prioridades e métodos de elaboração do PAN/LCD, devem basear-se nos seguintes aspectos:

- Programas e políticas sectoriais existentes;
- Orientar as estratégias operacionais no envolvimento dos diferentes actores
- Princípio de complementaridade e de transferencia de competências
- Considerar as especificidades das regiões agro-ecológicas.

g) Organização do Atelier de validação dos principais eixos de intervenção estratégica do PAN/LCD

Apos o fórum de lançamento do PAN/LCD, o processo continuou com os trabalhos dos consultores em colaboração com o ONC e as instituições concernentes. Por esta razão, foi realizado um atelier de validação dos principais eixos de intervenção estratégica nos dias 5 a 6

de Outubro de 2005 no Centro Social SOS. O atelier foi organizado graça a um apoio financeiro do ISESCO.

Os pontos essenciais da apresentação do Ante Projecto do Plano de Acção de Luta Contra a Desertificação na Guiné-Bissau (PAN/LCD) se resumem no seguinte:

- ✓ Breve resenha histórica sobre a Convenção UNCCD
- ✓ Apresentação do termo de referencia dos consultores
- ✓ Diagnóstico e análise da situação dos recursos naturais na Guiné-Bissau
- ✓ Estado de implementação da Convenção de Combate a Desertificação na Guiné-Bissau
- ✓ Elementos do Plano de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação

No Plano de Acção esteve em destaque os seguintes aspectos:

- • Objectivos e estratégia do PAN/LCD
- • Domínio prioritário do PAN/LCD
- • Os subprogramas prioritários
- • As acções/actividades prioritários
- • Implementação do PAN/LCD
- • Os dispositivos institucional e organizacional a implementar ao nível nacional
- • O quadro jurídico e regulamentar
- • Descrição dos mecanismos financeiros interno e externo
- • O sistema de seguimento e avaliação

Dos debates resultaram as seguintes observações e sugestões no que concerne :

“Análise/Diagnostico da situação dos Recursos Naturais”:

“ Orientações estratégicas, definição das actividades prioritárias do PAN/LCD”:

“ Mecanismos organizacionais e institucionais para implementação do PAN/LCD”.

Dos trabalhos dos grupos e debates na plenária os participantes retiveram as seguintes conclusões e recomendações entre outras:

- Tomar medidas adequadas com vista ao desalojamento das infraestruturas instaladas na Reserva da Biosfera e ao longo dos rios, cuja actividade ilegal ameaça a sobrevivência dos nossos recursos;
- Apoiar tecnica e financeiramente e seguir os trabalho e das associações;
- Promover a “cultura do mérito”, praticando uma politica que beneficie a criação, a inovação e respeito pela lei;
- Sensibilizar a população para a necessidade da economia de água;
- Promover a maior integração entre a agricultura e a pecuária;

- Medidas de controlo e seguimento de movimento dos animais;
- Incluir zonas húmidas e energias alternativas nos eixos principais do PAN/LCD;
- Adoptar uma política de subvenção de produtos estratégicos para o desenvolvimento (Combustíveis e lubrificantes para a agricultura);
- Criar plataformas de concertação permanente com todos os actores/parceiros (ONGs, Associações) implicados no desenvolvimento rural;

As recomendações deste atelier resultaram com a finalização de apresentação do Plano de Acção Nacional de Combate a Desertificação/Degradação de terras na Guiné-Bissau.

V – Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação

5.1 - Objectivos do Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação

A Guiné-Bissau é um dos últimos países de África Ocidental que não dispõe do plano de acção da Luta Contra a Desertificação. Com o intuito de ultrapassar esta dificuldade, foi lançado em 2004 o processo da elaboração deste instrumento de política de combate a degradação de terra sob a tutela do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O objectivo global do PAN/LCD é definida no quadro da utilização racional e durável dos recursos naturais, em conformidade com as prioridades do desenvolvimento económico e social do país. Ele consiste sobretudo na conservação dos recursos naturais, solo e a água, como está emanado na própria convenção do combate a desertificação.

Entre os objectivos específicos do Plano de Acção de Luta contra a degradação da terra foram retidos o seguinte:

- Conservação da biodiversidade
- Restauração das áreas e dos ecossistemas degradados
- Luta contra a queimada
- Luta contra a erosão costeira e hídrica
- Luta contra salinização e acidificação dos solos
- Gestão das águas superficiais e subterrâneas
- Elaboração do plano da gestão integrada dos territórios da tabanca
- Reforço das capacidades técnicas dos diferentes actores e do quadro jurídico e institucional
- Educação e comunicação ambiental para a problemática da desertificação

5.2 Eixos prioritários e de intervenção estratégica do PAN/LCD

Os domínios prioritários definidos no quadro do presente trabalho foram escolhidos em função do contexto nacional, assim como dos imperativos da conservação e da utilização dos recursos naturais. O estado dos ecossistemas, esteja ele em bom estado de conservação ou degradados. Assim sendo, foram definidos os seguintes domínios: agricultura, pecuária, floresta, recursos hídricos, Reforço da capacidades das organizações camponesas, capacitação, cooperação sub-regional e internacional

Agricultura

É o sector fundamental da economia da Guiné-Bissau. Ela contribui para o PIB com 52%, e para exportação do sector. representa 90%, aproximadamente 82% da população activa do país trabalham no sector agrário.

A Carta de Política do Desenvolvimento Agrário (CPDA) é o plano sectorial mais recente na Guiné-Bissau, elaborado em 1997 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura, e aponta como objectivos principais;: garantia da segurança alimentar; aumentar e diversificar as exportações agrícolas, assegurar a gestão racional e a preservação dos recursos agro-silvo-pastoril e melhorar o nível de vida das populações. Um Plano de Acção elaborado no quadro da Carta de Política Agrícola salienta a pertinência da realização do ordenamento agro-ecológico do território da Guiné-Bissau, considerando a vocação natural de cada área.

Segundo a Carta de Política do Desenvolvimento Agrário (1997), a nível nacional, a superfície cultivada é estimada em cerca de 200 000 ha. Uma superfície aproximada de 68 000 ha é cultivada com o arroz, dos quais 37% com arroz de sequeiro ("pam pam") e 63% com arroz de "bas-fonds" ("lalas") e de mangal.

Um dos grandes problemas com que o país se depara nesse sector, é a ausência de uma zona agro-ecologia. A ausência dessa zonagem está a contribuir na expansão da monocultura de caju, na perda de fertilidade de solos, na salinização e acidificação de solos das "bolanhas". Com o intuito de atingir os objectivos fixados pela Carta de Política do Desenvolvimento Agrário, propõem-se uma série de acções a serem implementadas. Entre essas acções, a maior parte coincidem com as que consta na Carta de Política do Desenvolvimento Agrário

A zonagem agro – ecológica

É uma das primeiras acções da CPDA, ela consiste sobretudo no ordenamento do espaço nacional em função das suas potencialidades e necessidade de uso. A zonagem vai permitir a conservação e a utilização durável dos recursos naturais e da biodiversidade. Esta zonagem vai ter em conta também os perigos que a erosão, a degradação de terras, das florestas representam para a população local.

"A partir dessa zonagem, vai ser fácil seleccionar no futuro as zonas a ordenar e as "bolanhas" a recuperar, tendo sempre em atenção o máximo de precaução para preservar o ecossistema. Em todo caso, a pre-selecção das terras favoráveis será completada com uma visita no terreno, seguidos por estudos técnicos preliminares (vegetação, declive geral, qualidade dos solos, perigo da erosão) e socio-económicos (aceitabilidade, costumes sociais, associações tradicionais)" (CPDA, 1997)

Diversificação das culturas

Na Guiné-Bissau existe uma forte pressão sobre os recursos naturais, mais especificamente sobre os recursos florestais, devido as técnicas de culturas existente (cultura itinerante) e a cultura de caju. Este ultimo, apesar de constituir uma cultura de renda no país, é o principal produto de exportação nacional. Ela é considerada um dos estrangulamentos para o ambiente, já que se trata de uma monocultura com implicação no empobrecimento dos solos.

Neste contexto, uma política da diversificação das culturas, deve ser implementada no país. A (CPDA, 1997), os objectivos gerais propõem aumentar e diversificar as exportações agrícolas (mangas, citrinos, frutos silvestres...), para evitar dependência excessiva ao mercado do caju. A Guiné-Bissau dispõe de condições agro-climaticas muito favoráveis para a produção de outras frutas e de outras culturas tais como amendoim, mandioca, bata doce, óleo de palma...

Luta contra a salinização e acidificação de solos

Uma quantidade relativamente importante de solos ligados a rizicultura sobre os solos de mangais, estão acidificados e salinizados Coincidem exactamente com os solos onde foram construídas obras hidráulicas, seja ela mecânica ou tradicional. A degradação de solos acentuou-se devido a êxodo rural e a falta de mão-de-obra, para manter as obras hidráulicas por um lado e por outro lado o crescente desinteresse por esta cultura em beneficio do caju e de outras culturas do planalto.

No tocante aos “bas-fonds”, a degradação dos solos nesses sítios, tem muito a ver com má gestão da água em certas zonas do país (norte, leste e sul), que conduz automaticamente na salinização dos solos e por conseguinte a degradação dos solos e da terra.

Em termos de solução, uma política de ordenamento de terrenos deve ser implementada, onde se deve ter em conta a rentabilidade económica. Os aspectos sociais e culturais; os aspectos técnicos como a topografia, a pedologia e a hidráulica. Um esforço importante deve ser feito na sensibilização e na concertação com as populações beneficiárias, antes da recuperação de terras e da construção de grandes obras hidráulicas.



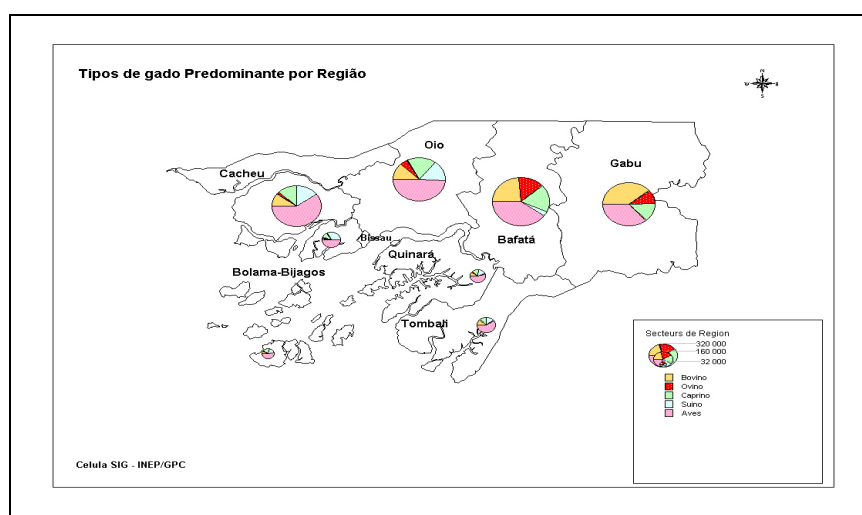
Foto ? Solos salinos

Vulgarização da lei e o regulamento da terra

A Guiné-Bissau, dispõe da lei e regulamento da terra. Entretanto, este instrumento que regula a utilização da terra a nível nacional, não está suficientemente vulgarizado e implementado. Para tal, urge a necessidade de vulgarizar esta lei, com o apoio das estruturas descentralizadas do MADR existentes a nível das regiões. O MADR, com apoio das outras estruturas estatais e ONG's, Associações de Base, devem valorizar os meios de comunicação existente no terreno (rádios comunitárias, escolas de verificação ambientais, jornais...) para fazer passar as mensagens sobre as vantagens de aplicação rigorosa da lei, que de uma forma ou outra irá permitir a diminuição dos conflitos fundiários ainda persistente na Guiné-Bissau. Por outro lado é pertinente a criação de um programa de informação nos meios de comunicação para as comunidades rurais.

A Pecuária

A criação de gado representa uma actividade com duas vertentes,: a 1ª é que ela permite a obtenção de rendimentos pela venda de gado (**50 à 55% destina-se ao mercado de Bissau**) e o aprovisionamento da população em proteínas animal, e a 2ª é o seu impacto sobre o meio ambiente e a agricultura. Ela é longe de ser praticada de maneira uniforme na Guiné-Bissau, porque **as regiões do Leste**, detêm aproximadamente 90% dos 410 044 cabeças de gado bovino nas duas regiões (Bafatá e Gabú). Em particular **43% do gado guineense encontra-se na região de Gabú² detêm uma parte importante desta actividade**, embora Bissorã e Farim concentram igualmente o gado bovino. Noutras regiões onde predominam animistas, o gado é mais utilizado para as cerimónias tradicionais ("choro"), circuncisão e casamentos.



Imagem? (Extraído de Manuel Baptista)

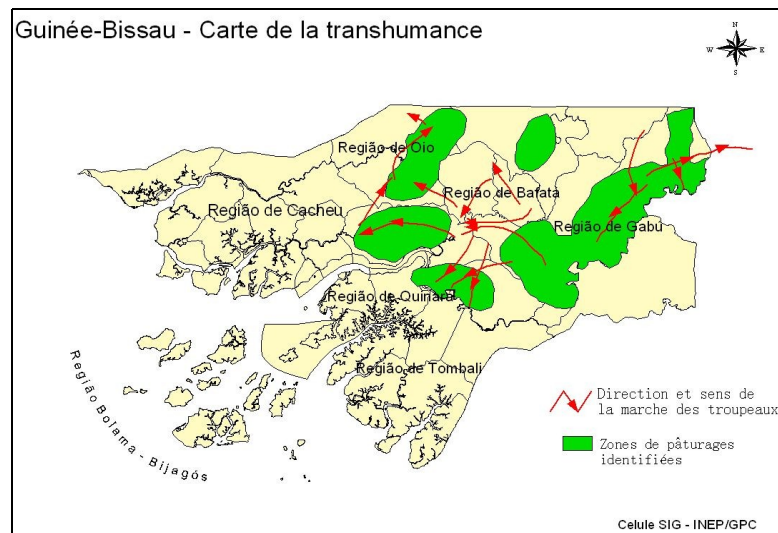
² O sector de Pitche é o maior produtor de gado da região e do país.

Três aspectos são importantes a considerar

- 1) Sempre foi difícil conhecer com precisão o efectivo do gado existente na Guiné-Bissau, na medida em que os proprietários que são as populações na sua maioria rural recusam-se a pronunciar sobre as cifras e o Estado não é criador de gado, limitando-se à acções muito poucas no domínio da pecuária, embora este sector representa 17% do PIB do país.
- 2) A criação de gado tem-se confrontado a escassez da água numa zona, onde durante a época seca, vários pontos de água desaparecem e o nível das águas baixa, obrigando os pastores a conduzi-lo em dezenas de quilómetros, indo por exemplo de Gabú à Gambiel (sector de Bambadinca) e Ganadú ou seja as zonas húmidas nas bacias do rio Geba.

Essa **transumância provavelmente terá impactos negativos sobre o ambiente** porque os itinerários utilizados poderão sofrer a perda do coberto vegetal com consequências negativa no solo nu sujeito a erosão. O processo de sahelização, passando pela savanização, se acentua nestas condições. Mas o verso da medalha, é que a quantidade de excrementos rejeitado ao longo do trajecto, poderia ser muito benéfico para a agricultura, servindo de adubo orgânico;

- 3) Essa transumância é geradora de enormes conflitos entre pastores e agricultores porque o gado destrói as culturas cuja colheita se faz até o mês de Novembro, entre pastores e ponteiros (o gado consome o cajú).



Imagem? (Extraído de Manuel Baptista)

Face à estes problemas, seria importante, uma vez conhecidos o itinerário da transumância, de ordenar as zonas de pastagem, e as zonas agrícolas, contribuindo desta

forma para reduzir os conflitos e limitar os impactos negativos sobre o ambiente. O ordenamento permitiria igualmente propor acções de recolha de excrementos, de hidráulica ao serviço do gado e de protecção dos solos (Silva, AO, Silva, AS et al, 2000)



A floresta

A floresta, enquanto ecossistema, antes de ter uma utilização para fins económico-productivos, através da pastagem, da exploração industrial da madeira, como fonte de energia, material de construção civil (moderna e tradicional), de fumagem e confecção de sal, tem uma importância nas actividades quotidianas (confecção de utensílios domésticos), está associada à propriedade sobre as terras, ao poder tradicional, ao sagrado e é o lugar de manifestações culturais diversas como o “fanado”, as cerimónias e os rituais, ecológico, pelo seu papel nomeadamente como meio onde se produzem fenómenos de competição intra e interespecífica, indispensáveis para a biodiversidade;

Da exploração considerada “moderna,” baseada na exploração de essências de alto valor comercial para a exportação e abastecimento do mercado interno, resulta uma acentuada degradação florestal com consequências imprevisíveis para a conservação da diversidade biológica.

Geralmente é difícil ter uma ideia aproximada da cobertura vegetal da Guiné-Bissau, só a realização de um novo inventário florestal poderá responder à esta questão. Entretanto existem três últimos estudos florestais no país, SCTE-International (1978), Atlanta Consult (1985) e uma análise de estado da superfície com quantificação de ocupação do solo do Géosystèmes (1993), restrito só à zona costeira.

No primeiro estudo realizado pela SCET-Internacional a área florestal era de 2 344 950 ha volvidos 7 anos Atlanta Consult, estimou a área florestal em apenas 2 030 284 ha o que representa uma degradação do coberto vegetal em 314. 666 ha. Admitindo que a degradação anual se situa em 30 000 ha (estimativa sem incluir mangais e palmeira e “cibes”,) de 1995 a 1999, teria degradado 420 000 ha da cobertura florestal, portanto presentemente a área estima-se em 1 605 000 ha (Dias, C e Correia, C. 2000).

Vários autores avançam com cifras diversas sobre o ritmo da degradação das florestas na Guiné-Bissau. Por exemplo, a FAO aponta que durante o período compreendido entre 1981 a 1985 houve uma perda de 34 000 ha/ano. Bianchi, em 1986 avançou com 60 000 há/ano. Sardinha em 1990 aponta 80 000 ha/ano. Por último a Carta de Política Agrária de 1997, aponta uma diminuição de 623 000 m³.

A degradação do ecossistema florestal é a mais acentuada devido a expansão da monocultura de caju. Segundo (“La filiere anacardier en Guinée-Bissau”, MDRA, 1996); a superfície consagrada a cultura de caju tem aumentado entre 1986-1995 num ritmo de 20% por ano. Se pode estimar, 1995, 103 000 hectares. Os ponteiros possuem 15% de plantação de caju (15 000 hectares), os agricultores tradicionais, 85% (88 000 hectares).

No que concerne aos agricultores tradicionais, o Norte do país vem em primeiro lugar com 48 000 hectares (55%), seguido do Leste 23 000 hectares (27%) e depois o sul incluindo o Arquipélago dos Bijagós com 16 500 hectares (18%).

Analisando os dados acima apresentados, se pode concluir que estamos perante a degradação do património florestal, que conduz a perda da biodiversidade e a degradação da terra. Este fenómeno poderá contribuir no avanço do fenómeno da sahelização sobre o território nacional e posteriormente a ameaça da seca e da desertificação.

As principais acções propostas são as seguintes:

A realização do inventário florestal

O último inventário florestal realizado no país, remonta há muitos anos atrás, apesar dos estudos realizados por SECT-Internacional e Atlanta Consult nos anos 70 e 80, estamos perante uma carência total de informação sobre o património florestal. Independente dessa lacuna, a exploração florestal não diminuiu, foram várias as licenças de exploração emitidas nos últimos anos pela DGFC, para fins diversos, exportação ou para o consumo no mercado interno. Nenhuma medida de substituição (regeneração natural, plantação, enriquecimento) não é tomada. Portanto, é necessário rever o modo de gestão das concessões, realçando a valorização da árvore em pé, o que constituirá uma melhor garantia para a produção da madeira de construção.

Segundo a CPDA, 1997; “a pre-condição de toda uma política florestal é, portanto, o estabelecimento de um inventário detalhado e massivo florestal e das concessões. Este inventário tem por objectivo, o estabelecimento de planos de ordenamento à volta da utilização dos produtos florestais. Esta acção inscreve-se no quadro da nova política de gestão comunitária e descentralização dos recursos florestais”.

Ordenamento florestal

Na Guiné-Bissau não existe um plano de ordenamento florestal. O ordenamento florestal resulta da necessidade do homem prenizar os recursos que lhes são necessários. Uma das particularidades do ordenamento florestal, relativamente ao ordenamento de outros

recursos que ele se aplica a um ecossistema perene, fornecendo numerosos produtos e desempenhando vários papéis. Este ecossistema florestal pode ser ordenado para fornecer uma produção indefinidamente renovada, sem consumir o capital produtivo.

O ordenamento propõe-se organizar, pôr em ordem e planificar a reconstituição, exploração e utilização de vastas extensões. Não se trata de organização pontual da actividade humana e do espaço florestal, mas, um sistema duradouro de gestão do recurso. Um ordenamento florestal, inscreve-se assim na duração (DGFC/PAFT, 1992).

O ordenamento florestal deverá ser proposta por uma Estrutura que se ocupa da gestão dos recursos florestais e da Teledeteção e Sistema de Informação Geográfica (SIG). Nesse caso, poderia ser a Direcção de Serviço da Exploração dos Recursos Florestais e Célula SIG do Gabinete de Planificação Costeira. Com ajuda de dados espaciais georeferenciados e matérias cartográficas, elas poderiam tomar algumas medidas pertinentes:

- proibição total da atribuição da autorização de exploração, sem inventário ou ordenamento florestal
- fazer respeitar a regulamentação da exploração florestal
- aumentar o controlo dos diâmetros mínimos de exploração de madeira para industria
- dotar a DGFC de meios necessários para inventariar as parcelas que serão atribuídas posteriormente para a exploração

Implementação de política de gestão das florestas comunitárias e a gestão integrada do território da tabanca

Estas abordagens tiveram sucessos nas regiões do Leste (Bafatá e Gabu). Implementadas no quadro do Projecto PASP (Projecto Agro Silvo-Pastoril), devem ser replicadas e vulgarizadas nas outras regiões do país. O objectivo do ex-PASP, era melhorar o nível de vida das populações das tabancas, através da responsabilização dos mesmos, da utilização dos seus recursos naturais ou agro-silvo-pastoril.

As abordagens Gestão Integrada do Território da Tabanca (GITT) e a GFC (Gestão de Florestas Comunitárias) constituem até então uma das formas mais eficazes de dar a resposta a degradação do ambiente e da terra. A dinâmica do GITT poderá ser utilizada no desenvolvimento local a nível das tabancas, passando pelo reforço das estruturas descentralizadas existentes. A GITT, contribuem de que maneira, na minimização de diferentes conflitos existentes à volta da utilização dos recursos naturais

A nova lei florestal, recentemente aprovada, encoraja a criação das florestas comunitárias, que estarão sob o controle da população local. Este quadro legal abre o caminho para criação de uma direcção das florestas comunitária a nível da DGFC. Esta vontade política expressa poderá ser uma porta de entrada para alargar a abordagem GITT, em todo o território nacional e conseqüentemente lutar contra a degradação do ecossistema florestal

em particular da terra em geral. Mais especificamente com a gestão das florestas comunitárias, pretende-se o seguinte:

- limitação da degradação dos recursos florestais (queimadas, corte anárquico, extensões das culturas do arroz do planalto – “pam pam”) através da responsabilização da população;
- reforço da capacidade de intervenção das comunidades rurais, com vista a melhor gestão dos recursos naturais (sensibilização, formação, criação de organizações rurais...)
- criação de condições para a vulgarização da abordagem participativa da utilização dos recursos florestais.

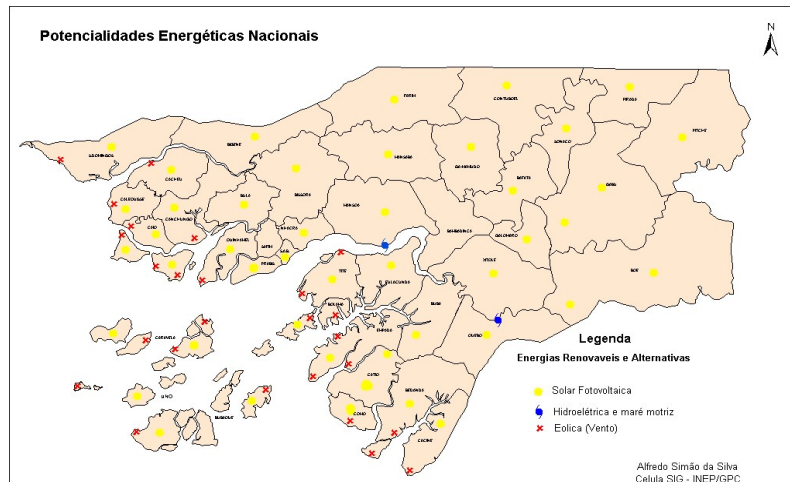
Programas de economia das energias lenhosas e promoção de energias alternativas

A utilização da energia lenhosa proveniente da floresta ganhou dimensões importantes na Guiné-Bissau. A lenha representa o combustível lenhoso dominante de consumo doméstico, com uma demanda que ultrapassa provavelmente as 500 000 toneladas por ano. O carvão segue-se com 137 000 toneladas de consumo doméstico anual, essencialmente nos centros urbanos, com especial destaque para a cidade de Bissau (PNGA, 2003). Os custos ambientais da utilização alternativa da energia lenhosa para as actividades domésticas são enormes e estão a pôr em perigo o próprio equilíbrio ecológico do país.

No passado recente a DGFC em colaboração com a INITA implementou o projecto de **utilização racional do património florestal** (dito carbonização). A importância deste projecto reconhece-se nos objectivos que ele prossegue, nomeadamente o de fazer com que a população exerça menor impacto nefasto sobre a floresta, fazendo a economia de energia, através da organização da fileira do carvão, da valorização energética, dos resíduos florestais das zonas onde a actividade humana é corrente, como as serrações e campos agrícolas. Um dos objectivos que mostra manifestamente o imperativo da preservação do ambiente, refere-se a “ sensibilização da população rural e urbana sobre a produção de carvão e a protecção da natureza”, assim como a necessidade de utilização das tecnologias apropriadas da utilização dos recursos lenhosos.

O projecto da utilização racional do património florestal, vulgarizou entre outra, a utilização de fogões e fornos melhorados, como a forma de fazer a economia da energia e minimizar ao mesmo tempo o impacto sobre o ecossistema florestal.

A curto prazo, o Governo deve criar as condições para o aproveitamento da energia solar e eólica, como fonte energético não esgotável e menos poluentes ao ambiente. Ele deve aumentar a capacidade de produção e fornecimento de energia a nível nacional, assim como a redução de custos de importação de combustível.



Imagem? (Extraído da Ivone Costa)

Elaboração da lei de gestão dos mangais

O mangal, está entre ecossistemas mais importantes, tanto do ponto de vista ecológico como sócio-económico. A sua importância na política ambiental, foi ressaltada pelo Gabinete de planificação costeira, através de vários estudos realizados.

“A Guiné-Bissau é povoada em 8% do seu território por esta formação vegetal, distribuída ao longo da sua costa, dos estuários, rios e rias que penetram pela terra adentro, predominando assim em toda a zona costeira. Os dados mais recentes (CIRAD, 1990), indicam uma superfície total de 2484 Km², enquanto ela era de 4760 Km² (Edwin, 1987) ou seja existe uma regressão da ordem dos 48%. Este ecossistema está entre os mais” produtivos do país (Da Silva, A. O, 2001).

Na perspectiva de promover uma gestão durável do ecossistema, reveste de capital importância a elaboração da lei de gestão do mangal, com vista a regulamentar a utilização deste recurso. Ainda entre outras iniciativas no quadro da conservação e gestão dos mangais, encontra-se a proposta da criação de um observatório do mangal a nível sub-regional, com sede na Guiné-Bissau, elaborado a nível do Gabinete de Planificação Costeira.

O objectivo fundamental do observatório, é servir de instrumento de seguimento ecológico e económico do mangal, através do melhoramento do conhecimento científico sobre o ecossistema do mangal e determinar as modalidades do seguimento e proteger os habitats, os processos ecológicos e estabilizar o litoral;



Recursos hídricos e a hidráulica

O Esquema Director da água é uma estratégia que serve de quadro de referência. Deste documento derivem as grandes directrizes acerca da utilização dos recursos hídricos e nele transparece o seu papel na conservação da diversidade biológica e no contexto do desenvolvimento durável que se preconiza.

Este esquema não analisa de forma directa, a conservação ou utilização dos recursos da biodiversidade, mas, ele propõem a conservação das bacias hidrográficas que por conseguinte, estão formados por associação de plantas e animais. As bacias hidrográficas são consideradas por muitos autores, um laboratório por excelência da diversidade biológica, tanto naturais coma aquelas resultantes das actividades agro-pecuárias.

O esquema Director de Água, actualizado em 1997, reconhece que a valorização dos recursos em água é um factor catalizador como a pesca, sobretudo nas águas interiores. O seu incontornável papel nos ecossistemas e nas zonas húmidas, enquanto habitat das mais distintas espécies animais e vegetais.



Recentemente o Ministério dos Recursos Naturais através da Direcção Geral dos Recursos Hídricos finalizou o Plano Estratégico de Acção para o Desenvolvimento do Sector Água e Saneamento cujo objectivo global é de contribuir para a melhoria das condições de vida e de saúde das populações através de disponibilização e de optimização do uso da água e de utilização e apropriação de infra-estruturas de saneamento básico. Entre os objectivos principais e sectoriais deste plano destacam-se os seguintes:

- Promoção de aprovisionamento em água e de saneamento
- Desenvolvimento durável
- Gestão dos Recursos em Água.
- Reestruturação Institucional.

A gestão dos recursos em água está intimamente ligada ao fenómeno de degradação da terra e da desertificação. Segundo o plano, este objectivo pretende *“Garantir a valorização e exploração duráveis dos recursos em água destinados ao abastecimento em água que, permitem assegurar a satisfação de necessidades em água de diferentes usos, a conservação dos recursos e a preservação do ambiente, através de:*

- ❖ Melhorar conhecimento de funcionamento dos rios e dos aquíferos;
- ❖ Protecção da quantidade e qualidade dos recursos em água e de obras hidráulicas;
- ❖ A gestão eficaz e integrada dos diferentes utentes da água;
- ❖ Protecção das populações face aos riscos naturais ligados as águas;” (Plano Estratégico de Aguas, 2006)

Entre outras acções tangíveis planificadas no quadro de plano estratégico do sector de água e saneamento, susceptíveis de contribuir no combate a desertificação e degradação de.... no quadro dos Recursos Hídricos encontra-se os seguintes:

- ❖ Actualizar e adoptar o Esquema Director para Água e Saneamento.
- ❖ Actualizar e adoptar a síntese hidrogeológica.
- ❖ Elaborar a política de cooperação em matéria de águas partilhadas.
- ❖ Introduzir os conceitos e princípios da GIRE (Gestão Integrada dos Recursos em Água) nas políticas e estratégias do sector onde intervém a água.
- ❖ Harmonizar os principais instrumentos legais, jurídicos e normativos do país com os da sub-região.
- ❖ Criar/reforçar estruturas de gestão das 2 principais bacias hidrográficas (Geba e Corubal).
 - Comités/agências de gestão das bacias.
 - Associações de interesse hídrico.
 - Comités de gestão dos pontos de água.

Os resultados esperados neste quadro são os seguintes:

- ❖ Leis, regulamentos, medidas financeiras de regulação do mercado de água adoptados.
- ❖ Os documentos da política e estratégias actualizados e completados (Plano Estratégico de Aguas, 2006).

Reforço de capacidades das organizações camponesas de base

No que concerne ao reforço da capacidade, na Guiné-Bissau, se pode verificar a fraqueza das organizações da sociedade civil, organizações profissionais, associações de base e as ONG's, para fazer face aos desafios da degradação da terra no país. Neste âmbito, pode-se constatar o seguinte:

- Fraca capacidade das organizações e das associações de base em definir acções programáticas que permitem controlar o uso dos recursos associados a programáticas definidas;
- Fraca organização de certas camadas da população, sobretudo das jovens mulheres.

O PAN/LCD deve inverter esta tendência com acções que permitem as organizações profissionais a jogarem um papel importante no processo de tomada das decisões e ter uma visão estratégica suficiente, sobre o futuro. A sociedade civil deve desenvolver a sua capacidade de análise e dos desafios e da formulação da estratégia no quadro da luta contra a desertificação. Entre outras acções tangíveis no quadro de reforço da capacidade das instituições e das organizações da sociedade civil, encontra os seguintes:

- Difundir os conhecimentos sobre as técnicas de gestão sustentável dos recursos naturais
- Promoção da tecnologia e do saber fazer local
- Desenvolver as capacidades em matéria de “lobbying” e de formulação de projectos
- Desenvolver a competência nacional em matéria da luta contra a degradação de terra e da desertificação

Nesta perspectiva, com as capacidades de intervenções das instituições reforçadas, serão melhoradas a participação da sociedade civil, a das organizações de base no processo da tomada de decisão e na implementações do programa de acção de combate a degradação da terra e da a desertificação, assim como no controle de técnicas e abordagens da luta contra a desertificação. Entre outras, espera-se também o seguinte:

- O saber fazer local valorizada pela sociedade guineense
- Melhor estruturação das organizações e das associações de base e servir de intermediários entre a população local e os intervenientes e/ou parceiros do exterior
- A capacidade e a “expertise” nacional são melhoradas, sobretudo das ONG's

Melhoria de conhecimento, pesquisa e educação e comunicação sobre a desertificação

As acções de luta contra a desertificação na Guiné-Bissau de uma maneira geral, não são objecto de pesquisa particular. A pesquisa sobre a implicação socioeconómica da degradação da terra e da desertificação é praticamente inexistente. A mesma coisa acontece com o inventário cartográfico permitindo seguir a evolução do processo da

desertificação. As acções de pesquisa – desenvolvimento sobre os sistemas de cultura adaptadas e sobre a melhoria dos itinerários dos gados ainda ficam por desenvolver.

O sistema de recolha e de análise da informação de base existente que permite dispor de conhecimentos sobre a pluviometria, necessitam de ser melhorados através dos Serviços da meteorologia Nacional. No entanto, um esforço considerável deve ser feito no sentido de dispor de uma boa informação sobre o fenómeno da seca e do processo da desertificação para poder compreender a problemática e identificar ao mesmo tempo, as boas decisões a serem tomadas, apoiando dos resultados de análise e da pesquisa.

No que concerne a educação sobre a desertificação, ela deve ser considerada sobretudo no domínio escolar, sem deixar de lado a sensibilização de adulto a da população em geral

Neste Plano de acção de combate a desertificação, as acções principais deste domínio, devem concentrar-se à volta de:

- ❖ Necessidade de melhorar o conhecimento do processo da desertificação, através de campanhas de educação e de comunicação ambiental que poderá ser acompanhada pela alfabetização
- ❖ Melhorar os conhecimentos tradicionais sobre as técnicas de luta contra a degradação da terra e da desertificação
- ❖ Melhoria de conhecimentos e de inventários de gados no processo da transumância
- ❖ Dispor de elementos e de conhecimentos para prevenção e a gestão de catástrofes ligadas a desertificação
- ❖ Melhorar conhecimento sobre a cultura adaptadas as mudanças climáticas

A cooperação subregional, regional e internacional

A Guiné-Bissau tem as fronteiras com o Senegal e a Guiné-Bissau, com ambos países a Guiné-Bissau partilha importantes recursos naturais, nomeadamente os recursos em água (bacias hidrográficas do rio Geba e Corubal), recursos vegetais, a fauna entre outros. No entanto, com os recursos e as questões ambientais não tem fronteiras, os países através do CILSS, CEDEAO, UEMOA e outros programas regionais de conservação como o PRCM (Programa Regional de Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos de Africa Ocidental), O Programa de Grandes Correntes das Canaris e do Golfo da Guiné estão a coordenar e harmonizar as políticas com vista a minimizar os fenómenos da degradação da terra e da desertificação, assim como garantir a utilização racional e durável dos recursos naturais partilhados.

Entre os objectivos pretendidos com a cooperação regional e internacional, encontram-se os seguintes aspectos:

- ❖ Contribuir na definição e na aplicação de normas e de modalidades comuns para a gestão dos recursos e ecossistemas partilhados;

- ❖ Criar as áreas protegidas transfronteiriças para garantir a conservação da biodiversidade e do material genético;
- ❖ Aproveitar e capitalizar as experiências dos outros países no domínio da luta contra a pobreza;
- ❖ Desenvolver projectos transfronteiriços de gestão dos recursos naturais partilhados
- ❖ Valorizar o saber tradicional da população local dos países vizinhos

5.3. Processo de implementação do Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação

5.3.1 Dispositivo institucional e organizacional descentralizado a nível nacional

Na Guiné-Bissau, o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural é a estrutura governamental responsável pela implementação da CCD e do PAN/LCD em estreita colaboração com os seguintes Ministérios: Ministério dos Recursos Naturais, o Ministério das Pescas, o Ministério das Obras Publicas, Construções e Urbanismo, em parceria e colaboração com o CONACILS.

O ponto focal da CCD é a DGFC. Nesta perspectiva, foi criado ONC (Orgão Nacional de Coordenação), estrutura de pilotagem para a elaboração do PAN/LCD, coordenada pela Direcção Geral das Florestas e Caça. Para melhor a funcionalidade, propõe-se que o ONC seja oficializado pelo governo, não só como a estrutura de pilotagem do processo da elaboração do PAN/LCD, mas também como uma célula de seguimento da implementação das acções de luta contra a desertificação na Guiné-Bissau.

Nesta perspectiva, propõe-se a criação de um *Secretariado Permanente*, com uma célula administrativa e financeira e ainda uma comissão técnica de apoio ao secretariado. A comissão técnica será constituída pelos Chefes dos programas ou projectos sub-regionais ligados a gestão dos solos e recursos conexos.

A ONC reagrupa mais de 20 instituições que trabalham directa ou indirectamente no domínio ambiental e dos recursos renováveis, incluindo as ONG's e Associações de Base.

A presidência do ONC será rotativa entre as Direcções Gerais membros, fundamentalmente a Direcção Geral das Florestas e Caça, Direcção Geral dos Recursos Hídricos, Presidencia do INA, SP/CONACILSS, o IBAP, Direcção Geral da Agricultura e da Pecuária,

Independentemente da tutela operacional da CCD, MADR e a DGFC, juntando-se ao CONACILSS sob tutela do mesmo Ministério, encontram-se algumas instituições nacionais que contribuem com as suas actividades directamente, no combate a desertificação e da degradação da terra. Para uma melhor eficácia no combate a desertificação. Propomos que sejam reforçadas e aprofundadas parcerias e sinergias entre as diferentes instituições mencionadas em baixo, cujas as atribuições são as seguintes:

O IBAP (Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegida), instituição sob a tutela do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, encarregue-se da gestão das áreas protegidas e da conservação da biodiversidade, a nível nacional. As suas atribuições são os seguintes :

- Coordenar, orientar, implementar e supervisionar a definição da política nacional assim como a execução das acções de protecção, conservação e preservação da biodiversidade, das áreas protegidas, dos parques e reservas naturais constituídos.
- Promover e salvaguardar os ecossistemas, a biodiversidade e as áreas protegidas; assim como a utilização social e económica durável, de uma parte do território, incluindo os cursos de água, os lagos e o mar.
- Promover com todas as técnicas possíveis (humanos e técnicos) a gestão durável da biodiversidade.

A DGA (Direcção Geral do Ambiente) ou INA (Instituto Nacional do Ambiente), será encarregue da definição de política do sector ambiental, elaboração de leis e regulamentos incluindo a avaliação do estudo do impacto ambiental, assim como zelar pela sua aplicação.

Direcção Geral de Geografia e Cadastro (DGGC), instituição responsável pela cartografia, cadastro e gestão do território nacional.

Serviço Nacional de Meteorologia, encarrega-se da recolha e tratamento de dados meteorológicos, a partir das suas estações espalhadas no território nacional. É um serviço de observação sistemática indispensável para o seguimento dos parâmetros climáticos no país

O GPC (Gabinete de Planificação Costeira), fazendo parte do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, concentra as suas actividades no seguimento da biodiversidade na zona costeira. O GPC, cuja vocação está estreitamente ligada com os aspectos de gestão do território da zona costeira. Continuará a jogar o seu papel de banco de dados e de conhecimento da zona costeira e concentrará também as suas actividades no desenvolvimento do sistema de informação geográfica (SIG), em parceria com o INEP. Entre outras, ele vai instituir o mecanismo de seguimento e avaliação das acções a nível do litoral.

O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa), através do CEATA (Centro de Estudos Ambientais e de Tecnologia Apropriada), ocupa-se fundamentalmente dos estudos socio-económicos e da tecnologia aplicada ao ambiente. Ele é responsável também pela implementação do plano director da pesquisa no Arquipélago dos Bijagós.

O INITA (Instituto Nacional de Investigação e de Tecnologia Aplicada), é encarregado de vulgarizar as tecnologias adaptadas e melhoradas que permitem a transformação e valorização dos recursos naturais, incluindo os produtos agrícolas e florestais a baixo custo.

O INPA (Instituto Nacional de Pesquisa Agrária), é a instituição responsável pela pesquisa agronómica (produção animal, rizicultura, sócio-economia rural e técnicas agrícolas). Ele implementa vários programas de pesquisa salientando-se, os do arroz, o de sócio-economia rural, e o das técnicas agrícolas. Estes centros dispõem de uma larga gama (amostras) de variedades cultiváveis, essências florestais, etc. resultantes de programas de cooperação com os grandes centros internacionais e sub-regionais de pesquisa.

No quadro do “Plano de Acção da Carta de Política Agrícola,” prevê-se a reestruturação do INPA, e a elaboração de um Plano Nacional de Pesquisa, que servirá de orientação para as respectivas intervenções, no domínio da pesquisa agronómica. Este novo programa, deve sobretudo ser articulado com um programa eficiente e descentralizado da extensão e vulgarização agrícola.

Finalmente, as ONG’s e as Associações de Base, que trabalharão directamente com as instituições acima identificadas na implementação das acções de conservação e de sensibilização junto da população local.

Quadro 2: ONG’s nacionais e estrangeiras que intervêm domínio ambiental

ONGs	Domínio de Intervenção
AD	Ambiente, desenvolvimento rural
ALTERNAG	Ambiente, estudos económicos, poder local
TINIGUENA	Ambiente e cidadania
ADEMA	Meio Ambiente
AMCA	Conservação do ambiente
NANTINIYAN	Desenvolvimento na base
BILIGERT	Ambiente e desenvolvimento
RADI	Florestas e gestão
AFVP	Gestão do território e formação
Guiné Verde	Ambiente e desenvolvimento rural
SWISSAID	Desenvolvimento, ambiente
UICN	Ambiente, planificação costeira, desenvolvimento durável, legislação, educação e comunicação ambientais

O IBAP, a DGFC, o INPA e algumas ONG’s nacionais e estrangeira (AD, Tiniguena, ALTERNAG, NANTINIYAN e a SWISSAID), possuem estruturas descentralizadas a nível das regiões com mandatos e termos de referências específicos. Essas estruturas, algumas com vocação virada mais para a educação ambiental, podem ser valorizadas nas actividades de sensibilização e de informação contra a degradação de terra.

5.3.2 Quadro jurídico para implementação da PAN/LCD

Um dos avanços significativos na implementação da convenção contra a desertificação e da degradação da terra na Guiné-Bissau, está relacionada com o quadro jurídico legislativo e a elaboração de instrumentos de política ambiental. Este quadro, veio a ser reforçado com a elaboração e actualização de importantes leis que intervêm directa ou indirectamente, com assuntos ligados a degradação de terra e a gestão dos recursos naturais. Nesse âmbito, eis algumas acções:

- A **lei da terra** foi aprovada pela Assembleia Nacional. O seu regulamento está na fase final da elaboração. Este instrumento vão permitir de uma forma geral, regulamentar a gestão do espaço no território nacional e de uma maneira particular, irá disciplinar e minimizar os problemas ligados a concessões de terras, para diferentes fins. No entanto, esta lei reconhece dois aspectos fundamentais. As reservas florestais e o reconhecimento do direito consuetudinário da gestão das terras comunitárias.
- Foi elaborada nos últimos anos, a **lei-quadro das áreas protegidas**, instrumento que visa antes de tudo, a criação de um quadro legal e propício para a conservação dos ecossistemas frágeis, na Guiné-Bissau. Ela regulamenta também o sistema de classificação e de desclassificação das áreas protegidas, a nível nacional. Entretanto, esta lei, carece de actualização, mas, a sua revisão constitui uma das primeiras actividades do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP).
- A **lei florestal** o seu *regulamento* e a *taxação florestal* foram actualizada e está sendo aplicada em todo o território nacional. Está nova lei florestal, dá muita importância aos aspectos da reflorestação, sobretudo nas zonas onde existem as serrações e áreas com problemas potenciais de degradação da terra. Ela realça especial atenção a gestão integrada dos recursos florestais através da responsabilização da população local. A abordagem da gestão das florestas comunitárias, foram ressalvadas na lei florestal
- A **lei que estabelece as bases para a protecção, fomento e exploração da fauna selvagens**, foi recentemente publicada no boletim oficial. Esta lei prevê as medidas adequadas no sentido de travar práticas nefastas e as formas de encorajar a participação activa das populações locais e os diferentes actores na gestão racional dos recursos faunísticos. Isto tendo em vista a sua perenidade.
- **Regulamento da pesca artesanal**, tem por objecto regulamentar as actividades da pesca artesanal na Guiné-Bissau, no quadro da legislação aplicável, designadamente da Lei Geral das

Pescas aprovada pelo Decreto-lei No 4/94 de 2 de Agosto. O Regulamento de Pesca Artesanal em vigor data de 1997. A sua aplicação correcta requer no entanto a existência do plano de gestão artesanal. Este documento define também as zonas de ordenamento da pesca artesanal (zona marítima, insular e continental) refere que *constitui dever do Governo assegurar a reserva destas zonas para as actividades de pesca artesanal sem*

prejuízo dos acordos internacionais ou da lei 21^o da Lei das Pescas. Para cada uma das zonas está definida a potência do motor das embarcações que é permitida.

- O **Código de Água** é concebido como um conjunto de princípios e normas que enquadram a actuação do Estado, tendo como objectivo, a exploração planificada, a conservação e a optimização da gestão dos recursos hídricos.
- O país passa a dispor da **lei de minas e minerais**. Esta lei, baliza as diferentes formas de exploração dos recursos mineiros no país. A maior parte dos minerais existente no país, encontram-se nas zonas florestais susceptíveis de degradação em caso de má gestão. Na lei podemos encontrar normas com preocupações da protecção do ambiente. O titular de permissão de exploração deve, sob pena de sanções, diligenciar no sentido de compatibilizar os trabalhos de exploração com o ambiente. Por exemplo, as licenças de exploração, que são concedidas para a exploração das pedreiras em geral, só serão expedidas se se verificar que não afectarão negativamente o ambiente.

Concluindo, no país existem dispositivos legais suficiente para evitar a degradação da terra, se for implementado de forma rigorosa. Uma das lacunas existente exactamente na Guiné-Bissau é a implementação das leis existente. Apesar do avanço significativo no quadro jurídico, ainda existem lacunas a colmatar. Releva-se urgente a elaboração da lei-quadro do ambiente, com o seu respectivo código, a lei e/ou regulamento de estudo do impacto ambiental que balizam os diferentes investimento na terra.

5.3.3 Instrumentos de política ambiental de suporte a implementação da convenção de Combate a Desertificação

No Plano Director Florestal Nacional (Plano de Acção Florestal Nacional), é um documento de 1992, nele consta uma análise da situação, na base da qual são definidas as políticas, as estratégias, as acções, e as metas a atingir, para uma utilização durável dos recursos florestais, como igualmente define os meios necessários a sua implementação.

O Plano Director Florestal aborda de uma forma ampla, as questões da diversidade biológica tanto florestal, como faunístico. Entretanto, o Plano também fez referência ao sector pesqueiro, atendendo a sua relação com o sector agro-pecuário.

No entanto, alguns problemas que afectam o património florestal e a biodiversidade provocados sobretudo pelo homem, foram ressaltados directamente nesse documento, da forma seguinte :

- manutenção pela população rural de técnicas existentes da utilização do espaço e que foi confrontada com o problema da segurança alimentar ;
- as queimadas para agricultura itinerante e caça ;
- criação extensiva de gado e o aumento da transumância;

- utilização do fogo como utensílio principal do arroteamento e da renovação das pastagens ;
- desbravamento para a criação de novas terras agrícolas, para a cultura de renda (principalmente o caju, amendoim e algodão);
- sobrexploração de essências florestais de alto valor comercial ;
- aumento de acampamentos de caça e de caçadores furtivos;
- aumento da densidade populacional e aparecimento de novas tabancas nos corredores da fauna.

As consequências destes problemas, são bem conhecidos a perda da diversidade biológica, erosão, esterilização dos solos, degradação da terra entre outras.

O Plano propõe também os principais eixos prioritários da política florestal recomendada pelo PAFT

- Gestão fundiária, definição legal do espaço florestal, qualquer que seja seu estatuto fundiário, sua delimitação; criação de um observatório fundiário.
- .Elaboração e implementação de um plano director de desenvolvimento florestal comunitário participativo e descentralizado em proveito das colectividades rurais.
- Diminuição da pressão sobre as florestas, mediante intensificação da agricultura (agro-florestal e melhoria do pousio) e da criação de gado, por incitação ao plantio sobre os bons solos (cultura e florestas de renda) e pela regulamentação da exploração florestal.
- Melhoria da gestão florestal através da sua conservação, sua valorização e sua regeneração.
- Atribuição de um valor mais representativo a madeira em pé, complementados pelas disposições fiscais e aduaneiras, realmente aplicados.
- Implementação de um programa pragmático de investigação a longo prazo sobre os ecossistemas e sobre os ecossistemas tropicais frágeis.

Resumindo, o Plano Director Florestal aborda de forma clara e especifica, as questões relacionados com o património florestal, a diversidade biológica florestal e faunísticos, e propõem medidas que visem a sua conservação e utilização durável.

Apesar da existência do **Plano Director Florestal (PAFT)** que carece de actualização, a partir de meados dos anos 90 a esta parte, foram elaborados vários documentos orientadores de política, no sector ambiental na Guiné-Bissau. Trata-se de:

- O **Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGA)**, documento mãe e regulador de questões ambientais na Guiné-Bissau. Nele estão contidas as principais preocupações de outros sectores de desenvolvimento, não só em termos de conservação, como também de desenvolvimento propriamente dito. O Plano, através de programas e projectos, procura soluções para garantir a segurança alimentar, erradicação da pobreza, controlo da poluição e saneamento do ambiente; conservação dos recursos naturais e controlo do avanço da

desertificação e da erosão do solo, assim como a minimização dos impactos antropicos que influenciam a alteração climática. (PNGA, 2002).

- **A Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Diversidade Biológica (EPAN-DB)**, este documento reflecte o cumprimento de um dos engagements contidos na convenção sobre a biodiversidade, assinada e ratificada pelo Estado da Guiné-Bissau. O objectivo deste instrumento, está direccionado sobretudo para os aspectos da conservação e da utilização durável da diversidade biológica. O plano de acção contém projectos e as propostas de medidas que visam lutar contra a degradação de terra e ao mesmo tempo a manutenção da diversidade biológica. Entre os temas identificados no plano de acção, encontra-se: a durabilidade da agricultura, floresta, pecuária, pesca, as áreas protegidas, ordenamento do território, educação, formação e sensibilização, pesquisa, aspectos legais e institucionais e questões internacionais.
- **Carta de Política de Desenvolvimento Agrária**, instrumento orientador de desenvolvimento do sector agrário, concentra a sua atenção em duas vertentes principais:
 - assegurar a satisfação das necessidades essenciais das populações, restabelecer uma melhor redistribuição dos rendimentos e lutar contra a pobreza;
 - utilizar de maneira racional os recursos agro-silvo-pastoris.

Com aplicação rigorosa deste instrumento, duma forma directa ou indirecta está-se à contribuir

na luta contra a degradação da terra através de programas e projectos específicos acima referidos

- **Plano Director de Água,**

O sector de águas dispõe não só de um **Plano Director**, como ainda de um **Código de Água**, que define os princípios e as normas para a gestão (planificada), a conservação e a optimização do uso dos recursos hídricos. O quadro seguinte resume os objectivos gerais do Plano Director da Água.

OBJECTIVOS PRECONIZADOS PELO PLANO DIRECTOR DA ÁGUA

A MEDIO PRAZO

1. Satisfação de necessidades em água das populações das cidades e do campo.
2. Gestão racional de recursos em água e de recursos humanos com definição do quadro institucional a implementar e a formação do pessoal necessário.
3. contribuição para a modernização e adequação do sector de água e saneamento e a nova conjuntura social e económica.

A LONGO PRAZO

1. Diagnóstico da situação actual considerando os recursos e as necessidades de água e saneamento e as limitações confrontadas pelo sector;
2. Elaboração de um Plano de Acção até o horizonte 2001 para diminuir as carências ressentidas no sector.

É evidente a preocupação do Governo para com a gestão durável dos recursos em água, o que é expressamente salientado no código de água. Preconizados neste Plano Director mas igualmente pertinentes para a conservação do ambiente; são os objectivos seguintes:

- Protecção da qualidade da água;
- Racionalização do uso da água em harmonia com os outros recursos naturais, o ordenamento do território e o equilíbrio ecológico;
- Elaboração de planos de ordenamento de águas em relação as bacias e sub-bacias hidrográficas, a nível nacional;
- Promoção da cooperação internacional em matéria de gestão de recursos hídricos³.

Denota-se, sobretudo uma fraca efectividade da cooperação sub-regional, no domínio da água, onde, mesmo actualmente, a predominância dos aspectos económicos, são mais tomados em conta, em detrimento dos aspectos sociais e ambientais. O exemplo evidente são as barragens construídas a montante do rio Geba, nos seus afluentes em território do Senegal, nomeadamente a barragem de Anambé, cujos impactos até hoje, ainda não se encontram saneados e nem tão pouco determinados.

Uma experiência recente que eventualmente poderá mudar a filosofia da cooperação sub-regional em matéria do recurso "água", nomeadamente quanto ao aproveitamento das bacias hidrográficas comuns aos países da sub-região, está a ser realizada no âmbito da OMVG, organização sub-regional para o aproveitamento do Rio Gâmbia, da qual a Guiné-Bissau faz parte.

Relativamente aos outros sectores, o sector agrícola tem um potencial de intervenção muito grande em relação aos recursos da Biodiversidade, uma vez que quase cerca de 80 % da população da Guiné-Bissau, vive da actividade agrícola. Este sector pode actuar beneficentemente, utilizando tecnologias adaptadas ou também pode degradar as condições do ambiente, como por exemplo, através da sobre-utilização dos factores de intensificação da produção, como os adubos e pesticidas, a maquinaria pesada, etc.

- **Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas.** Este plano como o da diversidade biológica, advém também do comprimento das acções emanadas na convenção sobre as mudanças climáticas. Este instrumento demonstra de maneira quantitativa, as ameaças de emissões de gases no ambiente. As suas consequências poderão ser desastrosas ao ponto de influenciar o regime pluviométrico e por conseguinte a ameaça da desertificação e da degradação da terra. A comunicação Nacional Inicial, forneceu as referências espaço-temporais, incluindo as tendências anteriores e actuais, à partir das quais se estabeleceram os cenários e projecções sobre as futuras condições sócio-económicas e físico-ambientais, do país (AO, Silva et all, 2004)

³ - Plano Director da Agua, em revisão.



- **Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza**, permite articular o problema da pobreza com um conjunto de medidas destinadas a viabilizar o crescimento económico e o desenvolvimento durável da Guiné-Bissau, na base da exploração racional dos recursos naturais.

O objectivo a longo prazo desta estratégia, enquadra-se nos engagements internacionais e nacionais do país. Os objectivos fixados até 2015 são os seguintes:

- Redução da incidência da pobreza de forma durável, deste contexto a pobreza passara de 64,7% actualmente a 36% e 19,4% respectivamente em 2010 e 2015.
- Redução mais de 50% da pobreza extrema
- Redução a $\frac{3}{4}$ da taxa de mortalidade materna, uma das mais elevadas da sub-região

Plano Director da Planificação Costeira (Planificação Costeira - Relatório Técnico)

O Plano Director da zona costeira, elaborado no quadro do programa planificação costeira (UICN/MDRA-DGFC, 1993), tem como objectivo definir as directrizes que conduzem a um desenvolvimento durável da zona costeira no seu todo; isto quer dizer garantir uma exploração correcta e durável dos recursos naturais e do ambiente.

Este plano pode ser considerado relativamente recente, porque data do ano 1993. Ele está orientado não só para o desenvolvimento da zona costeira, mas também para a conservação dos recursos naturais, ecossistemas costeiros e da diversidade biológica.

Na elaboração do Plano Director da Zona Costeira, foram tomados em consideração as políticas e planos sectoriais existentes no momento (florestal, pescas, urbanístico) e é por isso que os aspectos ligados a gestão dos recursos naturais foram mais, ressaltados em comparação com os planos anteriormente citados.

O Plano Director da Zona Costeira tem orientado as suas acções na:

- ocupação do solo e do espaço com vista ao seguimento e evolução dos diferentes ecossistemas;
- proposta de criação e gestão das áreas protegidas com vista a conservação da biodiversidade e a manutenção do recurso genético;
- comunicação e educação ambiental as populações;
- intercâmbio de informações através de redes de especialistas (planificação costeira, áreas protegidas, pescas)

Na sequência do Plano Director da Zona Costeira, surgiram vários projectos que contribuíram na preservação e conservação de espécies de importância nacional e internacional, tais como:

- Projecto de criação da Reserva de Biosfera do Arquipélagos dos Bijagós; Parque Nacional de Orango, João Vieira e Poilão, Cacheu, Cufada e Cantanhez
- Formação dos agentes técnicos para a gestão das áreas protegidas e zonas húmidas.

O Plano Director da Zona Costeira é implementado no quadro do Programa da Planificação Costeira em parceria entre a UICN e as instituições estatais, publicas e as ONG's nacionais, nomeadamente: Ministério de Agricultura Florestas e Pecuária, Ministério dos Recursos Naturais e da Energia, Ministério das Pescas e do Mar, INEP, INITA, AD TINIGUENA, ALTERNAG, NANTINIYA entre outros.

Plano Geral Urbanístico da Cidade de Bissau

Os espaços verdes, são nas condições climáticas da Guiné-Bissau, um dos factores na qualidade de vida das populações. O Plano Geral Urbanístico de Bissau (PUB) é o único plano disponível, quando se refere as grandes cidades do país. Ele não aborda a questão da degradação da terra e da biodiversidade de forma directa, mas sim, propõem a criação e manutenção de zonas verdes, por conseguinte, estas áreas são formadas por uma ampla gama de diversidade florestal e de plantas.

Segundo o PUB (MOPCU,1991), estas zonas podem ser divididos da seguinte maneira:

- Parques
- Faixas verdes ao longo das estradas
- Zonas verdes com função especifica (granjas, cemitérios...)
- Zonas verdes nos quarteirões
- Zonas verdes de áreas não construídas

O PUB, recomenda que as zonas húmidas e terras baixas (“bolanhas”), dentro e fora dos limites de Bissau serão ocupadas com agriculturas vocacionadas e zona verde da cidade, por exemplo os mangais do litoral de Bissau. Também recomenda a manutenção, ordenamento do espaço verde existente (granjas e outros) e a formação de zonas, deve

insistir-se na rigorosa protecção das já existentes e na plantação rigorosa de novas árvores ao longo das estradas.

Em jeito de conclusão no PUB, não se vê de uma forma clara, os aspectos ligados a conservação da dos Recursos Naturais e nem tão pouco propostas de medidas que vão no sentido de evitar a pressão sempre crescente do fenómeno da urbanização, contra a diversidade biológica e as zonas verdes em geral.

Por outro lado a Guiné-Bissau está engajada nas iniciativas de carácter regional e continental com objectivo de promover a conservação do ambiente e dos recursos naturais a nível internacional. Entre as iniciativas relevante encontram-se:

A Estratégia Regional das Áreas Protegidas Marinhas (APM)

Esta iniciativa é encorajada por seis países da sub-região oeste africana (Cabo-Verde, Gâmbia, Guiné-Conakry, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal) no âmbito do programa PRCM (Programa Regional de Conservação Marinha) apoiado por quadro das organizações que intervêm no domínio ambiental, na África Ocidental, nomeadamente UICN, WWF, FIBA e Wetlands Internacional. Este documento estratégico, traça as orientações estratégicas destinadas a guiar os intervenientes da zona costeira, no que respeita às áreas protegidas marinhas dos países da nossa sub-região, para os próximos 20 anos. A Guiné-Bissau, através dos seus governantes assinou uma declaração de política geral, que engaja os países a participarem de forma conjunta, na gestão das áreas protegidas e dos recursos partilhados a nível da sub-região.

Três domínios principais de intervenção foram identificados, na estratégia regional das áreas protegidas, são os seguintes (PRCM-Documento de Estratégia, 2003):

- “Reforço institucional e gestão das áreas protegidas marinhas, as instituições responsáveis pelas APM são reforçadas de forma a responder concertadamente e apropriadamente aos desafios ambientais e económicos a uma escala regional, podendo assim dar uma contribuição palpável à gestão sustentada dos recursos, dos habitats e das actividades sócio-económicas da zona costeira e marinha da África Ocidental.
- Contribuição das áreas protegidas para a gestão dos recursos e para o desenvolvimento sustentado. As APM, com uma gestão participativa, contribuem para o desenvolvimento sustentado das sociedades da África Ocidental, protegendo e valorizando os ecossistemas necessários à manutenção e utilização do património natural e cultural.
- Investigação científica a partir das áreas protegidas marinhas, que permitirá Organização da investigação científica, baseada numa representação comum e num seguimento do funcionamento dos ecossistemas costeiros, permitindo a preparação de utensílios de apoio à tomadas de decisão, sobre as problemáticas

de conservação e de desenvolvimento das APM, à escala da África Ocidental e a longo prazo”.

Este programa com a sua estratégia, contribuirão também na implementação da convenção contra a desertificação, assim como na luta contra a ameaça desse flagelo e da degradação da terra.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)

A Guiné-Bissau faz parte desta iniciativa continental da nova parceria para o desenvolvimento. Um plano de acção ambiental está disponível nesse quadro. Especificamente se pretende com este plano:

- Contribuir para a implementação do NEPAD através da execução da sua iniciativa ambiental;
- Promover a utilização durável dos recursos, reforçar o apoio público e político das iniciativas ambientais regionais e sub-regionais.

Um dos aspectos importante desse plano de acção ambiental do NEPAD, é a luta contra a desertificação e a seca, que ameaça seriamente a vida das populações do sul do Sahara. Dois pontos importantes merecem destaque:

- Luta contra a degradação de solos, a seca e a desertificação e;
- Reforço e apoio a implementação da CCD, através de melhoramento das condições existentes.

Entretanto, também é necessário acrescentar a degradação rápida das costas africanas, causadas sobretudo pela erosão costeira e o avanço do mar, sem esquecer da poluição marinha, que poderá constituir um perigo para a vida humana.

Em jeito de conclusão, todos os instrumentos de política elaboradas na Guiné-Bissau e aquelas de carácter regional e continental, onde o país está engajado, dão uma atenção particular a protecção do ambiente e a gestão durável da diversidade biológica. Todos possuem elementos importantes que contribuem para evitar a degradação da terra e dos recursos naturais.

Nos planos acima citados, estão bem patente que o desenvolvimento do país só é possível, na base da gestão racional dos recursos naturais. Por outro lado é muito difícil desassociar a conservação com o desenvolvimento.

5.4. Os mecanismos de financiamento durável do PAN/LCD

A Guiné-Bissau encontra-se confrontada com problemas de financiamentos duráveis a todos os níveis, no domínio do ambiente e do desenvolvimento sustentável. Actualmente está em curso uma reflexão a nível nacional para a criação da Fundação para a Biodiversidade na Guiné-Bissau para garantir o financiamento durável das áreas protegidas e da biodiversidade no país.

Nesta perspectiva a criação de um *Fundo Nacional de Luta contra a Desertificação* poderá constituir uma das vantagens para minimizar o fenómeno da degradação da terra e de combate a desertificação e garantir que as acções prioritárias do PAN sejam efectivamente financiadas. Estes fundos poderão ser alimentados pela contribuição directa através do orçamento do Estado, pelos privados ou através da contribuição das outras organizações interessadas no domínio da desertificação. Este fundo poderá ser gerido pela ONC ou pela instituição encarregue da implementação e seguimento do PAN/LCD.

A nível interno, existem outras possibilidades de financiamento de acções de luta contra a desertificação, por exemplo, o *Fundo de fomento florestal* poderia ser valorizado e aplicados nos programas da reflorestação e nas outras actividades de promoção da gestão sustentável do ambiente. Por outro lado poderão ser mobilizados pequenos fundos provenientes das pescas e da pecuária.

Há outras pistas de financiamentos que poderão ser explorados para obtenção de fundos para o combate a desertificação e a degradação da terra. Por exemplo, no quadro de Acordo de Cotonou, a 9º FED (2001-2007), dispõem de 81.6 M de Euro (55.5 biliões de FCFA) para aplicar no sector de concentração (infraestrutura e apoio a consolidação do Estado de Direito e da democratização) e no sector fora da concentração (apoio comunitário, participação e reforço da sociedade civil, ambiente e género).

No entanto a FED 10 (2008-2013) que irá começar dentro de alguns anos, irá dispor de 22 biliões de FCFA para 77 países e ACP incluindo a Guiné-Bissau. Estes fundos poderão ser aplicados nos programas nacionais e regionais, sobretudo do programa a nível da CEDEAO e da UEMOA. Poderão ser submetidos os documentos como: perfil ambiental do país, documentos estratégicos do país e planos indicativos nacionais.

A participação dos actores não estatais é obrigatória, e pela primeira vez, os actores não estatais poderão receber os fundos da FED

5.5 Seguimento e avaliação da implementação do Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação

5.5.1 - Mecanismos de seguimento dos ecossistemas e da degradação da terra

A Guiné-Bissau nos próximos anos deve zelar pela criação de um Sistema de Informação sobre a Desertificação, instrumento esse que permitirá seguir com bastante regularidade as ameaças da seca no país; para tal, a colaboração com o Centro AGRHYMET deve ser reforçada no sentido de ter acesso a dados, actualização sobre a evolução do ambiente (ciclo vegetativo, alteração da pluviometria, variação da temperatura e da humidade relativa).

Nesta perspectiva, uma aproximação com a Meteorologia Nacional reveste de capital importância, tendo em conta que esta instituição recebe assistência técnica do Centre

AGRHYMET não somente em termos de dados, mas sim, na formação e capacitação de quadros nacionais.

A nível do Gabinete de Planificação Costeira e em Colaboração com o INEP existe uma Célula de Sistema de Informação Geográfica e Teledeteccção, contendo importantes informações sobre o estado de diferentes ecossistemas e do meio natural da zona costeira e a respectiva evolução ao longo dos últimos anos. Esta Célula, concentra os seus trabalhos na metodologia de análise espacial do ambiente no seio do Sistema de Informação Geográfica e a cartografia da síntese do meio. O resultado do trabalho da Célula SIG, podem ser valorizados e capitalizados numa perspectiva de seguimento regular do estado do ambiente, dos recursos naturais e da ameaça da degradação da terra.

Existem outros bancos de dados na Guiné-Bissau e que poderão ser úteis, para a luta contra a desertificação e degradação da terra. Existem base de dados na Direcção dos Recursos Hídricos, Divisão de Estatística Agrícola, DGFC, Serviço de Engenharia Rural, e nas outras instituições. Estas informações podem ser valorizados e extrapolados, com outros dados disponível, para a formulação de uma hipóteses, cenários e tendência de degradação da terra ou regressão dos recursos naturais.

5.5.2 Seguimento e avaliação das acções

O seguimento, é um exercício de gestão consistindo a seguir ou controlar o andamento do projecto, suas actividades, o seu funcionamento, de acordo com o planificado. O controle é a comparação entre os resultados de trabalhos e o mandato estipulado (especificações, orçamento...). Em quanto que a avaliação é um exame critico das informações recolhidas durante o processo de acompanhamento-seguimento. Ela irá permitir fazer uma análise daquilo que já se faz e compara-lo ao plano. (SEPA, 1999). Ela é realizada a partir de dados recolhidos na actividade de seguimento. Os resultados da avaliação, podem servir à identificar os componentes do projecto, ou do programa mais eficaz e propor modificação, com vista a melhorar a sua performance.

O sistema de seguimento proposto, vai permitir através de indicadores, saber se as mudanças esperadas foram atingidas. As acções a implementar tem por objectivo criar condições para lutar de forma eficaz contra a degradação de terra e dos outros recursos naturais. Os indicadores de seguimento definidos por tipos de acções, vai permitir saber se as mudanças esperadas foram atingidas. Para tal, um quadro lógico foi elaborado a partir dos principais objectivos retidos no subsídio do plano de acção de luta contra a desertificação.

Entretanto o seguimento do PAN/LCD é assegurado a dois níveis:

- a nível central, pelo ONC e o Ministério tutela da Convenção de Combate e Desertificação

- a nível local através das estruturas descentralizadas e das estruturas que intervêm directamente nas acções de luta contra a desertificação a nível regional e sectorial (ver ponto 5.3.1)

A avaliação será feita em dois moldes:

- avaliação interna, com a forte intervenção da ONC, em caso de necessidade pode-se recorrer aos consultores nacionais.
- avaliação externa, será encomendada pelos financiados. A periodicidade desta avaliação dependerá do financiador

Objectivos	Resultados esperado	Ações	indicadores	Parâmetros de avaliação
Conservação da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Inventário nacional sobre a biodiversidade elaborado e publicado - Plano de acção para espécies ameaçadas existentes - o saber tradicional na gestão da biodiversidade são valorizadas e difundidas - Estratégia nacional sobre as AP's actualizada e publicada - A Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Diversidade Biológica divulgada 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar o inventário sobre a biodiversidade - Criar projectos alternativos que diminuam impacto negativo sobre a biodiversidade - Promover actividades piloto de desenvolvimento à nível local e valorizar, as experiências de gestão participativa bem sucedidas - Apoiar e difundir o saber tradicional na gestão e valorização da biodiversidade. exemplo: medicina e farmacopeia tradicional 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma atlas sobre biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuído taxa de perda da biodiversidade
Restauração das áreas e ecossistemas degradados	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas protegidas e reservas florestais criados - Superfícies de zonas degradadas repovoadas com essências florestais 	<ul style="list-style-type: none"> - Concluir a delimitação e o zonamento das AP's e reservas florestais, graças a uma abordagem participativa - Implicar as populações residentes na vigilância do território. - Travar o avanço da monocultura do caju. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de novas AP's e reservas florestais 	<ul style="list-style-type: none"> - Numero de AP's e reservas florestais criados - Numero de zonas e superfícies repovoados
Luta contra a queimada	<ul style="list-style-type: none"> - Os fogos na floresta são controlados 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar os para-fogos - Implementar o sistema de fogo precoce 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação evolutiva das queimadas nas florestas - Reabilitação das zonas degradadas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Numero de caso das queimadas reduzidas - Numero de zonas e de superfícies reabilitadas
Luta contra a erosão costeira e hídrica	<ul style="list-style-type: none"> As dunas e a vegetação da orla marinha são fixadas - As águas superficiais são geridas As superfícies cultivadas são protegidas contra a erosão do solo. - Erosão controlado 	<ul style="list-style-type: none"> - Fixar as dunas na orla costeira - Construir obras biológicas e mecânicas que retêm as águas superficiais - Utilização das cercas das barreiras vivas ou mortas na luta contra a erosão 	<ul style="list-style-type: none"> - Produtividade das zonas protegidas - Eficácia das obras hidráulicas de protecção 	<ul style="list-style-type: none"> - Numero obra hidráulicas realizadas - Superfície das zonas protegidas aumentado - Rendimento de produção

Luta contra salinização e acidificação dos solos	<ul style="list-style-type: none"> - A capacidade de produção de solos melhoradas 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um sistema eficaz de irrigação - Vulgarizar e construir as barragens tradicionais anti-sal - Regenerar os solos salgados com as espécies apropriadas, por exemplo os mangais - Enriquecer os solos degradados em matéria orgânica e mineral. 	<ul style="list-style-type: none"> - Performance do sistema de drenagem e das barragens construídas - Produtividade dos solos 	<ul style="list-style-type: none"> - Superfície regeneradas - Barragens construídas - Rendimento de produção vegetal - Fertilidade dos solos
Gestão das águas superficiais e subterrâneas	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de gestão nacional das bacias hidrográficas elaboradas - As águas pluviais são geridas e utilizadas racionalmente 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o plano de gestão nacional das bacias hidrográficas - Reforçar a recolha de dados de base sobre as águas superficiais e subterrâneas - Avaliar as necessidades em infra-estruturas e em equipamento para a irrigação, para industria e outros sectores de economia 	<ul style="list-style-type: none"> - O plano de gestão operacional - Existência de banco de dados - Infra-estruturas e equipamento de irrigação 	<ul style="list-style-type: none"> - Superfície irrigadas - Dados sobre as águas superficiais e subterrâneas
Elaboração de plano de gestão integrada dos territórios da tabanca	<ul style="list-style-type: none"> - Plano GITT elaborados e funcional 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implementar o GITT nas tabancas alvo - Implementar a lei e regulamento da lei da terra 	<ul style="list-style-type: none"> - GITT operacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Numero de tabancas aplicando abordagem GITT - Numero de conflitos solucionados
Reforço do quadro jurídico e institucional	<ul style="list-style-type: none"> - ONC funcional com a participação de todos os actores - Quadro jurídico existente e que harmoniza os diferentes legislações sectoriais em matéria da LCD - PAN está integrada na planificação e na política económica e social - A dimensão sub-regional do PAN foi tomada em conta na política nacional - PAN é um documento de 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter e reforçar o caracter multidisciplinar e inter-sectorial da ONC - Permitir a coerência do quadro jurídico existente - Garantir a articulação entre o PAN, PNGA, EPAN-DB, CNCC, DENARP - Harmonização do PAN com outros programas existente na sub-região - Fazer com que o PAN seja um documento de referencia por todos os actores concernentes 	<ul style="list-style-type: none"> - ONC operacional - Existência de um quadro jurídico integrador e harmonizador - Grau de referencia do PAN nos programas e projectos da LCD 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação institucional, modo de funcionamento da ONC - Adequação entre os projectos e programas da LCD e o conteúdo do PAN

	referencia nacional em matéria da luta contra a desertificação			
Educação e comunicação ambiental para a problemática da desertificação	<ul style="list-style-type: none"> - Uma política e a estratégia de educação e comunicação ambientais sobre a desertificação é elaborada e funcional - Programas de educação e comunicação ambiental produzidos e difundido ao grande publico 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o “fund raising”, junto dos parceiros concernentes - Reforçar os programas radiofónicos e televisivos sobre a LCD - Reforçar o programa da alfabetização funcional no meio rural 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma política e estratégia - Programas radiofónicos e televisivos - Programa de alfabetização operacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Nível de engajamento da população - Numero da população alfabetizadas

Conclusão

Apesar de não existência de um plano de acção de luta contra a desertificação na Guiné-Bissau, são várias as acções e projectos implementados até a data presente, que visam lutar contra a degradação da terra, avanço do Sahel e por conseguinte a ameaça contra a desertificação. A elaboração do PAN/LCD, no qual o presente trabalho constitui uma etapa importante e será um marco fundamental para o país, no que concerne a conservação do meio natural e a utilização durável da diversidade biológica.

O subsídio do PAN/LCD, analisa de forma detalhada os principais problemas que afectam o ambiente na Guiné-Bissau, assim como algumas soluções que possam contribuir a lutar contra a degradação da terra. Uma lista de projectos indicativos foi proposto segundo as necessidades do país.

O presente trabalho avança com alguns elementos do plano de acção, objectivos e domínios prioritários de intervenção. Entre os domínios prioritários, foram identificados algumas acções prioritárias.

Uma proposta de seguimento e avaliação foi avançada nesse documento. Os indicadores de seguimento definidos por tipos de acções, vai permitir saber, se as mudanças esperadas foram atingidas. Para tal, um quadro lógico foi elaborado a partir dos principais objectivos retidos no subsídio do plano de acção de luta contra a desertificação.

O subsidio do plano de acção da luta contra a desertificação na Guiné-Bissau, prevê várias medidas que irão contribuir no reforço da participação da população e das colectividades locais, a melhoria do ambiente económico, luta contra a pobreza e a criação de um sistema de informação de alerta permanente contra o avanço do fenómeno da desertificação.

BIBLIOGRAFIA

ATLANTA Consult 1º e 2º volume –1995

Benoît, L (1989) Résultats de l'Inventaire Faunique au Niveau National et Propositions de Modifications a la Loi sur la Chasse. UICN/CECI/DGFC. Bissau

BRAO/UICN. (1997). Synergia entre les conventions : Desertificação, Biodiversité, Ramsar Rapport final de l'Atelier Regional Ouagadougou, 105P.

Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação (DPCSD/CCD/95/2). Comité national de préparation de la CNUED, 1991 : *Rapport national*, préparé à l'occasion

de la Conférence des Nations-Unies sur l'Environnement et le Développement (Brésil 1992),

projet UNSO INT/91/X 14. 73 PP.

CUQ, F.; GOURMELON, F. et MADEC, V., (1993). Carte d'occupation des sols de Guinée-Bissau à 1:200 000. Planification Côtière de Guinée-Bissau. Vol 2. UICN/DGFC-MDRA.

DA Silva A. O. & Cardoso L. (2000). Dinâmica da população da zona costeira da Guiné-Bissau. UICN/GPC. Bissau, 31 p.

Da Silva, A. O. Biai, J. Sousa Cordeiro, J (2001). Projecto de gestão da biodiversidade da zona costeira da Guiné-Bissau. As áreas protegidas e a Reserva de Biosfera da Região Bolama-Bijagós. Bissau. 83P

DENARP (2004) Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, Governo da Guiné-Bissau

DGFC/CIRAD/PAFT (1993).: Plano director florestal nacional. 1993,131P

DGFC/SNV (1993) A Utilização Agro-Silvo-Pastoril da Terra na Província do Leste DGFC/SNV. Projecto Agro Silvo Pastoril 1993

DGRH.1996. Schème Directeur Eaux et assainissement. Bissau. s.p.

DIOMBERA Kaoussou (2000, 2004) : Bilan de l'état de la préparation à la sécheresse et à l'atténuation de ses effets en Guinée-Bissau, 30 P

Mendes Ferrão, J.E. (1992). Agricultura e Desertificação, 201P.

MDRA (1990). Estratégia de desenvolvimento para o sector agrario.34P.

MDRA (1997): Carta de política de Desenvolvimento Agrário. Bissau

MDRA (1997) Plano de Acção da Carta de Política de Desenvolvimento Agrário e Anexos 1;Anexos 2; Anexos 3;Anexos 4. Bissau.

MDRA/GAPLA/DEA (1996) La filiere Anacardier en Guinée-Bissau. Camara, M. S. & Vayssié, J..

MDRA-DGFC & UICN (1993) Planificação Costeira - Guiné-Bissau - Relatório Técnico. / por/ Renato S.; Maretti C. C. & colaboradores, Bissau, 118P.

MDRA & DGFC/SNV (1993). Projecto Agro Silvo Pastoril A Utilização Agro-Silvo-Pastoril da Terra na Província do Leste, 32P.

MAPRN/SEERNA (1999) Relatório nacional sobre a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação. 16 P.

MADRP-DGF (1999) Programa de Acções Nacional de Combate a Desertificação. CCD. Portugal.10P

Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente (2001). Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade. (Draft.). 143P.

Ministério dos Recursos Naturais (2006). Plano Estratégico e de Acção para o Desenvolvimento do Sector de água e saneamento. DGRH. Bissau. 54P

Mussá Biai. J.C. (2000). Análise das alterações das manchas de coberto vegetal nos parques de Cacheu e Orango (Guiné-Bissau). Lisboa 29p.

PNUD. (1997). Rapport 1995-1996, Coopération au Développement. Bissau. 42 p.

PNUD. (1997). Relatório Nacional de desenvolvimento Humano. Bissau. 49 p

PRCM (2003) Estratégia Regional para as Áreas Protegidas Marinhas na África Ocidental. 73P.

République du Niger, 2000: Programme d'action national de lutte contre la désertification et de gestion de ressources naturelles (PAN-LCD/GRN). 80P

Secrétariat de la CCD, 1998 : Convention des Nations Unies sur la lutte contre la Désertification et l'atténuation des effets de la sécheresse dans les pays gravement touchés par la Sécheresse et/ou la désertification, en particulier en Afrique. Texte avec annexes, juin,1998. CCD/98/2. 71 pages.

SELCP, (2003). DENARP (Draft). Bissau. 59 p.

SEERN & DGA (2003). Plano Nacional de Gestão Ambiental Anexos, 118P.

SCET-INTERNATIONAL, 1978. Republica da Guiné-Bissau: Potentialités agricoles forestières et pastorales. Vol I. e II Diagnostic sur l'agriculture et les ressources forestières. Esquisse du schème directeur. Paris. 219 p.

Silva, A O e Lopes, R (2004) Comunicação Nacional Inicial da Guiné-Bissau sobre as Mudanças Climáticas. DGA. Bissau. 154 P.

Simão Da Silva. A. e Rachid Said, A. (1998) Subsídio para Elaboração da Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade. DGA/PNUD. Bissau.

Simão Da Silva. A.; DA Silva A. O; Rabna P. (2000). Diagnostico sobre o estado do ambiente no meio rural da Guiné-Bissau. Direcção Geral do Ambiente. Bissau. 34P.

Simão Da Silva. A. (2004). Relatório das EMAC. Seminário de recolha de informação junto das populações. Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação (PAN / LCD). CONACILSS. Bissau. 6P.

UNSO/DES/GBS/82/003 (1984) Plan national d'action pour lutter contre la dégradation du milieu naturel en Guinée-Bissau. Rapport technique (J. Bartolucci et M. C. Lepape). Paris. 129P.

UNSO/PNUD/GBS/89/XO₃ (1992) Appui a l'élaboration et la mise en œuvre d'un plan national de lutte contre la dégradation du milieu naturel

`` Elemento para um plano director de gestão de recursos naturais da província norte` (versão preliminar) (Abilio Coutinho et al.) Lisboa 32P.

UNSO/PNUD/GBS/89/XO₃ (1993) Appui à l'élaboration et la mise en oeuvre d'un plan national de lutte contre la dégradation du milieu naturel

Anexos

Fichas de Proyectos Identificados

FICHAS DE PROJECTOS PANLCD - Guiné-Bissau

FICHA Nº 1

1. Título do projecto: Realização da zonagem agro-ecológica

2. Justificação:

A Guiné Bissau é um país com grandes potencialidades agrícolas. As chuvas apesar de algumas irregularidades e por vezes má distribuição espaço temporal, permite a prática da agricultura ao longo de todo o ano. Os solos são na sua maioria aptos apesar de em alguns casos necessitar de correcções. Estas oportunidades naturais, o solo, a água e o sol, não estão sendo utilizados da forma mais racional. Assiste-se hoje a prática da agricultura sem se ter em conta a aptidão dos solos. Solos propícios para culturas alimentares estão sendo utilizados para aquelas que poderiam ser postas em outros tipos de solos, por serem menos exigentes em matéria orgânica. A cultura do cajueiro é um exemplo. Ela é praticada em toda a extensão do território, não obedecendo os critérios técnicos e agronómicos.

3. Zonas de intervenção: Nacional

4. Objectivo global: Contribuir para uma utilização racional dos recursos solo, água e terra.

5. Objectivos específicos:

Definição de zonas de culturas em função de características agro ecológicas
Actualização de dados sobre os recursos terra, pecuária e agricultura e população camponesa.

6. Componentes:

Estudos e delimitação
Recenseamento agro-pecuário
Inventário florestal

7. Resultados esperados:

- Resolução de conflito de interesse entre os actores
- Zoneamento agro ecológico realizado e cadastro de terras actualizado
- Desenvolvimento rural feito na base de características agro ecológicas de cada zona

8. Actividades: -

- Aquisição das imagens de satélites
- Actualização do mapa de ocupação de solo
- Realização do recenseamento agro-pecuário
- Realização do inventário florestal

9. Entidade executiva:

O projecto será implementado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, através da Direcção Geral da Agricultura. Os componentes recenseamento agro-pecuário

e inventário florestal, serão da responsabilidade da Divisão de Estatística Agrícola em colaboração com a os serviços pecuários e a Direcção Geral de Florestas e Caça.

10. Seguimento e avaliação:

O Seguimento e avaliação serão assegurados pelo GAPLA

11. Duração do projecto: .

O projecto terá uma duração de 5 anos

12. Orçamento:

O projecto está estimado em cerca de 3 Milhões de USD

FICHA Nº 2

1. Título: Programa de desenvolvimento integrado nas zonas mais desfavorecidas da região norte do país.

2. Justificação:

Os recursos naturais são a base das mais importantes e variadas actividades sócio económico das populações, dos quais podemos citar a agricultura, pecuária, exploração florestal, a pesca, o artesanato, etc...Estas actividades são na maior parte dos casos, causas dos diversos fenómenos de degradação cada vez mais intensa que a termo pode comprometer seriamente a renovação desses mesmos recursos.

As populações rurais que representam cerca de 90% da população total do país, na sua maioria agricultores, criadores de gado e pescadores, obtêm a sua existência essencialmente dos diferentes sistemas de produção existentes. Sistemas esses que nos últimos anos conhecem sérios problemas de adaptação e de evolução. A agricultura continua ser de subsistência e itinerante, a pecuária extensiva e de transumância e a exploração florestal descontrolada. A estes problemas, podemos acrescentar uma situação institucional nada favorável, resultado duma política inadequada do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que privilegia mais aspectos ligados a exploração em detrimento de acções de conservação, protecção e renovação.

Se se considerar que existe uma interdependência forte entre as diferentes actividades sócio económicas (agricultura, pecuária, florestas, artesanato, pesca e extratevismo), então as intervenções devem obedecer a esta dinâmica, abrangendo a totalidade das acções.

Este projecto visa criar e privilegiar uma relação de equilíbrio e evitar aquelas que podem ser antagónicas. Privilegia a integração agricultura-florasta-pecuária, e desenvolverá acções integrantes e estruturantes.

3. Zona de intervenção: O projecto terá como principais zonas de intervenção as regiões de Oio, e Cacheu

4. Objectivo global. O objectivo global do projecto será de contribuir na utilização racional dos recursos agro-silvo-pastorís .

5. Objectivo específico: O objectivo específico seria a domínio das técnicas de gestão integrada do território e do espaço pelo agricultor. Uma melhor integração agricultura-pecuária-floresta.

6. Componentes do projecto: O projecto tem assim os seguintes componentes que se complementam:

- ✓ Ordenamento hydro agrícola e gestão de água nos mangroves e pequenos vales
- ✓ Intensificação de produção nos planaltos (milhos, tubérculos e hortícolas) e melhoramento de técnicas culturais.
- ✓ Pecuária de ciclo curto
- ✓ Hidráulica rural

- ✓ Pesca continental
- ✓ Informação, educação e comunicação (saúde e ambiente)
- ✓ Vulgarização

7. Resultados esperados

São postos em produção anualmente cerca de 1000 hectares de mangrove e 500 de pequenos veles;

Diminuído em 50% as queimadas e as desmatações;

Prática de estabulação, ensilagem e feno aplicados;

Diminuído em 50% o tempo de transumância;

Diminuído em 50%, casos de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria para a saúde;

Redução de 25% do número de crianças desnutridas

Água potável disponível nos 300 poços melhorados construídos;

Melhorada a prática de transformação e conservação do pescado;

8. Actividades a desenvolver:

Melhoramento hidráulico e de gestão de água

Constituição de comités de gestão de bolanas

Reflorestação de áreas degradadas

Vulgarização, formação e enquadramento

Formação em técnicas melhoradas de fumagem, transformação e conservação do pescado;

Construção de poços;

Sensibilização sobre a conservação e protecção do ambiente

9. Entidade executora: MADR, (Direcção Geral da Agricultura e Direcção Geral de Floresta e Caça).

10. Seguimento e avaliação

O GAPLA assegurará o seguimento e a avaliação em conjunto com a Célula de Avaliação do Impacto Ambiental.

11. Duração: O presente projecto terá a duração de 6 anos

12. Custos

O custo deste projecto integrado é avaliado em cerca de 3 000 000 USD

FICHA Nº 3

1. Título: Programa de reforço estrutural da segurança alimentar.

2. Justificação

Está dito e aprovado que a segurança alimentar passa pelo aumento de produção de principais produtos alimentares dos quais citamos os principais; arroz, milhos e tubérculos. Mas, a diversificação dos hábitos alimentares tem também importância acrescida na perspectiva duma alimentação sã, variada e de qualidade. A produção alimentar em geral e em particular a do arroz, é limitada quer a montante quer a jusante por vários constrangimentos. Os instrumentos de produção são arcaicos e as zonas de produção encravadas. As obras de hidráulica e de manutenção são escassos e insuficientes assim como a transformação, armazenamento e comercialização. À estes problemas estruturais há a acrescentar os conjunturais tais como a diminuição das chuvas, os termos de troca, acesso difícil, etc...

Assim, os problemas actuais da segurança alimentar colocam-se em termos de uma fraca disponibilidade de produção interna do arroz, na ausência de equipamentos de transformação e estruturas de comercialização. Este projecto visa assim a reabilitação ou a construção de estruturas de apoio a produção, fornecimento de factores de produção, reforço de capacidade de intervenção das populações rurais e suas organizações.

3 Zonas de intervenção: Nacional

4. Objectivo Global:

Este projecto visa contribuir na redução do défice dos principais produtos alimentares.

5. Objectivo específico:

Especificamente, o projecto visa:

- Aumento de produtividade e de rendimento das principais produções alimentares;
- Facilitar o acesso as principais zonas de produção e consequentemente a comercialização;
- Apoio à iniciativas locais de desenvolvimento e geradores de rendimento.

6. Componentes

Desenvolvimento da economia rural através de acções estruturantes e demonstrativas permitindo uma melhor gestão e valorização dos recursos naturais;

Reabilitação de estruturas e infra-estruturas de apoio a produção e serviços sociais primários;

Reforço de capacidade de intervenção das organizações camponesas.

7. Resultados esperados

Aumentada a disponibilidade de produtos alimentares em quantidade e em qualidade;
Diminuído a norma de consumo de arroz de 25% e aumentado o consumo de outros cereais (milhos), tubérculos e hortícolas;
Aumentado o consumo de carne, leite e outros produtos de origem animal;
Melhoradas as técnicas de transformação e conservação de pescados;
Estabilidade de preços nos mercados dos principais produtos alimentares;
Melhorado o acesso aos principais focos de produção;

8. Actividades a desenvolverem

Reabilitação de pequenos perímetros das bolanhas de mangal.
Construção de pequenas retenções culinárias nos vales do interior (pequenos vales) e desenvolvimento da pequena irrigação.
Vulgarização de sementes melhoradas e tecnologias de produção adaptáveis;
Melhoramento de técnicas de produção no planalto;
Programas pilotos de gestão comunitária nas zonas protegidas;
Exploração racional de recursos florestais;
Apoio a comercialização, transformação e acondicionamento de produtos agrícolas, florestais e do mar.
Reabilitação de pistas rurais;
Construção de escolas e centros primários de saúde;
Apoio as organizações camponesas e iniciativas locais;
Construção de mercados

9. Entidade executora:

DGA, INPA, Delegacias Regionais, ONGs (Nacionais e Internacionais), Associações Camponesas, Produtores.

10. Seguimento e avaliação: GAPLA

11. Duração: 5 anos

12 .Custo Global: 5,0 Milhões USD

FICHA Nº 4

1 Título: Projecto de estudos e aproveitamento dos vales situados nas margens do rio Corubal para a promoção de pequena irrigação.

2. Justificação

A agricultura guineense continua a ser predominantemente pluvial, isto é, fortemente dependente das chuvas, o que na maior parte dos casos não permite obter altos rendimentos devido aos factores climáticos sobretudo a diminuição da precipitação. Se este fenómeno de mudanças climáticas continuar a persistir torna-se evidente que a população e em particular, os agricultores, como alternativa na busca de meios de subsistência intensificarão a colheita e comercialização de produtos florestais. Porém, as potencialidades agrícolas e recursos em água particularmente dos rios Corubal e Geba estão ainda longe de ser aproveitadas. O aproveitamento destes recursos hídricos para irrigação seria uma alternativa para a diminuição do risco dos efeitos de instabilidade climática na produção agrícola. Pois, a pratica de agricultura irrigada permite o emprego de técnicas modernas de gestão de água e obter os maiores rendimentos de produção.

Entidade Executora: Direcção Geral Agricultura com apoio técnico da Direcção Geral dos Recursos Hídricos.

3. Zona de intervenção: Bafata e Gabu. Margens e afluentes do rio Corubal., Geba.

4. Objectivo Global: Aumento da segurança alimentar.

5. Objectivo específico: Aumentar a produção agrícola através do emprego das técnicas eficientes de controlo e gestão de água.

6. Componentes:

Estudos

Acções pilotos

7. Resultados Esperados:

Identificados e inventariados os sítios potenciais para o aproveitamento e valorização agrícola.

Elaborados os dossiers de estudos de ante-projectos sumario para busca de financiamento.

Realizados os trabalhos de ordenamento hidro agricola e de aproveitamento de um perímetro piloto de 100 ha aproximadamente.

8. Actividades

Estudos de identificação dos sítios com fotografias aéreas escala de 1: 30.000; mapas fotomozaicos escala 1:50.000 .

Visitas de reconhecimento no terreno dos sítios com equipa multidisciplinar.

Preparação dos relatórios técnicos dos sítios identificados e reconhecidos.

Estudos técnicos (hidrológicos, hidráulicas, pelágicas, topográficos).

Concepção de ordenamentos hidro agrícolas dos perímetros seleccionados.

Estudos de viabilidades técnico-económico.

Criar o Comité de Pilotagem, Célula de Execução do Projecto.

Mobilizar fundos para o arranque do projecto preparar TDR, seleccionar

Empresas executora.

Executar as acções no terreno conforme os dossiers técnicos dos estudos.

Enquadramento dos camponeses beneficiarias.

9. Entidade Executora:

DGA, Delegacias Regionais,

10. Seguimento e avaliação:

GAPLA.

11. Duração: 5 anos

Fase piloto: 2 anos

Fase expansão: 3 anos

12. Custo Global

Fase estudo e acções pilotos 500 000 USD

Fase de expansão 2 750 000 USD

FICHA Nº 5

1. Título: Programa de apoio à gestão integrada da zona costeira e ecossistemas húmidos

2. Justificação

Três razões fundamentam a pertinência deste projecto:

Primeira razão: A economia guineense assenta essencialmente na exploração dos recursos naturais renováveis. Porquanto perdurar as incertezas sobre a existência de outros, o risco de sobre exploração é muito grande com todas as consequências que dela poder advir. A preocupação e necessidade de subsistência continuarão a ser superior àquela de uma utilização mais racional. Sendo a pesca e a agricultura, praticadas essencialmente na zona litoral, marinha e costeira, pela quase 64% da população, a tendência é o desequilíbrio do eco sistema do litoral que é uma das zonas mais ricas da nossa costa ocidental da Africa. Outro sim, também as zonas húmidas continentais, sofrem as mesmas pressões, pelas riquezas nelas existentes em termos de fauna, flora, solo e água.

Segunda razão: A existência de grandes massivos de mangrove, de vastas superfícies e estuários e uma plataforma continental marítima imensa, fazem desta zona um importante centro de reprodução e de habitat para uma vasta gama de espécies marinhos e terrestres. Por ser uma zona rica o interesse comercial é grande e a pressão nela exercida aumenta em espiral.

Terceira razão: O litoral guineense é o segundo destino preferido das aves migratórias e as ilhas Bijagós são um exemplo.

3. Zona de intervenção : Nacional e em toda a faixa do litoral e zonas húmidas continentais

4. Objectivo Global :

Pretende-se com este projecto contribuir no estancamento da degradação da zona costeira e renaturalizar o litoral;

Garantir a durabilidade e a adaptabilidade dos diferentes ecossistemas aos efeitos da erosão.

5. Objectivo específico:

Recuperar zonas degradadas de mangais e pequenos vales e suas reconversões em zonas de produção;

Securizar os sistemas de produção de mangrove e pequenos vales

Protecção de zonas húmidas continentais;

6. Componentes

Protecção e conservação

Sensibilização (Informação, educação e comunicação)

Desenvolver a aquacultura (peixe e camarão)

7. Resultados esperados

Diminuídos os efeitos de degradação e recuperadas 30 à 50% de zonas degradadas

Ecossistemas de produção improdutivos postos em produção e valorizadas

Utilização racional de zonas marinhas e costeiras

Reforçadas as acções de protecção e conservação de zonas protegidas

8. Acções a desenvolver

Luta contra a erosão hídrica e assoreamento

Regeneração e ou restauração de zonas de mangrove degradadas

Reabilitação de eco sistemas de produção de pequenos vales acidificados

Pesquisa de métodos de ordenamento hydro agrícola e de construção de diques para a preservação do sistema de produção de mangrove

Reconversão de zonas de mangrove improdutivas para a prática de aquacultura de peixe e camarão

Enquadramento formal dos acampamentos de pescas

Implementação do plano de gestão participativo de zona costeira

Reforço de capacidade de organizações comunitárias na gestão dos recursos da zona costeira e marinha

9. Entidade executora:

O projecto será tutelado pelo Ministério do Agricultura e Desenvolvimento Rural e executado pelo IBAP. Um Comité de Pilotagem será criado e fazem parte dele as principais instituições concernentes, tais como, MRNA, DGFC, Planificação Costeira, ONG, etc

10. Seguimento e Avaliação
Assegurado pelo GAPLA em colaboração com o IBAP.

11. Duração: Devido a complexidade das acções, o projecto para ter impacto, deverá durar 5 anos.

12. Custos : 1 500 000 USD

FICHA Nº 6

1. Título de Projecto: Repovoamento florestal

2. Justificação: O desaparecimento acelerado e acentuado do coberto florestal das regiões norte e leste devido à cultura de algodão e de mançara outrora agricultura dominante e tendo em consideração a agricultura itinerante associada a pastagem dos animais bem como a exploração quer da parte da população nacional quer dos países vizinhos (Senegal e Conakry), assiste-se hoje a um avanço da desflorestação o que vem favorecendo progressivamente a laterização e degradação das zonas mais áridas em direcção ao interior mais húmida. Se esta situação não for resolvida na devida altura com acções de repovoamento, protecção e conservação, poderá num futuro próximo trazer consequências imprevisíveis e de custos elevados.

3. Zonas de intervenção: Região de Bafata, Gabu, Oio e Cacheu

4. Objectivo Global: Contribuir na preservação dos recursos agro silvo pastoris.

5. Objectivo Especifico: Aumentar o coberto florestal nas zonas degradadas.

6. Componentes: Sensibilização, Reflorestação, Acções Agro-silvo-Pastoris e Seguimento.

7. Resultados Esperados: Recuperada a área desflorestada em cerca de 50%; Melhorada a constituição de solos e zonas húmidas protegidas; Reforçada a gestão integrada das terras de tabancas pelas comunidades.

8. Actividades

Beneficiários: População local, Serviços administrativos sectoriais

9. Entidade executora: Ministerio de Agricultura e Desenvolvimento Rural através da Direcção Geral das Florestas e Fauna.

10. Seguimento e Avaliação: Direcção Geral das Florestas e Fauna, GAPLA e IBAP.

11. Duração: 5 anos.

12. Orçamento: 2 000 000 USD

FICHA Nº 7

1. Título: Promoção de energia alternativa e estruturação da fileira lenha e carvão

2. Justificação:

Mais de 97% da população usa como energia doméstica, lenha e carvão. Isso demonstra a grande pressão exercida sobre os recursos florestais do país. O uso irracional desses recursos acelera a degradação e facilita a erosão dos solos o que põe em perigo a existência da própria biodiversidade. Por outro lado, a devastação das florestas contribui para a diminuição das chuvas, facto verificado nos últimos trinta anos. Face a este quadro negativo, é urgente tomar medidas que irão contribuir para a diminuição da pressão do homem sobre estes recursos e propor igualmente soluções alternativas de energia doméstica (lenha, carvão e outros). As acções a serem realizadas pelo projecto, deverão

contribuir para a utilização racional dos recursos agro-silvo-pastoris, conforme objectivos da CPDA.

3. Zonas de intervenção: O projecto é de âmbito nacional

4. Objectivo Global

Aumentar a preservação e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

5. Objectivos específicos:

Incentivar uso de fogões e fornos melhorados.

Reduzir o uso excessivo de energia lenhosa

6. Componentes:

Formação, demonstração e divulgação.

Gestão e seguimento

7. Resultados esperados: diminuído o uso de lenha e carvão em 20%;

Aumento de n.º de população que utiliza os novos fogões e fornos melhorados;

Diminuição de pressão sobre os recursos florestais e aumento do coberto vegetal

8. Actividades

Formação e enquadramento

Sensibilização e divulgação

Implantação de uma estratégia de organização da fileira lenha e carvão

9. Entidade executora: Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Direcção G. Florestas e Fauna) Instituto Nacional de Investigação e Tecnologia Aplicada – INITA

10. Seguimento e Avaliação: Assegurado pelo GAPLA, Célula de Avaliação de Impacto Ambiental (CAIA), DGFC.

11. Duração: 3 anos

12. Orçamento: 2 000.000 USD

FICHA Nº 8

1. Título : Apoio Institucional e reforço de capacidades da DGFC e demais actores

2. Justificação

Os recursos naturais e o ambiente stricto senso, é um domínio transversal. Por isso, a sua gestão exige que instituições responsáveis tenham a capacidade de coordenação de intervenção e de planificação. Actualmente o Ministério desengaja-se gradualmente das acções de produção recentrando-se nas de promoção, legislação, controlo e regulação. As comunidades e suas organizações assim como a sociedade cível, são chamados a desempenharem cada vez mais e

melhor as novas tarefas que lhe serão confiadas neste processo de desengajamento. Assim, a materialização desta política exige meios humanos e materiais assim como a preparação dos novos actores para que os objectivos sejam alcançados. Este projecto enquadra-se neste contexto.

3. Zonas de intervenção: Nacional

4. Objectivo global

O projecto visa o reforço de capacidade técnica e operacional de estruturas e departamentos do Ministério assim como das organizações camponesas e ONG, implicados na problemática da defesa e protecção do ambiente.

5. Objectivo específico

Reforço de capacidade de intervenção dos serviços centrais e regionais da DGFC e do Ambiente, assim como das organizações camponesas e ONGs;;
Desconcentração dos serviços técnicos

6. Componentes

Constituem componentes do projecto a informação, educação e comunicação;
Formação;
Equipamento

7. Resultados esperados

Quadros e agentes formados, sensibilizados sobre a problemática de utilização racional dos recursos agro – silvo - pastoris;
Implementação efectiva do PAN-GB;
Legislações, políticas e planos de acções sectoriais implementados;
Novas tecnologias de informação e comunicação metrisados.
Criada /Reforçada a capacidade de intervenção de guardas comunitários, agentes florestais e ONGs;
Reforçadas as acções de conservação e protecção.

8. Actividades

Formar o pessoal à todos os níveis;
Elaborar textos de aplicação de diferentes legislações existentes e seu cumprimento;
Divulgar os textos legislativos e diferentes regulamentos em matéria do ambiente e florestas.
Reorganizar e equipar serviços concernentes
Reforçar a capacidade de intervenção das organizasses camponesas e ONGs.

9. Entidade executora: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Direcção G. Florestas e Fauna) I

10. Seguimento e Avaliação: Assegurado pelo GAPLA.

11. Duração: 3 anos

12. Custo: 3 000 000 USD

Ficha nº 9 :

1. **Titulo do projecto:** Projecto de apoio ao reforço de capacidades técnicas, institucionais e humanas em matéria de GDS/LCD.

2. **Justificação:** As ferramentas/necessidades para a conservação e protecção dos recursos materiais e da degradação de terras são várias e são quase todos de um carácter de urgência. A degradação não só condicionando o bem-estar da população como também tem um impacto forte nas actividades económicas e sociais das populações rurais. Com efeito, a Guiné-Bissau situa-se numa zona tampão/transição entre a floresta e a zona de savana e depara-se com uma taxa elevada de degradação dos recursos terra, desmatações anuais calculadas em cerca de 50000ha, uma desflorestação de espécies materiais para o cultivo de cajueiros e outras culturas que no conjunto, contribuem para uma degradação acentuada de terras. Portanto, impõe-se um reforço de capacidade a todos os níveis (sistema de exploração, organizacional e individual) e de coordenação. A necessidade de uma planificação rigorosa, a falta de informação de base o elevado e variado número de intervenientes, uma coordenação eficaz, justificam o presente projecto.
3. **Zonas de intervenção:** Quinara, Bafata, Gabu e Cacheu.
4. **Objectivos gerais:** Reforçar as capacidades técnicas, institucionais, humanas e financeiras em matéria de gestão durável dos solos e de luta contra a desertificação.
5. **Objectivos específicos:**
- ✓ Elaborar um plano de acção nacional de luta contra a desertificação;
 - ✓ Obtenção de uma estratégia operacional de LCD;
 - ✓ Melhoramento dos conhecimentos sobre o estado dos solos e reforço de capacidades de intervenção (institucionais, técnicas, organizacionais) em matéria de gestão durável dos solos.
6. **Resultados esperados:**
- Mecanismos de seguimento e de aplicação de propostas são constituídos;
 - Estados dos solos são melhor conhecidos e os diferentes actores sensibilizados;
 - São reforçadas as capacidades técnico -institucionais e jurídicas;
 - Existe e é aplicado o plano de acção sobre a gestão durável dos solos.
7. **Actividades:**
- Recrutamento de consultores nacionais;
 - Validar e adoptar o PAN;
 - Recensear os solos degradados e os classificar por ordem de prioridade;
 - Realizar a zonagem agro-ecológica;
 - Formação, sensibilização e educação;
 - Estudos sócio económico;
 - Estabelecer um sistema de seguimento e de indicadores de desertificação e seca;
 - Rever e adoptar textos regulamentares e sobre recursos terra;
 - Difusão de documentos de aplicação e de textos jurídicos;

- Estabelecer esquema piloto de ordenamento anti-erosivo e de restauração de solos degradados;
- Viagens de estudo;
- Elaborar a versão final do PAN e fazê-lo adoptar pelo Governo;

8. **Entidade executora:** MADR/DGFC

9. **Seguimento e avaliação:** Coordenação do CCD que reagrupa todas as categorias de actores implicados na execução do projecto.

10. **Duração do projecto:** Quatro (4) anos com possibilidades de fases seguintes.

11. **Orçamento:** Os custos do projecto são situados em cerca de 2 700 000 USD.

Ficha nº 10

1. **Titulo do projecto:** Programa de educação, formação, sensibilização e informação das populações sobre a necessidade de gestão e de protecção dos recursos naturais.
2. **Contexto e justificação:** Os problemas ambientais transformaram-se numa outra das preocupações no país devido a proliferação e intensificação de madeiros tradicionais, carvoeiros, artesões, caçadores e demais outras acções de interesse económica, exercidas nos recursos naturais. As populações parecem não se aperceber ainda da gravidade da situação. Como fazer e o que fazer para consciencializar as praticas nocivas ao ambiente? A resposta a esta questão em nosso entender reside na informação, educação e comunicação.
3. **Zona de intervenção:** Nacional
4. **Objectivo global:** Contribuir na protecção do meio ambiente
5. **Objectivo específico:** O objectivo visado consiste em levar as populações à mudança de atitude e tomada de consciência do perigo que a degradação do ambiente encarna.
6. **Componente:** A principal componente do programa será a informação, educação e comunicação.
7. **Resultados esperados:**
 - Uma população sensibilizada e informada sobre as vantagens duma protecção do ambiente;
 - Uma juventude educada, consciente e preocupada com o meio que o rodeia;
 - Uma equipa de quadros e agentes formados e especializados no domínio da educação ambiental;
 - Os órgãos de informação dos problemas ambientais são funcionais: rádios, jornais e demais médias.
8. **Actividades**
 - Organizar seminários destinados aos grupos alvos;
 - Reforçar as acções de Palmerinha sobre a educação ambiental;
 - Reforçar/criar um serviço de IEC no seio do INA;
 - Introduzir a disciplina de educação ambiental nas escolas.
9. **Entidade executora:** INA em colaboração com a DGFC
10. **Seguimento e avaliação:** A ser assegurado pelo CAI
11. **Duração:** 3 (três) anos

12. **Custo:** Estimado em cerca de 750 000 USD

Ficha nº 11

1. **Titulo do projecto:** Apoio à Jardim Escolar
2. **Justificação:** Os hábitos e costumes, consciência são muito mais difíceis mudar nas pessoas adultas e quando se quer agir no curto termo para no longo termo colher os frutos desejados. As preocupações ambientais neste caso devem começar a merecer atenção dos jovens, mesmo na idade escolar. Por isso, pensamos que este projecto de Jardim Escolar pode servir a ajudar que o longo termo seja conseguido.
3. **Zona de intervenção:** Nacional
4. **Objectivo global:** Contribuir na preservação dos recursos naturais e do ambiente em particular.
5. **Objectivos específicos:**
 - Desenvolver a consciência ambiental da sociedade à partir da idade escolar;
 - Criar gosto a pratica e actividades de protecção do ambiente na sociedade de amanhã.
6. **Componentes:** O projecto terá essencialmente dois componentes, sendo a primeira IEC e a segunda criação de jardins.
7. **Resultados esperados:**
 - Os jovens alunos adquirirem um melhor conhecimento ambiental;
 - Conhecimento e amor à pratica de trabalho do campo;
 - Condições de higiene, conservação e protecção são melhoradas em zonas de influência das escolas.
8. **Actividades:**
 - Enquadrar e estimular a criação de jardins escolares e acções de implantação pelos alunos;
 - Difundir documentos técnicos junto dos professores;
 - Organizar sessões de formação para os professores e alunos em matéria ambiental e de jardins escolares.

9. **Entidade executora:** MEN

10. **Seguimento e avaliação:** INA, MADR

11. **Duração:** 3 anos (renováveis)

12. **Custo:** 750 000 USD (setecentos cinquenta mil dólares americanos)